



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – N° 0:2 – SÉPTEMBER-DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3ª - João Durval - (PDT-BA)
 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder

Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB

Ricardo Ferraço (105)

Romero Jucá (40,104)

Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP

Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD

Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder

Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes

Alfredo Nascimento (41,66)

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR

Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder

Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Inácio Arruda (89,99)

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT

Walter Pinheiro (22,27,93)

Aníbal Diniz (25,94)

Paulo Paim (95)

Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT

Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB

Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B

Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder

Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes

Gim (56,58,59)

Benedito de Lira

Lídice da Mata (29,38,82)

Jorge Viana

Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder

Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes

Wilder Moraes (101)

Ataídes Oliveira (102)

Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB

Cássio Cunha Lima (74)

Alvaro Dias (78)

Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM

Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Ata

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – RESOLUÇÕES	
Nºs 19 e 20, de 2013	31305
1.2 – ATO DA MESA DO SENADO FEDERAL	
Nº 1, DE 2013	31308
2 – ATA DA 84ª SESSÃO, DELIBERATIVA	
ORDINÁRIA, EM 29 DE MAIO DE 2013.....	31320
2.1 – ABERTURA	31320
2.2 – EXPEDIENTE	31320
2.2.1 – Parecer	
Nº 418, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 14, de 2013.....	31322
2.2.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 551, de 2013, de autoria do Senador Luiz Henrique e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 5 de agosto próximo, destinada a homenagear aos serviços prestados à democracia pela Família Mesquita.....	31323
Nº 552, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....	31324
2.2.3 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 37 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (<i>Lei de Registros Públicos</i>), para tornar obrigatória a exigência da apresentação de título de propriedade autêntico para a outorga de mandato que tenha por objeto a alienação de bem, assim como impõe ao oficial do cartório o dever de se abster de lavrar mandato que tenha por objeto a alienação de bem descrito em promessa ou instrumento de cessão de direitos.....	31324
Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para dispor sobre o critério econômico e a forma de comprovação, pelo beneficiário de prestação continuada da assistência social, de insuficiência	
de meios para prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.....	31325
Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.....	31327
Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2013, de autoria do Senador Gim, que altera o art. 138 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir os requisitos para a condução de veículo de transporte escolar.....	31329
Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2013, de autoria do Senador Gim, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para tratar da oferta de provas de concursos públicos em braille e garantir sua aplicação em local oficial próximo à residência da pessoa com deficiência visual.....	31330
2.2.4 – Recurso	
Nº 8, de 2013, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.....	31332
2.2.5 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.....	31332
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012.....	31332
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADOR EDUARDO SUPlicy – Considerações acerca da relevância do Programa Bolsa Família.	31332

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da importância da relação Brasil-Alemanha na construção da história brasileira; e outros assuntos.	31334	2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA 31353
SENADOR PEDRO SIMON – Críticas ao posicionamento do governo brasileiro perante o bloco econômico Aliança do Pacífico; e outro assunto. .	31336	2.4.1 – Leitura de requerimentos Nº 553, de 2013, de autoria do Senador Cásildo Maldaner, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 5 a 7 de junho próximo. 31353
SENADOR LUIZ HENRIQUE – Considerações acerca do papel do Brasil no cenário internacional, em referência à eleição do embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio.....	31338	Nº 554, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação..... 31353
SENADOR HUMBERTO COSTA – Satisfação com a aprovação, na CCJ, do projeto de lei, de autoria de S. Ex ^a , que dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do SUS.	31340	Nº 555, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, solicitando a transformação da sessão deliberativa de 12 de junho próximo em sessão de debate temático para discussão da crise das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais Filantrópicos e as tabelas do Sistema Único de Saúde. 31354
SENADOR JORGE VIANA – Elogios à indicação do Sr. Luís Roberto Barroso para o cargo de ministro do STF; e outro assunto. ..	31342	Nº 556, de 2013, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar do Senador Cícero Lucena no período de 2 a 7 de julho próximo..... 31354
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Satisfação com a aprovação do projeto de lei que cria a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)..	31344	Nº 557, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 7 de junho próximo.... 31355
SENADOR CASILDO MALDANER – Congratulações à CDH e à Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa pela edição do mês corrente da revista <i>Em discussão!</i> , que trata da adoção de crianças no Brasil.	31345	2.4.2 – Discursos SENADOR SÉRGIO SOUZA – Elogios aos estádios-sede da Copa das Confederações em Brasília, Salvador e Recife, visitados por S. Ex ^a . ..
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Observações acerca da aplicação da “Lei da Transparência”, que torna obrigatória a divulgação das receitas e despesas públicas.	31346	31356
SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Destaque à quarta edição de premiação do Diploma José Ermírio de Moraes, cerimônia em que o Senado Federal homenageia a indústria brasileira; e outro assunto.	31348	2.4.3 – Apreciação de matérias Requerimento nº 507, de 2013, de autoria do Senador Luiz Henrique. Aprovado , nos termos do Parecer nº 419, de 2013-CRE
2.3 – ORDEM DO DIA	31351	31359
2.3.1 Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)		Requerimento nº 549, de 2013, de autoria do Senador Gim. Aprovado , nos termos do Parecer nº 416, de 2013-CRE
Requerimento nº 316, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando voto de solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos. Aprovado	31351	31361
2.3.2 Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)		Requerimento nº 550, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Aprovado , nos termos do Parecer nº 417, de 2013-CRE
Requerimento nº 476, de 2013, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 848, de 2012, que a Comissão de Juristas criada com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal – LEP, seja composta por dezesseis membros e tenha seu prazo prorrogado por mais cento e vinte dias. Aprovado	31351	31362
2.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária		Requerimento nº 546, de 2013, de autoria do Senador João Capiberibe. Aprovado , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional “ad referendum” daquele Colegiado.....
		31364
		SENADORA KÁTIA ABREU, como Líder – Comemoração pelos números do PIB no primeiro trimestre, anunciados hoje; e outro assunto.
		31362
		SENADORA ANA AMÉLIA – Satisfação pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei, de autoria de S. Ex ^a , que trata da inclusão da quimioterapia oral no rol dos serviços dos planos de saúde; e outro assunto.
		31364
		SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Defesa de maiores investimentos, pela Petrobras, na exploração do gás natural no Estado do Mato Grosso do Sul; e outro assunto.
		31367

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Encaminhamento de proposta resultante do II Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia, realizado em Macapá, Amapá.....	31370	4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 29.5.2013	31418
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre os rumos da educação no País; e outros assuntos.....	31371	SENADO FEDERAL	
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Considerações acerca das atuais relações entre a base do Governo Federal e a Oposição no Congresso Nacional.....	31379	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR ANIBAL DINIZ – Comentários sobre a realização, em junho próximo, da 3ª edição das Olimpíadas de Jogos Digitais e Educação, no Estado do Acre; e outro assunto.....	31383	Por Unidade da Federação	31419
SENADOR IVO CASSOL, como Líder – Comemoração pela aprovação da medida provisória que moderniza aeroportos regionais; e outro assunto.....	31392	Bancadas dos Partidos	31420
SENADOR VITAL DO RÉGO – Alerta para o crescimento da violência no Estado da Paraíba, em referência a recente episódio no município de Princesa Isabel; e outros assuntos.....	31397	Por ordem alfabética	31421
2.4.5 – Apreciação de matérias		6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	
Requerimento nº 553, de 2013, de autoria do Senador Casildo Maldaner. Deferido	31409	7 – LIDERANÇAS	31423
Requerimento nº 557, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Deferido	31409	8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	31427
2.4.6 – Leitura de projeto		9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	31428
Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.....	31409	10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
2.4.7 – Comunicação		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	31440
Do Senador Inácio Arruda, encaminhando relatório de viagem realizada para representar o Senado Federal no 52º Fórum Nacional de Reitores da Abruem, no período de 17 a 20 de abril último. (Ofício nº 108/2013).....	31414	CAS – Comissão de Assuntos Sociais	31448
2.4.8 – Discurso encaminhado à publicação		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	31452
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Comentários sobre o twittaço que marcou a passagem, ontem, do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher.	31414	CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	31458
2.5 – ENCERRAMENTO	31415	CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	31464
3 – PARECER		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	31473
Nº 20, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, que altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências.....	31415	CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	31480
		CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	31489
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	31496
		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	31502
		CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	31506
		11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
		Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	31510
		Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	31511
		Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	31512
		Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	31513
		Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	31513
		Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	31514
		Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	31516
		Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). ..	31518

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	31520
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	31522
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	31524
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	31527

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	31529
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	31530
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	
Comissões Mistas Especiais	31531
13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	31535
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	31536
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	31537

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2013

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar o “Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca (PSA – Ipojuca)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado de Pernambuco;
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos);
- V – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;
- VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) anos, contado a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização: em parcelas semestrais, sucessivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira depois de 72 (setenta e dois) meses, e a última, ao final de 24 (vinte e quatro) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;
- VIII – juros: serão exigidos semestralmente e, enquanto nenhuma conversão tenha sido efetivada, calculados sobre os saldos devedores periódicos do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros *Libor* trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos

uma margem relacionada ao custo de captação do BID que financia seus empréstimos, mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – despesas com inspeção e supervisão geral: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *Libor*, ou qualquer outra opção aceita pelo Banco, bem com da moeda do desembolso ou da totalidade ou de parte do saldo devedor, para moeda de país não mutuário ou para uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição

Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Pernambuco quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2013

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento adicional ao “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microrbasins Hidrográficas (Rio Rural/FA)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;
- II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos);

V – amortização: em 37 (trinta e sete) parcelas semestrais e sucessivas, de valores tanto quanto possível iguais, a serem pagas em 15 de fevereiro e em 15 de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2018, e a última, em 15 de agosto de 2036, estimativamente;

VI – juros: exigidos semestralmente juntamente com as amortizações e calculados com base na *Libor* semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um *spread* a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal;

VII – comissão à vista: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser paga até 60 (sessenta) dias após a data de efetividade do contrato, com recursos próprios do mutuário;

VIII – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos em até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *Libor*, e vice-versa, e da moeda do montante já desembolsado e a desembolsar para moedas que o Bird possa se financiar com eficiência, bem como contratar o estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é o Estado do Rio de Janeiro autorizado a pagar uma comissão de transação ao Bird.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das

receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Rio de Janeiro quanto aos pa-

gamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DA MESA Nº 01 , DE 2013

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

A Mesa do Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.389, de 1991, em conformidade com o art. 224 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, na forma do anexo a este ato.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Ato da Mesa nº 1, de 2004.

Senado Federal, 8 de maio de 2013.

A large, handwritten signature in black ink is overlaid on the official circular seal of the Brazilian Senate. The seal features the text "SENADO FEDERAL" around the perimeter and "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" in the center. The signature is composed of several distinct, flowing strokes that cover most of the seal's area.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA SEDE

Art. 1º O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

CAPÍTULO II
DO PERÍODO E DO LOCAL DE REUNIÕES

Art. 2º O Conselho de Comunicação Social reunir-se-á nas dependências do Palácio do Congresso Nacional, em local previamente indicado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, no período da sessão legislativa do Congresso Nacional previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o Conselho de Comunicação Social contará com apoio administrativo do Senado Federal.

TÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 3º O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional, ou por solicitação de qualquer um dos membros do Conselho, do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, a respeito do Título VIII, Capítulo V (Da Comunicação Social), da Constituição Federal, em especial sobre:

- I – liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação;
- II – propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social;
- III – diversões e espetáculos públicos;
- IV – produção e programação das emissoras de rádio e televisão;
- V – monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social;
- VI – finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão;

VII – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística;

VIII – complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão;

IX – defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal;

X – propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XI – outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XII – matérias relacionadas à Lei nº 8.977, de 1995, e à Lei 12.485, de 2011;

XIII – acordos internacionais relativos à comunicação;

XIV – legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social;

XV – todos os demais meios de comunicação social, especialmente aqueles surgidos posteriormente à Constituição Federal de 1988.

§ 1º O Conselho de Comunicação Social poderá desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas com amparo no art. 224 da Constituição Federal ou em leis que disciplinem matérias de comunicação social.

§ 2º Quando em atendimento a solicitações do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, a manifestação do Conselho terá sempre como referência seu papel de órgão auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal.

§ 3º Para encaminhamento de solicitação ao Conselho, a entidade da sociedade civil terá que apresentar prova de sua situação jurídica.

Art. 4º C Conselho poderá realizar audiências públicas mediante convite as autoridades, personalidades e entidades da sociedade civil.

§ 1º A convocação de audiência pública depende de prévia aprovação em reunião do Conselho de Comunicação Social.

§ 2º Serão convidados e habilitados a se manifestar os convidados que guardem pertinência temática entre o assunto pautado e seus objetivos institucionais.

§ 3º Para manifestação nas audiências públicas, as organizações da sociedade civil deverão demonstrar cumulativamente, além da pertinência temática a que alude o § 2º:

I -- autoridade em razão da matéria a ser discutida;

II – resumo da tese que pretende defender, indicando precisamente sua colaboração com o objeto a ser deliberado;

III – provas da regularidade de sua personalidade jurídica e efetiva atuação na defesa de seu objeto social há pelo menos 1 (um) ano.

§ 4º O Conselho de Comunicação Social poderá dispensar o requisito de pré-constituição e atuação caso a organização da sociedade civil demonstre que sua manifestação será relevante e contributiva para a matéria a ser discutida.

§ 5º O procedimento da audiência pública reger-se-á pelo que segue:

I – serão convidados, no máximo, 5 (cinco) expositores, garantindo-se, se houver, igual distribuição entre defensores e opositores das teses relativas à matéria pautada;

II – cada expositor terá 15 (quinze) minutos para se manifestar, sendo-lhe dada a palavra logo após o pregão do assunto e a declaração da respectiva habilitação à tribuna;

III – o expositor deverá limitar-se à matéria pautada e à tese por ele defendida;

IV – as exposições serão reduzidas a termo e juntadas à ata da reunião em que se efetivaram.

§ 6º Não sendo o caso de audiência pública, mas de pontuais e necessários esclarecimentos por parte do Conselho de Comunicação Social, poderá o Presidente, o relator ou a comissão de relatoria propor convite a autoridades do Poder Executivo e especialistas com notório saber a respeito da matéria pautada, cuja efetivação dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Comunicação Social.

§ 7º O Presidente definirá, dependendo da relevância, a duração da exposição de autoridade e especialista convidado.

§ 8º Após a manifestação dos convidados, o Presidente conduzirá, se for o caso, a respectiva deliberação.

Art. 5º É vedado aos Conselheiros participar, como representantes do Conselho de Comunicação Social, em outros conselhos ou similares, salvo se constituídos por Ministérios.

Art. 6º A indicação dos Conselheiros para participar de outros conselhos ou similares será sempre efetuada em reunião pelo próprio Conselho.

TÍTULO III DOS MEMBROS DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 7º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de:

I – 1 (um) representante das empresas de rádio;

II – 1 (um) representante das empresas de televisão;

III – 1 (um) representante das empresas de imprensa escrita;

IV – 1 (um) engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social;

V – 1 (um) representante da categoria profissional dos jornalistas;

VI – 1 (um) representante da categoria profissional dos radialistas;

VII – 1 (um) representante da categoria profissional dos artistas;

VIII – 1 (um) representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;

IX – 5 (cinco) membros representantes da sociedade civil.

§ 1º Os membros do Conselho deverão ser brasileiros, maiores de idade e de reputação ilibada.

§ 2º Os membros do Conselho terão estabilidade no emprego durante seus mandatos.

CAPÍTULO II DA POSSE

Art. 8º A posse, ato público pelo qual os membros do Conselho de Comunicação Social investem-se no mandato, realizar-se-á perante o Presidente do Congresso Nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a sua eleição.

§ 1º Quando não tenha tomado posse nos termos do *caput*, poderá o membro do Conselho de Comunicação Social fazê-lo, pessoalmente ou por procurador, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da posse pública realizada segundo o *caput* deste artigo.

§ 2º O termo de posse será assinado pessoalmente ou por procurador, e pelo Presidente do Congresso Nacional.

Art. 9º A duração do mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO III DAS VAGAS, LICENÇAS E SUPLENCIA

Art. 10. As vagas, no Conselho de Comunicação Social, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – decisão judicial;
- IV – perda do mandato.

Art. 11. A comunicação de renúncia ao mandato de membro do Conselho de Comunicação Social deve ser dirigida, por escrito, com firma reconhecida, à Presidência do Conselho de Comunicação Social, que, em seguida, dará disso ciência ao Presidente do Congresso Nacional.

Art. 12. O Conselheiro poderá requerer, sem prejuízo do mandato, licença para:

- I – exercício de cargo público;
- II – tratamento de saúde;
- III – interesse particular.

Parágrafo único. O suplente será convocado para substituir o titular durante o prazo da licença, na forma do § 1º do art. 15.

Art. 13. Dar-se-á a convocação do suplente nos casos de vaga, licença, ausência ou impedimento eventual do correspondente membro titular.

Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho de Comunicação Social que, salvo o disposto no art. 12, deixar de comparecer, sem prévia comunicação de ausência, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, ou que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões em cada período de 12 (doze) meses, a contar da posse.

Parágrafo único. O processo de perda de mandato será instruído pelo Conselho, assegurada ampla defesa, e encaminhado à decisão do Presidente do Congresso Nacional.

Art. 15. Sempre que um membro do Conselho de Comunicação Social não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar o fato diretamente ao Presidente do Conselho ou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, com pelo menos 3 (três) dias úteis de

antecedência, a fim de poder ser convocado, em substituição eventual, o seu respectivo suplente, sob pena de ser sua ausência computada como falta.

§ 1º A convocação do suplente será feita pelo Presidente do Conselho de Comunicação Social, ou à sua ordem.

§ 2º Ao suplente poderá ser distribuída matéria para relatar quando se tratar de vaga ou substituição decorrente de impedimento temporário do respectivo titular.

§ 3º Serão devolvidas ao Presidente do Conselho de Comunicação Social, para redistribuição, as matérias em poder do conselheiro que, por razão justificada, não tiverem sido relatadas.

Art. 16. O membro suplente do Conselho de Comunicação Social poderá comparecer às suas reuniões, podendo participar dos debates e apresentar sugestões.

Parágrafo único. Em caso de presença do membro titular à reunião, não serão custeadas as despesas do seu respectivo suplente para comparecer à reunião, salvo quando, a juízo do Presidente, for imprescindível para o Conselho a presença do suplente.

TÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Art. 17. O Conselho de Comunicação Social terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Art. 18. Em caso de vaga dos cargos de Presidente ou de Vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada na primeira reunião que se seguir à vacância, podendo o Conselho deixar de efetuar essa eleição caso faltem ao menos 2 (dois) meses para o término dos respectivos mandatos.

Parágrafo único. Realizada a eleição, o Conselho comunicará o resultado às Mesas do Congresso Nacional e das Casas que o compõem.

Art. 19. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social, as reuniões serão dirigidas pelo membro titular mais idoso entre os representantes da sociedade civil que estiverem presentes.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Comunicação Social compete:

I – ordenar e dirigir os trabalhos do Conselho;

II – convocar e presidir suas reuniões;

III – designar a Ordem do Dia das reuniões, com antecedência, sempre que possível, de pelo menos 8 (oito) dias;

IV – fazer observar, nas reuniões, a Constituição, as leis e este Regimento;

V – dar conhecimento ao Conselho de toda a matéria recebida e distribuí-la à comissão pertinente, quando for o caso;

VI – propor a designação de relatores ou comissão de relatoria para as matérias que lhe forem encaminhadas nos termos do art. 3º deste Regimento;

VII – convocar os suplentes nos casos de vagas, licenças, ausências ou impedimentos do titular;

VIII – comunicar ao Presidente do Congresso Nacional a ocorrência de vaga definitiva, quando não houver suplente a convocar e faltarem mais dc 4 (quatro) meses para o término do mandato;

IX – determinar o destino do expediente lido;

X – decidir as questões de ordem;

XI – desempatar as votações;

XII – orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar;

XIII – promulgar resoluções;

XIV – representar o Conselho de Comunicação Social perante o Congresso Nacional, demais Poderes e autoridades.

XV – promover, por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, a publicação das atas das reuniões no Diário do Senado Federal;

XVI – assinar o expediente do Conselho;

XVII – assinar a correspondência dirigida pelo Conselho a autoridades.

Parágrafo único. Ao se encerrar o mandato dos Conselheiros, o Presidente diligenciará para que seus membros devolvam à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal os processos que lhes tenham sido distribuídos.

Art. 21. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos casos de impedimentos e ausências.

CAPÍTULO III DA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Art. 22. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os membros titulares representantes da sociedade civil.

Art. 23. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social serão eleitos por seus pares para mandato cuja duração coincidirá com o mandato dos membros do Conselho.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social poderão ser novamente eleitos, para esses cargos, quando sejam reconduzidos, como conselheiros, pelo Congresso Nacional.

Art. 24. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente será feita em escrutínio aberto e por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos conselheiros titulares, podendo também essa eleição, se não houver oposição de nenhum membro do Conselho, se fazer por aclamação.

Parágrafo único. A reunião para eleição será presidida pelo Presidente do Congresso Nacional.

CAPÍTULO IV DA SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 25. Poderá o Conselho de Comunicação Social, a qualquer tempo, substituir seu Presidente ou seu Vice-Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim, mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço da composição titular do Conselho, e endereçado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

§ 1º Recebido o requerimento de que trata o *caput*, o Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal convocará a reunião do Conselho, a ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para deliberar sobre a substituição.

§ 2º A substituição do Presidente ou do Vice-Presidente dependerá do voto de pelo menos 8 (oito) Conselheiros.

§ 3º Decidindo o Conselho pela substituição, deverá ser imediatamente eleito o substituto, na forma do art. 24.

TÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir.

§ 1º A comissão temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório.

§ 2º O relatório de cada comissão temática será submetido à deliberação do Conselho.

CAPÍTULO II DOS ESTUDOS, PARECERES E RECOMENDAÇÕES

Art. 27. As matérias que, em cada reunião do Conselho de Comunicação Social, devam ser objeto de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações previstas no art. 3º deste Regimento constarão de pauta previamente organizada, devendo ser relatadas na ordem em que nela figurarem, salvo preferência do Plenário do Conselho.

Art. 28. As manifestações do Conselho de Comunicação Social devem ser conclusivas em relação à matéria a que se refiram.

Art. 29. O Conselho de Comunicação Social não se pronunciará sobre situações que estejam sob apreciação do Poder Judiciário.

Art. 30. O prazo para exame e emissão de parecer do Conselho sobre as proposições que lhe sejam enviadas nos termos do art. 3º deste Regimento é de 2 (duas) reuniões ordinárias.

Parágrafo único. (REVOGADO).

CAPÍTULO III DA RELATORIA

Art. 31. Para cada matéria que lhe for distribuída nos termos do art. 3º deste Regimento, o Conselho decidirá se deve ser eleito relator ou constituída comissão de relatoria, com 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) de cada segmento representado no Conselho (patronal, empregados e sociedade civil).

§ 1º O Conselho elegerá o relator individual ou os conselheiros que integram a comissão de relatoria.

§ 2º Em casos excepcionais, poderão ser indicados 2 (dois) relatores, que, em conjunto, deverão firmar o relatório.

§ 3º Poderá o Presidente do Conselho de Comunicação Social designar relator ou comissão de relatoria, respeitada decisão posterior do Plenário, para matérias em regime de urgência.

§ 4º Em casos excepcionais, a critério do Conselho, a comissão de relatoria poderá ser constituída de até 6 (seis) membros, garantida a participação igualitária dos segmentos representados no Conselho (patronal, empregados e sociedade civil).

§ 5º Quando for constituída comissão, será ela coordenada por um de seus integrantes, membro titular do Conselho, escolhido pelos membros da comissão, com as seguintes atribuições:

- I – organizar a agenda de trabalhos da comissão;
- II – convocar as reuniões da comissão;
- III – distribuir os estudos entre os integrantes;
- IV – dar cumprimento às providências definidas pela comissão;
- V – zelar pelo cumprimento dos prazos da comissão;
- VI – coordenar os trabalhos e deliberações da comissão e, ao final, encaminhar o relatório final ao Presidente do Conselho.

§ 6º O membro suplente do Conselho participará da comissão em substituição ao titular, quando não esteja esse membro titular presente à reunião da comissão.

Art. 32. O relatório final da comissão deverá ser feito por escrito e aprovado pela maioria absoluta dos membros da comissão.

Parágrafo único. O integrante da comissão que não concordar com o relatório final poderá dar voto em separado por escrito.

Art. 33. O relatório final e os votos em separado serão encaminhados ao Presidente do Conselho a tempo de serem distribuídos aos demais Conselheiros, antes da data da reunião do Conselho, em original assinado e, sempre que possível, por meio eletrônico.

Parágrafo único. O Presidente dará imediato conhecimento do relatório final e dos votos em separado aos membros do Conselho, podendo utilizar-se de qualquer meio hábil para essa comunicação, inclusive eletrônico.

Art. 34. Serão submetidos à deliberação do Pleno do Conselho, sucessivamente, o relatório final e os votos em separado, passando a posição vitoriosa a constituir parecer do Conselho.

§ 1º Havendo acréscimos ou alterações em pontos específicos, o Conselho designará um dos membros do Conselho, dentre os que sustentaram a posição vitoriosa, para redigir o parecer do Conselho.

§ 2º Uma vez assinado pelo Presidente, pelo relator ou relatores e demais membros do Conselho que participaram da deliberação, o parecer será enviado ao Presidente do Congresso Nacional, juntamente com as declarações de voto e votos em separado.

§ 3º Independentemente dessas declarações e votos, serão encaminhados ao Presidente do Congresso Nacional todos os documentos apresentados pelos Conselheiros que tenham relação com a matéria votada, sendo esses documentos considerados contribuição ao debate democrático que se deverá ter no Congresso Nacional.

Art. 35. Qualquer Conselheiro poderá requerer a inclusão em pauta de matéria com prazo vencido no Conselho.

CAPÍTULO IV DO USO DA PALAVRA

Art. 36. Os membros do Conselho poderão fazer uso da palavra:

I – na discussão de qualquer matéria, uma só vez, por até 5 (cinco) minutos;

II – no encaminhamento de votação de qualquer matéria, por até 3 (três) minutos;

III – em qualquer outro momento da reunião, por até 3 (três) minutos:

a) pela ordem, para indagação sobre o andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância das normas regimentais, indicação de falha ou equívoco em relação a matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já decidido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem;

c) para contraditar questão de ordem;

IV – excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse do Conselho, em qualquer fase da reunião, por até 5 (cinco) minutos;

V – para apartear, por até 2 (dois) minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador;

b) não serão permitidos apartes:

1. a encaminhamento de votação;

2. a questão de ordem;

3. a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Conselheiro.

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados ou diminuídos, excepcionalmente, pelo Presidente do Conselho.

Art. 37. O Presidente somente se dirigirá ao Plenário do Conselho da cadeira presidencial, podendo apartear os membros e convidados, ou interrompê-los nos seguintes casos:

- I – para dar início a votação não realizada no momento oportuno, por falta de número;
- II – para comunicação urgente ao Conselho;
- III – para propor a prorrogação da reunião;
- IV – para suspender a reunião, em caso de tumulto no recinto ou grave ocorrência no edifício do Senado Federal;
- V – para adverti-los quanto à observância das normas regimentais;
- VI – para prestar esclarecimentos que interessem à boa ordem dos trabalhos.

Art. 38. A palavra será dada na ordem em que for pedida, sendo concedida por uma segunda vez, ao Conselheiro, somente quando não houver outro Conselheiro que ainda não se tenha pronunciado sobre o tema.

TÍTULO VI DAS REUNIÕES

CAPÍTULO I DA NATUREZA DAS REUNIÕES

Art. 39. As reuniões do Conselho de Comunicação Social serão ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º As reuniões ordinárias realizar-se-ão na primeira segunda-feira de cada mês, às 14 horas.

§ 2º Não sendo dia útil a primeira segunda-feira do mês, a reunião ordinária realizar-se-á na segunda-feira subsequente.

§ 3º O Presidente do Conselho, quando houver grande número de temas a serem discutidos, poderá antecipar o início da reunião para as 11 horas e 30 minutos.

§ 4º Em situações específicas, o Conselho poderá marcar reunião ordinária em datas e horários diferentes dos estabelecidos no *caput*.

§ 5º As reuniões do Conselho terão, em princípio, duração de 3 (três) horas, podendo ser prorrogadas, por decisão do Presidente, inclusive mediante requerimento oral de qualquer de seus membros.

§ 6º As reuniões do Conselho serão divididas em 5 (cinco) fases, sendo elas:

I – Leitura do Expediente;

II – Ordem do Dia;

III – Relatórios de andamento dos trabalhos das comissões, a serem proferidos pelos coordenadores;

IV – Comunicações dos conselheiros;

V – Participação da sociedade civil, a critério do Conselho.

Art. 40. As reuniões extraordinárias do Conselho poderão ser convocadas:

I – pelo Presidente do Senado Federal;

II – pelo Presidente do Conselho, *ex officio*; ou

III – a requerimento de 5 (cinco) dos membros do Conselho.

Art. 41. Todas as reuniões do Conselho de Comunicação Social serão públicas, podendo ser transmitidas ao vivo por qualquer plataforma de mídia mantida pelo Senado Federal.

CAPÍTULO II DAS ATAS DAS REUNIÕES

Art. 42. Será elaborada ata circunstanciada de cada reunião pelo apanhamento taquigráfico.

Art. 43. Qualquer membro do Conselho de Comunicação Social terá direito a fazer constar, em ata, sua posição sobre qualquer tema, para o que poderá apresentar texto escrito durante a reunião, ou deixar consignada sua posição, com posterior envio do texto.

Art. 44. Os documentos devem ser encaminhados ao Conselho em original e por meio eletrônico.

Art. 45. O conselheiro poderá fazer constar da ata qualquer documento, desde que apresentado em meio eletrônico e com tamanho não superior a 5 (cinco) páginas do Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Caso o tamanho supere o disposto no *caput*, o inteiro teor do documento deverá estar disponível na página do Conselho na internet.

Art. 46. É facultado ao Presidente do Conselho fazer suprimir da ata referências conjunturais, destituídas de interesse histórico.

CAPÍTULO III DO QUORUM DE VOTAÇÃO

Art. 47. As deliberações do Conselho de Comunicação Social serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes do Conselho, com a presença da maioria absoluta de seus membros, não sendo consideradas, como voto, as abstenções.

Parágrafo único. As votações, em qualquer caso, serão sempre ostensivas.

Art. 48. O Presidente do Conselho de Comunicação Social terá apenas voto de desempate.

TÍTULO VII DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 49. O Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social poderá ser modificado ou reformado, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho.

Parágrafo único. Qualquer modificação neste Regimento Interno somente vigorará após ser aprovada pela Mesa do Senado Federal.

Art. 50. O Conselho poderá adotar resoluções complementares ao presente Regimento, mediante proposta de qualquer de seus membros, atendido o disposto no art. 49 e seu parágrafo único.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. A Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, por intermédio de suas unidades, é o órgão de ligação do Conselho com os demais órgãos de apoio técnico e administrativo do Senado Federal.

Art. 52. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão decididos pelo Conselho, exceto em caso de urgência, quando o Presidente decidirá, *ad referendum* do Conselho.

Art. 53. Este Regimento Interno vigorará a partir de sua aprovação pela Mesa do Senado Federal.

Ata da 84^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de maio de 2013

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Casildo Maldaner,
Aníbal Diniz, da Sr^a Ana Amélia e do Sr. Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e
encerra-se às 19 horas e 53 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

**Senado Federal
54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária**

84^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/05/13 07:00 até 29/05/13 20:30

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

84^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/05/13 07:00 até 29/05/13 20:30

Partido	UF	Nome	Pres
PT	MS	DELCIÓDIO DO AMARAL	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 57 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 418, DE 2013

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 14, de 2013 (nº 380/2013, na origem), da Procuradoria-Geral da República que "Submete à apreciação

do Senado Federal a indicação do Senhor Vladimir Barros Aras para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 29 de maio de 2013, apreciando o Relatório sobre o Ofício "S" nº 14, de 2013, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Vladimir Barros Aras, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso II da Constituição Federal, por 16 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2013. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente – Senador **Magno Malta**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: Ofício nº 14 de 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/05/2013 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador <u>Vital do Rêgo</u>	
RELATOR: Senador <u>Magno Malta</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. PAULO FAIM
EDUARDO SUPLICY	9. VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
VAGO	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGripino	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVADANTA	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

RELATÓRIO

Relator: Senador **Magno Malta**

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Procurador-Geral da República, do Senhor Procurador da República Vladimir Barros Aras, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Ministério Público Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Consoante o dispositivo constitucional acima referido, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames dos mesmos diplomas legais, o Senhor Vladimir Barros Aras encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Sua Excelência nasceu em Salvador. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1992 e concluiu o Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco em 2003, com a dissertação *O tratado europeu contra a cibercriminalidade e os crimes de informática no Brasil*.

Procurador da República desde 2003, Sua Excelência também integrou os quadros do Ministério Público do Estado da Bahia de 1993 a 2003.

O ilustre membro do *Parquet* tem vasta experiência docente, sendo, atualmente, Professor Assistente de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Anteriormente, lecionou na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, no Centro Universitário Jorge Amado, em Salvador, nas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu e nas Faculdades Integradas do Brasil, em Curitiba.

Além disso, foi também professor em diversos cursos de especialização e pós-graduação.

O Procurador Vladimir Aras realizou diversos cursos e é autor de inúmeros textos técnicos e científicos, nas áreas Direito e Processo Penal, Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Execução Penal, tendo, também, proferido diversas palestras em eventos dessas áreas.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

Sua Excelência anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2013. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente – Senador **Magno Malta**, Relator,

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 551, DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 154, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 5 de agosto de 2013, em homenagem aos serviços prestados à democracia pela Família Mesquita, responsável por um dos mais importantes grupos de comunicação do País, sobressaindo-se o Jornal *O Estado de São Paulo*, que faz parte da história do Brasil, por seu inabalável compromisso com a liberdade de expressão, o que colocou, pela oitava vez, em 11 anos, como o jornal mais admirado no estudo Índice de Prestígio de Marca feito pelo Grupo Troiano de Branding para o *Meio & Mensagem*.

Sala das Sessões

Senador Luiz Henrique

Senadora Ana Amélia

Senador Aloysio Nunes

Senador Eduardo Suplicy

Senador Antônio Carlos Rodrigues

Senador Jorge Viana

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2013

Solicita informações ao senhor Ministro da Fazenda sobre a antecipação do pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família no mês de maio deste ano.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Caixa Econômica Federal, as seguintes informações acompanhadas dos documentos comprobatórios:

- 1) Todos os tipos de comunicação oficial existentes entre o Presidente da Caixa Econômica Federal e seus diretores ou qualquer outro tipo de funcionários, relacionados a assuntos do Programa Bolsa-Família no período de 1º maio até o dia 25 de maio do corrente exercício;
- 2) Os estudos, pareceres ou qualquer outro instrumento técnico que embasaram a decisão de liberar, de uma só vez, na sexta-feira, dia 17, cerca de R\$ 2 bilhões nas contas de todos os beneficiários do Bolsa-Família;
- 3) Quando foi tomada a decisão, qual o colegiado que a aprovou e quais as pessoas (especificando a função de cada uma delas) que sabiam desta decisão;
- 4) Informar se a Caixa Econômica Federal contratou alguma empresa de Telemarketing nos últimos cinco anos, qual a empresa (com seu CNPJ), com que objetivo e qual o valor do contrato.

Justificação

No último dia 18 de maio, registrou-se uma verdadeira “corrida bancária” por parte das pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa-Família. Tal movimentação foi gerada pela especulação de que o programa iria encerrar-se. Obviamente, tal boato gerou pânico nas famílias beneficiadas e caos no sistema da Caixa Econômica Federal. Este fato é de enorme gravidade, visto que além de atingir a vida de milhões de pessoas de forma extremamente injusta, causando-lhes prejuízos irreparáveis, teve desdobramentos políticos e administrativos também extremamente nebulosos.

Em primeiro lugar, destaque-se que, apesar de ser uma situação imprevista, os caixas eletrônicos encontravam-se abastecidos de recursos suficientes. Em segundo lugar, a direção da Caixa Econômica Federal apresentou versões diferentes para o ocorrido, na medida em que suas falsas justificativas iam sendo desmentidas. Em terceiro lugar, uma ministra do governo chegou a afirmar que a oposição estaria por trás dos fatos, tumultuando com inverdades o ambiente político, no que se constatou ser mais uma espécie de calúnia por parte da ministra.

Dentro deste contexto, torna-se essencial que sejam obtidos os devidos esclarecimentos sobre como ocorreu todo este movimento relacionado ao Bolsa-Família e, o Senado Federal, como ente político que representa a Federação, não pode deixar que a história fique simplesmente em um mero desentendido, ainda mais em que os principais responsáveis buscam vergonhosamente se eximirem de suas responsabilidades.

Deste modo, somente com o envio dos documentos solicitados no presente requerimento é que se poderá iniciar uma apuração mais fundamentada dos fatos. Assim, constitucionalmente, preenchidos os requisitos legais, este é o objetivo maior da presente proposição legislativa.

Sala da Sessão, 29 de maio de 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2013

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 37 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para tornar obrigatória a exigência da apresentação de título de propriedade autêntico para a outorga de mandato que tenha por objeto a alienação de bem, assim como impõe ao oficial do cartório o dever de se abster de lavrar mandato que tenha por objeto a alienação de bem descrito em promessa ou instrumento de cessão de direitos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 37 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 37.
.....

§ 3º Para a outorga de mandato que tenha por objeto a alienação de bem, será necessária a apresentação do título de propriedade autêntico, arquivando-se em cartório o mandato e as cópias do título de propriedade e do documento oficial de identidade do outorgante.

§ 4º O título de propriedade autêntico exigido no § 3º deste artigo não abrange a promessa ou o instrumento de cessão de direitos. Nesse caso, o oficial do cartório deverá se abster de lavrar mandato que tenha por objeto a alienação de bem descrito apenas em promessa ou em instrumento de cessão de direitos." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo desta proposição é o aprimoramento da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), por meio da inclusão de dispositivos normativos que impossibilitem a lavratura de procuração pública, com poderes de alienação nos cartórios de registro de títulos e documentos, sem a devida comprovação da propriedade do bem a ser alienado em nome do outorgante da procuração.

Percebe-se que, diante da lacuna normativa existente na legislação em vigor, a lavratura de procurações públicas com poderes para a alienação de bens pode ser feita livremente em nossos cartórios, a despeito da inexistência de demonstração, clara e inequívoca, de título autêntico de propriedade incidente sobre o bem em nome do outorgante da procuração. Isso ocorre, cotidianamente, nos cartórios de registro de títulos e documentos públicos, a exemplo da lavratura de procurações públicas que têm por objeto transferir as faculdades contidas em promessas ou instrumentos de cessões de direitos sobre bens imóveis, nas quais não é sequer cobrada a documentação comprobatória da propriedade do imóvel em nome do outorgante da procuração.

Oferecemos, de fato, uma medida de grande alcance e largo proveito para a sociedade, tendo em vista que bastará aos cartórios exigir a apresentação do título de propriedade autêntico para a lavratura de procuração pública que tenha por objeto a alienação de qualquer bem móvel ou imóvel, cujas cópias serão arquivadas no próprio cartório.

Convencido, por tais razões, de que esta proposição significa um avanço ao fortalecimento do sistema registral brasileiro, sedimentando na Lei de regência a necessidade de comprovação da propriedade para

a lavratura de procuração pública, esperamos contar com o necessário apoio dos nossos ilustres Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II Da Escrituração e Ordem de Serviço

Art. 37. As partes, ou seus procuradores, bem como as testemunhas, assinarão os assentos, inserindo-se neles as declarações feitas de acordo com a lei ou ordenadas por sentença. As procurações serão arquivadas, declarando-se no termo a data, o livro, a folha e o ofício em que foram lavradas, quando constarem de instrumento público.

§ 1º Se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstâncias assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2º As custas com o arquivamento das procurações ficarão a cargo dos interessados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 208, DE 2013

Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para dispor sobre o critério econômico e a forma de comprovação, pelo beneficiário de prestação continuada da assistência social, de insuficiência de meios para prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a seguinte redação:

"Art. 20.
.....

§ 3º A incapacidade de a pessoa com deficiência ou a idosa prover a própria manutenção

ou tê-la provida por sua família será presumida em relação às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) de salário-mínimo e deverá ser comprovada, na forma do regulamento, em relação às famílias cuja renda mensal *per capita* seja maior que esse valor.

..... " (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição da República de 1988 garantiu um benefício mensal de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, na forma da lei. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao regular o dispositivo, em 1993, denominou-o benefício de prestação continuada e estabeleceu um critério objetivo para definir se a pessoa com deficiência ou idosa é capaz de se manter ou ser mantida por sua família: renda mensal *per capita* inferior a ¼ do salário-mínimo (§ 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, cuja redação foi mantida pela Lei nº 12.435/2011).

A aplicação da lei mostrou-se problemática em função do referido requisito financeiro, já que ele permite que situações de patente miserabilidade social sejam consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. A questão foi judicializada e chegou ao Supremo Tribunal Federal.

Em agosto de 1998, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.232/DF proposta pelo Procurador-Geral da República, que atacava o mesmo § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93. O MPF encampou a tese de que o dispositivo estabelece uma presunção *juris et de jure*, a qual dispensa qualquer tipo de comprovação da necessidade assistencial para as hipóteses de renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo, mas que não exclui a possibilidade de comprovação, em concreto e caso a caso, da efetiva falta de meios para que o deficiente ou o idoso possa prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. O STF, porém, por maioria, considerou inexistir restrição legal ao dispositivo constitucional e declarou, à época, a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da LOAS.

No dia 18 de abril de 2013, porém, o Supremo Tribunal Federal evoluiu em sua orientação jurisprudencial. Ao concluir o julgamento da Reclamação nº 4.374 e dos Recursos Extraordinários nº 567.985 e 580.963, veio a declarar a inconstitucionalidade do mesmo § 3º

do art. 20 da Lei nº 8.742/93, ainda que sem a pronúncia de nulidade do dispositivo e sem a modulação dos efeitos de sua decisão. Deve, portanto, o Congresso Nacional editar norma contendo novos critérios para concessão do benefício, para que estejam de acordo com o que dispõe o inciso V do art. 203 da Constituição da República:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

.....
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O presente projeto busca estabelecer uma nova regra que esteja em harmonia com o texto constitucional, sem excluir possíveis beneficiários que possam comprovar a incapacidade econômica de se manter ou ser mantido por sua família. A proposta que trazemos à apreciação do Congresso Nacional prevê que, até a faixa de renda *per capita* de ¼ de salário mínimo, a incapacidade econômica seja presumida e o benefício seja pago pelo INSS sem a necessidade de um procedimento comprobatório específico. Para famílias com renda *per capita* maior que ¼ de salário mínimo, propomos que a incapacidade econômica possa ser comprovada mediante procedimento específico, a ser definido em regulamento.

Dessa forma, cremos ser possível ter um instrumento que permita concretizar a vontade da Constituição, absorvendo a facticidade inerente ao fenômeno jurídico, de modo que a lei esteja em consonância com a exigência de concretização dos princípios maiores da dignidade humana, da solidariedade social, da erradicação da pobreza e da assistência aos desamparados.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

.....
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso

que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2º, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado,

na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 9º A remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz não será considerada para fins do cálculo a que se refere o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

(As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2013

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
§ 7º O pedido de registro de que trata o caput deste artigo deverá ser direcionado somente ao órgão federal registrante que deverá concentrar todos os procedimentos para análise do processo de registro na forma de regulamento.

§ 8º A análise do processo de registro de que trata o *caput* deste artigo deverá ser concluída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de solicitação do registrante à União na forma de regulamento e, se favorável, o registro se dará no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes.

§ 9º O prazo da análise de que trata o § 7º poderá ser prorrogado uma única vez por igual período mediante motivo devidamente justificado. § 10. O não cumprimento dos prazos dispostos nos §§ 7º e 8º deste artigo sujeitará os responsáveis às penalidades por ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1999.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O agronegócio brasileiro inverteu uma tendência terrível: de importador de alimentos, o Brasil passou a ser exportador. Cabe frisar que o país teve que desenvolver o seu solo, já que ele não existia pronto na natureza como muitos podem pensar. Foi uma longa batalha contra os insetos, os nematóides, os fungos, outras pragas de solo e também contra ervas invasoras. Esse processo é contínuo e, portanto, uma guerra que não pode parar!

No entanto, na atualidade, se formos esperar a os processos burocráticos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, auxiliado pelo IBAMA e pela Anvisa, ficaríamos a míngua e sem capacidade de defendermos nossas plantações e mesmo nosso plantel de animais, que – ao fim e ao cabo – são um patrimônio de todo o povo brasileiro.

É impensável que em pleno século XXI, o registrante de agrotóxicos precise ir com três dossieres – ambiental, agronômico e toxicológico – em vários lugares em vez de ir a somente um. Depois disso, ainda tem que cadastrar o produto em vinte sete estados! Chega-se a absurda média de cerca de 40 meses para registro de um produto novo, havendo expectativa de que se toda a lista em análise pelo Governo for avaliada devemos esperar cerca de 12 anos! Tal atraso prejudica, inclusive, a colocação no mercado de produtos eventualmente mais específicos e eficientes para as pragas ou doenças, menos impactantes ao meio ambiente, mais baratos para o produtor rural e menos perigosos para os aplicadores.

Como um investimento de US\$250 a 300 milhões poderia esperar por tanto tempo? Nesse tempo, as pragas já teriam corroído tudo. Não é a toa que os produtores de agrotóxicos estão indo para China em

vez de virem produzir em um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos do mundo, que – com certeza, é o consumidor mais eficiente na relação custo benefício.

O presente projeto de lei visa a atualizar o marco regulatório dos agrotóxicos e afins no Brasil, em um de seus aspectos mais relevantes – o prazo de registro dos produtos. Sem tal medida seria impossível se ter maior efetividade ao agronegócio brasileiro, principalmente em situações de crise com pragas e doenças, quando um patrimônio genético, cultural e mesmo material pode virar pó da noite para o dia.

Dessa forma, visando a otimizar o processo de registro de agrotóxicos no Brasil, estamos propondo a atualização da Lei nº 7.802, de 1989, para:

- i) determinar que o pedido do registrante seja direcionado somente para um único órgão;
- ii) fixar o prazo máximo da análise para o registro em 180 dias, podendo ser estendido uma única vez por mesmo período, dessa vez, improrrogável, mais 15 dias para o registro em si; e
- iii) qualificar como crime de responsabilidade o não cumprimento do prazo máximo de registro.

Dessarte, caros pares, o presente projeto de lei procura estabelecer prazo para que o Estado adote as providências cabíveis para o registro de agrotóxicos e afins, e, por outro lado, dotar a iniciativa privada de condições de previsibilidade e ação em caso de negligência na atuação estatal, com o fim de preservar o bem público maior: a capacidade produtiva do agronegócio, construída a duras penas e com investimento de todos os segmentos da sociedade.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial,

utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei.

Art. 3º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do art. 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

§ 6º Fica proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:

a) para os quais o Brasil não disponha de métodos para desativação de seus componentes, de modo a impedir que os seus resíduos remanescentes provoquem riscos ao meio ambiente e à saúde pública;

b) para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil;

c) que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica;

d) que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, de acordo com procedimentos e experiências atualizadas na comunidade científica;

e) que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar, segundo critérios técnicos e científicos atualizados;

f) cujas características causem danos ao meio ambiente.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais**

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal,

dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2013

Altera o art. 138 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir os requisitos para a condução de veículo de transporte escolar.

Art. 1º O art. 138 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 138. O condutor de veículo destinado ao transporte de escolares deve ser habilitado na categoria D, nos termos do art. 145." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A regra contida no inciso IV do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) tem se mostrado particularmente perversa para o motorista de transporte escolar. Refiro-me àqueles condutores que, devidamente habilitados para a atividade na forma do art. 145 do CTB, venham a cometer, no exercício da profissão, duas ou mais infrações médias ou pelo menos uma infração de natureza grave ou de natureza gravíssima num período de 12 meses.

De acordo com a regra atual, qualquer dessas ocorrências, previstas no inciso IV do art. 138, deixaria o profissional impedido de conduzir veículo de transporte escolar, pelo menos até que novo período de doze meses se complete sem que fato análogo se repita.

Nenhuma empresa manterá empregado um motorista temporariamente impossibilitado de conduzir os veículos com os quais ela presta seus serviços. Entre outras consequências nefastas, isso pode levar o profissional do volante à dispensa, com a súbita eliminação da fonte da qual retira seu sustento e o de sua família – ameaça que alcança também o contingente de motoristas autônomos engajados na atividade.

Ocorre que, enquanto o art. 145 do CTB define as condições para obtenção da habilitação para conduzir veículos utilizados para algumas finalidades específicas – entre as quais o transporte escolar, o transporte cole-

tivo de passageiros, o transporte de produtos perigosos e serviços de emergência –, o art. 138, em seu inciso IV, acaba por criar dificuldade adicional para que o condutor habilitado para o transporte escolar se mantenha no exercício da atividade. Note-se que igual rigor não se observa em relação aos profissionais habilitados para conduzir os demais tipos de veículos citados no art. 145. Estes, assim como qualquer condutor, sujeitam-se tão somente à regra do acúmulo de 20 pontos em infrações cometidas em 12 meses (art. 261, § 1º), determinante da aplicação da penalidade de suspensão.

Ora, se um caminhoneiro e até um condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros podem acumular 20 pontos antes de sofrer a penalidade de suspensão do direito de dirigir, por que o condutor de transporte escolar haveria de ser afastado dessa atividade, por exemplo, com apenas 5 pontos, correspondentes a uma única infração grave cometida em igual espaço de tempo?

Trata-se, portanto, de séria distorção presente no CTB, a qual, por prejudicar condutores que atuam no transporte escolar, precisa ser corrigida. Considerando que as demais condições previstas no art. 138 (idade mínima de 21 anos e aprovação em curso especializado) já terão sido previamente aferidas e atendidas pelo condutor por ocasião de sua habilitação para a atividade, bastaria que o referido dispositivo se limitasse a especificar a categoria de habilitação exigida para essa finalidade (categoria D), prevalecendo, para esse fim, as condições já satisfatoriamente discriminadas no art. 145.

Este é o sentido da presente iniciativa, consubstanciada na nova redação que proponho para o art. 138 do CTB. Para aprová-la, espero contar com o decisivo apoio dos ilustres parlamentares.

Sala da Comissão, – Senador Gim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Mensagem de veto

Texto compilado

(Vide Lei nº 12.619, de 2012)

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

- I – ter idade superior a vinte e um anos;
- II – ser habilitado na categoria D;
- III – (VETADO)

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser maior de vinte e um anos;

II – estar habilitado:

a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e

b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E;

III – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

IV – ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.

Parágrafo único. A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III. (Incluído pela Lei nº 12.619 de 2012) (Vigência)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2013

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para tratar da oferta de provas de concursos públicos em braile e garantir sua aplicação em local oficial próximo à residência da pessoa com deficiência visual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 11.

.....
Parágrafo único. As provas de que trata o *caput* serão aplicadas em braile quando previamente requerido por pessoa com deficiência visual, a quem será garantida a realização da prova no local oficial mais próximo de sua residência.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esse projeto visa desdobrar princípio normativo já contido em nosso ordenamento jurídico. A Consti-

tuição Federal abriga diversos dispositivos que compõem à consideração igualitária das pessoas com deficiência. Como súmula de todas as menções constitucionais aos direitos das pessoas com deficiência podemos citar o inciso II do art. 23, segundo o qual é competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Municípios, “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. A Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000) é uma demonstração do exercício de tal competência.

O presente projeto tem espírito semelhante ao da Lei de Acessibilidade, no sentido de cumprimento da obrigação constitucional de zelo para com as pessoas com deficiência.

Parece-nos que resta evidente a utilidade da proposição para as pessoas com deficiência visual, bem como sua justiça, em se considerando o espírito igualitarista de nossa ordem jurídica. Mas é importante chamar a atenção para aspectos além da justiça para com as pessoas com deficiência visual.

Destarte, observemos que pessoas com deficiência visual costumam ter sensibilidade acentuada e diversas outras capacidades que ficam subutilizadas na vida social em razão da invisibilidade a que a falta de direitos condensa tais pessoas. Em outras palavras: este projeto não expressa apenas a consideração da sociedade em relação às pessoas com deficiência visual, mas também a expectativa com relação a elas. Expectativa de que podem contribuir de modo criativo, regular e competente para o exercício da função pública. Expectativa, enfim, de que se desincumbam das obrigações do serviço público de modo a trazer ganhos para esse serviço. O Estado não apenas ajuda as pessoas com deficiência com este projeto, mas ajuda também a si mesmo, na medida em que passa a poder recrutar bons servidores lá de onde antes nada provinha.

Enfim, o projeto aborda o tema da consideração moral devida por norma constitucional de modo amplo o bastante para que não se tenha “ pena” das pessoas com deficiência, mas uma atitude respeitosa derivada da observação do fato, puro e simples, de que as pessoas com deficiência visual são, como todos os brasileiros e brasileiras, capazes de realização pessoal e de cooperação plena com a sociedade em que vivem.

Pelas razões expostas, peço o apoio dos nobres Congressistas para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, – Senador Gim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Seção III Do Concurso Público

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira:

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97) (Regulamento)

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no *Diário Oficial da União* e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

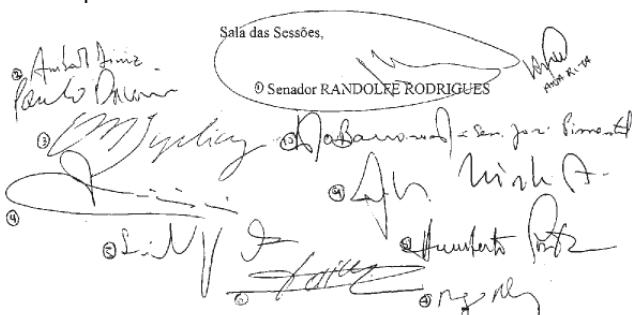
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 8, de 2013**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 626, 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 8, DE 2013

Nos termos do art. 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para o plenário da decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), proferida na 12ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2013, que aprovou o PLS nº 626, de 2011 que “Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.”



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante resarcimento, e dá outras providências.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o **Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012**, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria cumprimentar todos os que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pela Internet.

Convidado para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy. V. Exª dispõe do tempo regimental.

Grande Senador Raupp, tudo bem? Estábamos há pouco nas comissões. Essa correria de comissão, plenário e voltamos.

Com a palavra V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, querido Senador Jorge Viana, Senador Valdir Raupp, quero hoje fazer uma reflexão tendo em conta os comentários ontem realizados pelo Presidente do PSDB, Senador Aécio Neves, que sugeriu à Presidente da República, Dilma Rousseff, pedir desculpas à Nação pela veemência com que ela própria e membros do Governo criticaram o que aconteceu na semana passada, quando dezenas de milhares de famílias, sobretudo mães, compareceram às agências da Caixa Econômica Federal para retirar o benefício do Bolsa Família.

Estavam as mães muito preocupadas em função de informações que teriam chegado – informações incorretas – de que aquele benefício poderia acabar de uma hora para outra.

E eu avalio como muito importante falar de como todos nós representantes do povo no Congresso Nacional precisamos manter a credibilidade deste programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, ainda mais porque se trata de um programa que foi objeto da construção, de maneira suprapartidária, no Congresso Nacional.

Eu, daqui a instantes, recordarei os passos que foram dados até que nós chegássemos à aprovação do Programa Bolsa Família, com o apoio de todos os partidos, tanto da situação, da base aliada, quanto da oposição. Da mesma maneira como quando era o governo Fernando Henrique Cardoso, em que todos os partidos aprovaram as formas segundo as quais deram passos os programas de transferência de renda durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O Programa Bolsa Família hoje é internacionalmente reconhecido como um dos melhores instrumentos para a superação da extrema pobreza, para o combate à fome e para a melhoria da distribuição da renda. E é importante que os boatos e disputas não venham a interferir na execução deste programa, hoje tão bem avaliado.

Em março de 2013, havia 18.491.302 famílias no Brasil com renda familiar *per capita* de até R\$140,00 por mês, que estavam inscritas no Cadastro Único e, portanto, aptas a entrarem no Programa Bolsa Família. Mas nesse mesmo mês havia 13.773.316 que, efetivamente, estavam recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família, correspondendo a 75% das famílias com direito a fazerem parte do Programa.

Considerando que cada família composta, nesta faixa de rendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família, por, aproximadamente, três e meia pessoas por família, podemos dizer que, aproximadamente, um quarto ou 25% da população brasileira, hoje de 194 milhões, são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em junho de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff, que tem na erradicação da pobreza extrema o seu objetivo número um, lançou o procedimento denominado de Busca Ativa, pelo qual todos os níveis de Governo – estaduais, municipais –, e todas as organizações sociais, sejam os sindicatos de trabalhadores, sejam as entidades empresariais, entidades da sociedade civil, e mesmo nós, Presidente Jorge Viana, como cidadãos ou Senadores, se encontrarmos alguma família que, seja ali no Acre, seja em São Paulo, ou em Roraima, ou em Rondônia, se soubermos que uma família carente tem uma renda até R\$140,00 *per capita* e ainda não estiver inscrita e recebendo os benefícios do Bolsa Família, é nossa responsabilidade, atendendo o apelo da chamada Busca Ativa da Presidenta Dilma, informar a essa pessoa: “Você tem esse direito. Vá lá na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de onde você mora e se inscreva, porque este programa é assegurado a todas as famílias”.

Cabe ressaltar que, a partir de março de 2013, todas as famílias inscritas no Programa Bolsa Família – e este é o chamado Programa Brasil Carinhoso – com pelo menos uma criança de até 15 anos e 11 meses, cuja renda familiar mensal, mais os benefícios do Bolsa Família, não alcancem o mínimo de R\$70,00 *per capita* por mês, passaram a receber do Governo Federal o complemento necessário para atingir R\$70,00 mensais *per capita*.

Ora, quero assinalar que o Congresso Nacional – primeiro a Câmara, e o Senado Federal há duas semanas –, ao apreciar o projeto de lei de conversão que consubstanciou o Programa Brasil Carinhoso, estabeleceu, inclusive por sugestão da Câmara dos Deputados, aqui confirmada pela Relatora, Senadora Lídice da Mata, que, em verdade, toda família beneficiária do Programa Bolsa Família, somados os rendimentos, digamos, do pai e da mãe mais os benefícios do Bolsa Família – com criança e até sem criança, porque essa foi a forma aqui aprovada –, passa a ter o direito de receber o complemento necessário oferecido pelo Governo Federal para que aquela família tenha R\$70,00 *per capita* por mês. Ou seja, nós temos hoje um programa que assegura às famílias brasileiras pelo menos R\$70,00 mensalmente.

É interessante notar que os resultados da busca ativa têm variado de Estado para Estado e em cada um dos 5.570 Municípios do Brasil. Nesse sentido, os Estados que mais avançaram no processo, segundo levantamento que aqui fiz, tendo em conta os relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social, são Ceará, Pará, Maranhão, Amazonas, Alagoas, Sergipe, Piauí, Paraíba, Bahia e Roraima, todos do Norte e Nordeste, as regiões mais pobres do Brasil.

A proporção de famílias sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em relação àquelas que preenchem os requisitos de renda mencionados varia de 76,68%, em Roraima, para 81,30%, no Ceará, levando em conta os dados de abril último.

Se nós levarmos em conta os dados de maio último, no Ceará, por exemplo, havia 1.324.324 famílias com renda familiar *per capita* até R\$140,00 por mês. Essas famílias, portanto, teriam direito ao Programa Bolsa Família, mas efetivamente eram beneficiárias 1.080.805, correspondendo a 81,61%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Se nós levarmos em conta o Brasil inteiro, pela última informação do Ministério do Desenvolvimento Social, havia 18.514.807 famílias, das quais 13.773.316, correspondendo a 74,39%, estavam efetivamente tendo o direito. Santa Catarina é o Estado que mais atrás está, com 60,11%, no chamado processo da Busca Ativa.

Se nós levarmos em consideração as capitais no Brasil, a capital que em maio estava mais avançada no processo da Busca Ativa era o Rio de Janeiro, com 235.795 famílias beneficiárias do Bolsa Família, de um total de 296.496, que corresponde a 79,53%. No Município de São Paulo, onde eu moro, de 459.210 famílias que poderiam ter o direito em março de 2013, conforme o último dado de maio, 283.162 estavam sendo beneficiárias, correspondendo a 61,66%. Vou citar o dado de Rio Branco, Senador Jorge Viana. De 31.183 famílias que, em março de 2013, poderiam ter o direito ao Bolsa Família, 24.195, correspondendo a 77,59%, estavam tendo esse direito.

Bem, as dez unidades da Federação com as menores taxas de realização da Busca Ativa são Santa Catarina, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Mato Grosso e Espírito Santo, sendo que a proporção chega apenas a 59% em Santa Catarina e avança mais nas demais.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Valdir Raupp, com muita honra.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Eu quero aqui dar uma contribuição ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Esse programa realmente é muito importante e tornou...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – ... milhões de famílias mais felizes depois da sua im-

plantação. O meu Estado de Rondônia foi altamente beneficiado. Uma das coisas mais bonitas que eu vi na minha vida foi quando o Presidente Lula esteve em Rondônia para lançar as obras das usinas do Rio Madeira, que empregaram, durante um período, 40 mil trabalhadores. Só a Odebrecht formou, capacitou, na Usina Santo Antonio, mais de 12 mil trabalhadores em Porto Velho, mas havia gente de todo o Estado. Na Usina de Jirau, um pouco menos, porque havia muita gente de fora. Mesmo assim, 30% a 40% eram de Rondônia e também foram capacitados. Uma senhora, naquela ocasião, na presença do Presidente Lula, devolveu o cartão do Bolsa Família porque disse que tinha arrumado um emprego para ganhar, naquela época, há uns quatro anos, R\$900,00 por mês e que, com o primeiro salário, ela pôde comprar roupas, sapatos, bolsas para as filhas, já que não tinha tido oportunidade de comprar antes. Tanto ela quanto outras famílias devolveram o cartão do Bolsa Família. Então, essa rotatividade é muito importante, porque, quando as pessoas conseguem um emprego em que passam a ganhar mais do que recebem com o Bolsa Família, elas devolvem o cartão para que outra família possa entrar. Realmente, é um programa que merece continuar. E é lamentável que tenham acontecido esses últimos episódios, causando transtornos na vida de milhares e milhares de famílias. Parabéns a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Quero dizer que é importante que nós avancemos mais no aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda e que possa, efetivamente, o Brasil avançar para que continue a diminuir o coeficiente Gini de desigualdade, que era da ordem de 0,594, em 2001, e, em 2002, passou para 0,519 – último dado do *Gini coefficient*.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas é importante que possamos avançar ainda mais em direção àquilo que já é lei, aprovada por todos os partidos: a Renda Básica de Cidadania, um direito de toda e qualquer pessoa, não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de participar da riqueza da Nação.

Essa senhora, então, passaria a ter a continuidade da Renda Básica de Cidadania, que seria incondicional, e mais tudo aquilo que passou a ter direito com o seu trabalho e o seu rendimento. Todo e qualquer trabalho e esforço será para além da garantia da renda básica.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, dando uma informação.

Na última sexta-feira, eu e o Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, fizemos uma palestra, organizada pela Superintendência da Receita Federal do Brasil, em São Paulo, no auditório Horácio Lafer. Fomos convidados pela Secretaria de Fazenda do Estado, Secretaria da Educação e Procuradoria-Geral da Fazenda. Ali, mais de 400 pessoas ouviram a exposição do Prof. Paul Singer, que foi aplaudido de pé. Na sua conclusão, ele relacionou a economia solidária com o Programa de Transferência de Renda, elogiou o Programa Bolsa Família e colocou a perspectiva da Renda Básica de Cidadania, dizendo que ele avaliava como muito próprio...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ... poder fazer parte de um grupo de trabalho que iria preparar a transição do Programa Bolsa Família para um dia termos a Renda Básica de Cidadania.

Eu quero justamente concluir o meu pronunciamento com uma sugestão à Presidenta Dilma Rousseff, conforme transmiti ontem à Ministra Miriam Belchior. Que possa a Presidenta Dilma Rousseff constituir uma comissão de trabalho para estudar como poderá ser feita a transição do Programa Bolsa Família para um dia termos a Renda Básica de Cidadania para todos os habitantes do Brasil como um direito incondicional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Supilcy.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp, como segundo orador inscrito, tem o tempo regimental de dez minutos. Tendo em vista que estamos começando os trabalhos e que V. Ex^a tão bem representa Rondônia nesta Casa e preside o PMDB, a Mesa será tolerante, de acordo com a necessidade de V. Ex^a.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente.

Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa, que preside, neste momento, esta sessão, trabalhamos até poucos instantes na Comissão de Constituição e Justiça e não tivemos tempo de almoçar ainda, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu estou almoçando um pequeno lanche para poder aguentar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de iniciar o meu pronun-

ciamento sobre a relação Brasil-Alemanha – estamos comemorando o ano da Alemanha no Brasil – fazer dois breves registros.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a atenção e a eficiência do Ministério das Relações Exteriores, através de sua Assessoria Parlamentar, o Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, e da Ministra Vera Lúcia Caminha Campetti, que, de pronto, após nossa solicitação, prestaram todas as informações a respeito de um grupo de brasileiros rondonienses, lá do meu Estado, que prestavam missão religiosa em Mazar-i-Sharif, no Afeganistão, onde estavam correndo risco de vida. Os mesmos foram removidos e deixaram a região sem qualquer registro de incidente nem complicação e já estão seguros na Espanha.

Os nossos sinceros agradecimentos ao Itamaraty.

Faço ainda um segundo registro, Sr. Presidente.

Amanhã, dia 30, é Dia do Geólogo. Quero, aqui, parabenizar esses profissionais que prestam relevantes serviços ao País. Essa profissão foi regulamentada em 1962. Esses brilhantes profissionais prestam serviços em dez áreas distintas, como geologia do petróleo, hidrogeologia, geotécnica, pesquisa mineral, geoquímica e geofísica, entre outras. Então, as nossas homenagens, os nossos parabéns a todos os geólogos do Brasil!

Começo, agora, Sr. Presidente, o meu pronunciamento sobre a relação Brasil-Alemanha.

As relações Brasil-Alemanha vêm de longa data. Estreitaram-se a partir do início do século XIX, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram ao nosso País, dotados do *animus* de aqui construir suas vidas – *animus* vem da alma. Então, eles vieram para o Brasil com a alma aberta para ajudar este País.

Instalados especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, os colonos alemães e gerações de seus descendentes há quase dois séculos aportam expressiva contribuição para o desenvolvimento nacional.

E aqui abro um parênteses, Sr. Presidente, para falar da minha família. Realmente, há quase 200 anos, mais precisamente em 1826, dois irmãos da família Raupp vieram da Alemanha, meus ancestrais, para trabalhar no Brasil. Eles vieram com outras famílias – Schäffer, Weber –, na época do Império, e foram mandados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul a fim de fundar uma colônia agrícola. Naquela época a Colônia São Pedro; hoje, o Município de Dom Pedro de Alcântara, na região de Torres, divisa com Santa Catarina.

Eu nasci em Santa Catarina, porque minha mãe migrou para o outro lado do Rio Mampituba, que faz

a divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Portanto, nasci em Santa Catarina, mas minha mãe voltou para o Rio Grande. Hoje ela mora em Capão da Canoa, Rio Grande do Sul, onde há muitos Raupps.

O Ministro Marco Antonio Raupp, da Ciência e Tecnologia, é gaúcho, de Rio Pardo, estudou em Cachoeira do Sul, seus familiares são de lá. Portanto, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina há muita gente da família Raupp.

Todos os anos há uma festa de comemoração da família Raupp, quando se juntam de 700 a 800 pessoas da família. Foram alemães que vieram há quase 200 anos para prestar esse serviço ao nosso País.

Vejam, senhoras e senhores, que também o Estado que represento nesta Casa, Rondônia, conta com uma cidade, Espigão d'Oeste, de cerca de 30 mil habitantes, que reúne expressivo número de pomeranos, denominação de muitos dos imigrantes alemães originais. É um dos vários Municípios brasileiros que têm o pomerano, idioma da região da Pomerânia, como língua cooficial.

Faço esses concisos registros para lembrar que estamos em pleno “Ano da Alemanha no Brasil”, oficialmente instalado no início deste mês, na cidade de São Paulo, pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Presidente da Alemanha, Joachim Gauck.

Nos próximos 12 meses, nada menos que mil eventos deverão ser realizados em todo o País, celebrando essa relevante iniciativa bilateral.

A Alemanha, sob a liderança da Chanceler Angela Merkel, é uma das nações europeias que se veem menos vulneráveis diante da severa e continuada crise econômico-financeira que atinge a Europa, o chamado Velho Mundo. O Brasil avança como o mais importante parceiro de negócios da Alemanha na América Latina. Os alemães, por seu turno, ocupam posto de destaque dentre os principais parceiros comerciais de nosso País.

Mas o que me parece relevante, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, destacar neste pronunciamento, é a boa notícia veiculada em recente edição do jornal *Valor Econômico*. De acordo com nosso principal diário de economia, empresas alemãs têm projetos de investimento no Brasil que alcançam a cifra de €10 bilhões, para o quadriênio 2013/2016.

Quando se insinua um claro retraimento em função da crise que persiste na União Europeia e na América do Norte nos investimentos estrangeiros no Brasil, a intenção dos alemães deve ser saudada, estimulada e apoiada por todos nós. Parte significativa dos projetos de inversão no País provém de empresas já instaladas entre nós e situa-se nos setores automotivo, químico, de máquinas e equipamentos, e eletroeletrônicos. Com efeito, como salienta o *Valor*, os alemães desejam

acelerar uma nova onda de cooperação econômica, enfatizando o modelo de *joint ventures* entre pequenas e médias empresas na área do desenvolvimento de tecnologias.

Uma das grandes preocupações dos parceiros europeus é evitar a bitributação em impostos de renda e de capital. Por isso, faz-se necessário, com urgência, avançarmos cada vez mais na reforma tributária, na diminuição dos custos dos nossos impostos.

O tema vem sendo discutido há quase oito anos, e agora, no bojo do “Ano da Alemanha no Brasil”, há grande expectativa em torno de seu definitivo equacionamento. Com déficit comercial crescente desde o advento da crise financeira mundial, o Brasil tem ainda grande oportunidade de buscar o reequilíbrio dessas contas que, no ano passado, garantiram à Alemanha um superávit de US\$7 bilhões. O Brasil compra da Alemanha US\$7 bilhões a mais do que exporta para a Alemanha. Nós estamos com um déficit comercial nessa balança, e precisamos avançar.

O Senador Pedro Simon falava aqui da imigração alemã no Rio Grande do Sul, que muito contribuiu para a região, onde estão os meus parentes, em várias cidades, em vários Municípios – e S. Ex^a tem sempre lembrado isso aqui nesta Casa. De forma que nós precisamos avançar um pouco mais e diminuir...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ... esse desequilíbrio da balança comercial entre o Brasil e a Alemanha. Precisamos vender mais, precisamos exportar mais para a Alemanha.

Creio que é extremamente importante, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o direto envolvimento e acompanhamento dos Ministérios da Fazenda, das Relações Internacionais e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nesta grata e manifesta intenção dos alemães.

Nossas autoridades precisam ser um pouco mais proativas e agressivas, aproveitando essa extraordinária disposição dos empresários e do governo alemão, em momento tão importante das relações bilaterais, como neste “Ano da Alemanha no Brasil”.

A economia brasileira, que ora sinaliza com a perda de algum ímpeto, certamente agradecerá os investimentos da Alemanha no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, pelo pronunciamento, por estar aqui celebrando e falando da importância dessa amizade antiga entre Brasil e Alemanha, que se estreita ainda mais nos tempos atuais.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra o nobre Senador Pedro Simon, como orador inscrito para esta sessão.

Em seguida, estão aqui inscritos o Senador Luiz Henrique e o Senador Humberto Costa. Mas, com a não presença do Senador Luiz Henrique, certamente o próximo será o Senador Humberto Costa.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o Vice-Presidente dos Estados Unidos está no Brasil. Ele chegou ontem; discursou hoje, no Rio de Janeiro; e, na próxima sexta-feira, tem um encontro com a Presidente Dilma Rousseff, aqui em Brasília.

A pauta privilegia assuntos econômicos, questões estratégicas, com a presença crescente do Brasil no cenário mundial, a influência do País na América Latina e as relações internacionais.

“O Brasil não é mais um país emergente. O Brasil emergiu, o mundo todo já notou” – disse o Vice-Presidente de Barack Obama.

A recém-criada Aliança do Pacífico, um tema praticamente obrigatório, representa, para os Estados Unidos, uma nova oportunidade de introduzir a proposta da área de livre comércio para a América Latina. Ideia já rechaçada anteriormente, uma vez que inclui mais vantagens aos interesses norte-americanos que benefícios aos demais associados.

A Aliança do Pacífico, porém, é o tema do momento. A Aliança do Pacífico... É com certa angústia, até, que vejo e analiso as declarações de autoridades diplomáticas brasileiras sobre a Aliança para o Pacífico. A criação de um novo bloco comercial na América Latina, com suas implicações geopolíticas na região, em minha opinião, é analisada de forma superficial pelo Governo brasileiro. É com incompreensão que eu digo isso. Na verdade, até agora, acompanhando a criação da nova aliança e a reação do Governo brasileiro, eu não consigo entender a falta de uma ação mais ativa do Governo brasileiro.

Não se concebe que um novo e dinâmico bloco econômico, formado por algumas das maiores economias do continente, não cause a mais leve apreensão entre nós, tanto por parte do Governo como por parte do Itamaraty. Ao contrário, o assunto é visto com displicênciia.

O assessor internacional diplomático da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, chegou a declarar, conforme os jornais publicaram, que a Aliança do Pacífico “não tira o sono do Brasil”.

Porém, se não provoca pesadelos, o novo bloco certamente tem potencial enorme para causar impacto

no sonho de integração latino-americana. A começar pela redução do poder de fogo e de atração representado pelo Mercosul, um bloco criado há duas décadas e vivendo em permanente instabilidade.

A Aliança representa um forte contraponto à influência política e econômica do Brasil na região. Formada há dois anos por México, Chile, Colômbia e Peru, a Aliança contabilizou no ano passado US\$556 bilhões em exportações, contra US\$335 bilhões, registrados no comércio dos países que integram o Mercosul.

Há dias, na reunião de cúpula realizada em Cali, na Colômbia, numa prova de vontade e dinamismo, a Aliança adotou duas medidas: assinou um acordo comercial que zerou as tarifas de importação de 90% dos produtos negociados; e criou um visto comum para turistas.

É compreensível que a Aliança do Pacífico, subestimada pelo Brasil, seja acompanhada com maior objetividade por outros países. Estados Unidos, Canadá, Panamá e Costa Rica estão mais diretamente interessados.

Também países como a França, Japão, Espanha, Portugal, Nova Zelândia e Austrália enviaram observadores à reunião de cúpula da Aliança. Nesse cenário, é quase inacreditável que todo esse barulho em nossa vizinhança não desperte a curiosidade no Brasil. Tanta movimentação política e comercial deveria, isso sim, despertar diversas luzes amarelas piscantes no Itamaraty. Mas a preferência no ambiente é por outras cores. Talvez seja mais atraente o azul da bandeira da combalida União Europeia, com quem o Mercosul tenta formalizar, há mais de uma década, um improvável acordo comercial capaz de equilibrar interesses da indústria e da agricultura de ambos os Estados.

Conforme o jornalista, o arguto analista Clóvis Rossi, da *Folha de S.Paulo*, a Aliança do Pacífico representa também uma integração que se constrói de costas para Brasília. Nesse vácuo de interesse, cabe maior responsabilidade ao Senado e, especialmente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa.

Daí, nossa sugestão de realização de audiência pública com autoridades do setor e a quem mais interessar, para que possamos debater com profundidade a Aliança do Pacífico, suas implicações geoestratégicas, políticas e comerciais, no Continente e, principalmente, no Brasil e no Mercosul.

Francamente, não consigo compreender como sai essa aliança fora da nossa. Nós ficamos nessas situações, exatamente neste momento longo e difícil...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A operação que terminou afastando – espero que tem-

porariamente – o Paraguai e essa entrada difícil, mas necessária da Venezuela, e, no entanto, se tivéssemos feito essa integração com esses quatro países a mais, estaria fechada a integração da América Latina. Em vez de, como ela está aparecendo, Aliança do Pacífico, enquanto nós formamos a Aliança do Atlântico, estaríamos com a integração da América Latina em uma grande realidade.

Não consigo entender. Não consigo entender a política e a ação do Ministro Patriota.

Falava-se muito do seu antecessor, do esforço que ele fazia na aproximação, inclusive, com países como o próprio Irã; na tentativa que ele fez, com Irã e Turquia, da busca de um entendimento que poderia ter resolvido a questão da paz, naquela região, e que o americano não quis, não deixou. E provado, depois, foi, quando invadido, liquidado e desmoralizado o Iraque, estava certo...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... o representante brasileiro, na organização internacional, que garantia que não havia armas químicas, e não havia, absolutamente, nenhuma ação nesse sentido.

Mas, hoje, essa aliança nova que se forma leva de arrasto, digamos assim, o sonho do Brasil de integração da América Latina, que vem de longe: que o Sarney começou, quando presidente; que todos os presidentes do Brasil continuaram – Lula deu uma dedicação especial à América Latina e à África –; e que avançou, avançou muito, com muita possibilidade, embora, ultimamente, o Mercosul fique na discussão interna da divisão e distribuição de seus produtos, ...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... nas negociações entre Brasil e Argentina e entre Argentina, Brasil e Uruguai; e ainda não houve o avanço para o exterior, o desenvolvimento que se esperava. Mas deixar que Chile e os outros irmãos da América formassem o Tratado do Pacífico, que é uma bofetada no Brasil, não consigo entender.

Não consigo entender como o grande internacionalista Garcia, que está lá no governo, diz, com a maior tranquilidade, que o problema da Aliança do Pacífico não preocupa o sono do Brasil. A Presidenta ainda não falou; o Lula ainda não falou, mas acho que foi um dia negativo.

Pedi a convocação, e a Comissão de Relações Exteriores já marcou para agora. Eu esperava que a reunião tivesse saído na semana passada, na quarta-feira, quando os acontecimentos estavam anunciados, mas ainda não haviam saído. O Sr. Patriota não tinha tempo. Amanhã, dia santo, nesta semana ele também

não vem, mas eu, sinceramente, que também estava com uma preocupação muito grande em relação ao Mercosul e a sua expansão, vejo que, de um lado, o Mercosul vive uma dificuldade permanente. Não conseguimos sair das briguinhas da Argentina, com o seu arroz, do Brasil, com o seu arroz, do Rio Grande do Sul, do Uruguai, coisas insignificantes diante do desenvolvimento do tema, agora que podíamos fazer a integração real da América Latina. É claro que é difícil, o americano não quer; o americano quer e se apaixona pelo comércio bilateral, acordo entre Estados Unidos e Brasil, entre Estados Unidos e China, entre Estados Unidos e Paraguai. Para a nação americana, isso é mais interessante, mas não é o caso do Brasil.

Espero, com muita ansiedade, a vinda do nosso ilustre Patriota, Ministro das Relações Exteriores, cuja atuação, com toda sinceridade, não consigo acompanhar. Na minha falta de competência, não consigo interpretar o seu silêncio com relação a tudo e até, de certa forma, em relação às viagens da Presidenta. O Ministro Mercadante parece ser muito mais o homem das Relações Exteriores do que o Ministro Patriota. Vamos ver se dessa vez ele fala, ele explica.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que talvez ele tenha uma perspectiva, uma fórmula, tenha uma mágica na condução dos acontecimentos e que nós tenhamos de bater palmas. Por enquanto, apenas se lamenta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e convido para fazer uso da palavra o grande Senador Luiz Henrique.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço minha inscrição pela Liderança do Partido Progressista, se possível após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Vou fazer a observação, Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^ss e Srs. Senadores, o Mercosul, Senador Pedro Simon – eu só não o aparteei porque ocuparia a tribuna em seguida ao seu magnífico pronunciamento –, caminha com dificuldade. E essa Aliança do Pacífico coloca-lhe muletas, que dificultarão a sua missão de criar, efetivamente,

um mercado comum na América do Sul, sem barreiras recíprocas, alfandegárias, sanitárias, trabalhistas, criando uma interatividade entre a América espanhola e a América portuguesa, que viveram séculos de costas uma para a outra.

Senador Pedro Simon, se é motivo de preocupação os destinos do Mercosul diante dessa pactuação de países da costa pacífica, é motivo de regozijo o fato de que o Brasil, protagonista cada vez mais forte na cena multilateral, acaba de conquistar o comando da Organização Mundial do Comércio. E o que é importante, Sr. Presidente, é que essa conquista foi feita contra todos os votos da União Europeia, que, em votação secreta, decidiu apoiar a candidatura do Diplomata mexicano Hermínio Blanco.

O Brasil, pois, acaba de conquistar uma posição estratégica na diplomacia internacional.

O Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, respeitado no âmbito das Nações Unidas como grande especialista em solução de controvérsias, foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio, como já disse, contra a posição de todos os votos da União Europeia.

Contando com os votos dos BRICS – Rússia, China, Índia e África do Sul – e da maioria dos países africanos, e mesmo os latino-americanos, não obstante seu oponente, o diplomata Hermínio Blanco, ser mexicano, o Embaixador Roberto Azevêdo passa a comandar o órgão que pode mudar os rumos do comércio internacional levando a termo a chamada Rodada de Doha, interrompida pela posição intransigente de países desenvolvidos em renunciar a subsídios com que garantem a continuidade de agriculturas não ou pouco competitivas.

O que é a Organização Mundial de Comércio? Seu nome oficial inglês – e falo isso para telespectadores que talvez não tenham essa informação – é World Trade Organization. Foi instituída na reunião histórica de Marrakesh, em 1º de janeiro de 1995, substituindo o GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio, criado logo após a Segunda Guerra Mundial, dentro da filosofia objeto do famoso acordo de Bretton Woods.

O objetivo da Organização Mundial de Comércio é regulamentar as relações comerciais entre os países-membros, dirimindo-lhes as controvérsias sobre regras estabelecidas para a organização, a fim de impedir vantagens ilegítimas em exportações feitas com produtos subfaturados e objetos de subsídios irregulares.

A OMC está estabelecida para dirimir controvérsias no sentido de reduzir ou eliminar prejuízos provocados por importações lastreadas em injustas barreiras protecionistas.

A maior parte dessas regras de livre comércio foi fixada em Montevidéu, na conhecida Rodada do Uruguai, realizada entre os anos de 1986 e 1994.

Daquela época para cá, houve, no entanto, uma mudança profunda no cenário internacional, ampliando o número de protagonistas importantes nas relações multilaterais, expandindo a rede de embaixadas, criando novos grupos multilaterais, como o G-20 e os BRICS.

Países da Europa Oriental, da Ásia, da África e da América Latina, que tinham espaço secundário na economia internacional, passaram a desempenhar papéis determinantes na cena mundial, sobretudo no comércio de *commodities*, minerais e alimentos à frente.

Muitas dessas nações saíram da situação de subdesenvolvimento para a condição de países emergentes, disputando mercados sofisticados com o chamado Primeiro Mundo.

É o caso do Brasil, é o caso da nossa Embraer, que passou a produzir jatos de médio porte, e foi acusada perante a OMC, pela concorrente canadense Bombardier, de vender produtos com subsídios governamentais, quando superou aquela companhia numa grande venda de aviões para uma empresa norte-americana. Como os subsídios brasileiros são oferecidos às claras, publicados no *Diário Oficial*, noticiados pela imprensa, a Embraer foi condenada no primeiro embate. Quando, no entanto, o Brasil comprovou que o Canadá oferecia ajuda governamental não transparente à sua empresa Bombardier, o Brasil venceu o turno final da disputa, pela competência – e eu quero aqui pôr em relevo – pela competência do então Chanceler Celso Amorim e de uma equipe onde despontava o Embaixador Roberto Azevêdo, especialista notório nessas questões.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um breve aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Já vou conceder.

A OMC terá no comando um notório especialista, e o Brasil contará lá com um de seus melhores negociadores. E é verdade que...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... essa conquista tem que ser atribuída também ao Ministério das Relações Exteriores, ao Chanceler Antonio Patriota e à sua equipe de negociadores.

Senador Eduardo Suplicy, eu e o Senador Jorge Viana, que preside esta sessão, estávamos na Europa na ocasião dessa magnífica eleição, e vi como trabalhavam com seus pares os nossos Embaixadores André Amado, na União Europeia, Roberto Jaguaribe,

em Londres, nosso Embaixador José Maurício Bustani, em Paris, como a rede de embaixadas brasileiras estava envolvida nessa decisão.

V. Ex^a tem o aparte, para meu grande prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero compartilhar com V. Ex^a o cumprimento ao novo Diretor da OMC e, sobretudo, ressaltar como todos ficamos bem impressionados na arguição a que ele foi submetido na Comissão de Relações Exteriores, na semana passada. Também, tive oportunidade de assistir ao programa Roda Viva, que o entrevistou segunda-feira à noite, onde ele, assim como aqui, descreveu as suas qualidade e habilidades e experiência em fazer as negociações. Ele descreveu que iria sempre procurar chamar um a um, ter uma conversa olho no olho com cada representante de país, para, depois, chegar a um entendimento que pudesse somar o interesse de todas as partes envolvidas. Eu fiquei muito bem impressionado pela qualidade e experiência do Embaixador, conforme V. Ex^a aqui descreveu, porque há tempos que ele vem tendo essa experiência, ali mesmo, na OMC. Parabéns.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Permita-se só um aparte bem pequeno, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Bem pequeno, dou um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – É só uma carona com o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a recordava, Senador Luiz Henrique, a estada de V. Ex^a e do Senador Jorge Viana na Europa, quando aconteceu a eleição de Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC, o primeiro brasileiro. Nós tivemos a honra, agora na última semana, lá em Genebra, de visitarmos quem representa momentaneamente Roberto Azevêdo nos negócios da OMC, que é uma catarinense que V. Ex^a conhece bem, a Ministra Conselheira Márcia Donner Abreu, filha do grande professor Assis Abreu, de Florianópolis. Fiz esse registro porque fiquei encantado com aquilo, vendo ela, uma catarinense, tentando, momentaneamente, representar a pessoa de Roberto Azevedo até que venha outro nome e vá definitivamente. Então, é um momento muito importante para nós todos e, particularmente, até para Santa Catarina, neste momento. Era o registro que eu gostaria de fazer, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na verdade, Senador Casildo, quando nós sabatinamos os diplomatas designados para as diversas embaixadas brasileiras no exterior, nós percebemos isso, mas percebemos mais quando cumprimos missão no exterior.

O Itamaraty, realmente, tem uma massa crítica que, seguramente, é uma das melhores do País. É uma diplomacia preparada. A escola do Instituto Rio Branco é das melhores do mundo.

Por isso, eu acredito que o Embaixador Patriota possa nos dizer, na audiência a que se referiu o Senador Pedro Simon, como o Itamaraty está preparado ou se preparando para esse novo cenário, com a criação da Aliança do Pacífico. Qual é o impacto que isso vai provocar no Mercosul? Qual é o impacto que isso vai provocar na economia brasileira? Quais serão os desdobramentos econômicos, políticos, sociais e tarifários que essa aliança vai produzir?

Termino, Sr. Presidente, manifestando aqui, mais uma vez, o meu regozijo, cumprimentando o Itamaraty, o Embaixador Roberto Azevêdo, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e toda a sua equipe, por essa conquista. Ela é uma conquista superlativa para o Brasil.

A nossa esperança é que, em novembro, quando os países da OMC se reúnem, se não me engano, em Bangkok, que a Rodada da Doha possa ter uma evolução, se não aquela que nós todos queremos, com a eliminação de todo e qualquer subsídio agrícola, pelo menos avançando na sua redução e na facilitação do comércio legítimo, do comércio verdadeiro, do comércio sem apoios governamentais, do comércio espontâneo entre as nações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. Foi um privilégio termos estado na União Europeia, exatamente num momento em que o mundo discutia o novo responsável pela Organização Mundial do Comércio, cargo estratégico para o Brasil e para o mundo. E, agora temos esse grande brasileiro com essa missão.

Mas, como bem colocou V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, temos no Itamaraty um grande quadro de pessoas preparadas e que sempre elevam o nome do Brasil, quando assumem funções como essa, em que, pela primeira vez, alguém da América Latina assume a Organização Mundial do Comércio.

Convidado para fazer uso da palavra o Senador Humberto Costa, como orador inscrito, meu querido e bom amigo.

Quero dizer que estou inscrito para uma comunicação inadiável logo após o Senador Humberto Costa. Vou, inclusive, pedir que o Senador Casildo, se puder, daqui a pouco, assuma a presidência para que eu possa usar a tribuna.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, a

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou hoje uma matéria que representará um marco importante para a melhoria da qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Estou me referindo ao Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, de minha autoria, que institui a chamada Lei de Responsabilidade Sanitária.

Na CCJ, o projeto foi acolhido pelo Relator, o Senador Jorge Viana, em parecer consistente e bem fundamentado apresentado hoje pelo Senador Anibal Diniz, escolhido Relator *ad hoc*. Aprovado na CCJ, esse projeto será remetido à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Estive várias vezes, nesta tribuna, defendendo esse projeto. Estamos falando da criação de mecanismos que asseguram a transparência na execução e fiscalização das políticas públicas de saúde. Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal, estamos propondo um instrumento legal que estabeleça obrigações e defina responsabilidades para os gestores públicos, tanto na esfera estadual, quanto municipal e federal.

Quando fui Ministro da Saúde, no governo Lula, eu tive a oportunidade de iniciar essa discussão e, à época, criamos um grupo de trabalho para debater, estabelecer algumas medidas prioritárias. Naquele momento, porém, não foi possível concretizar a implantação de algo semelhante à Lei de Responsabilidade Sanitária.

Mas, ao assumir meu mandato nesta Casa, o PLS 174 foi um dos primeiros projetos que apresentei, tendo sido protocolado no dia 19 de abril de 2011. Durante a sua tramitação, tivemos a oportunidade de apresentá-lo para a sociedade, para o Governo Federal e para especialistas da área que puderam contribuir para o aperfeiçoamento da matéria, trazer sugestões e aprofundar o debate acerca da Responsabilidade Sanitária.

Eu me recordo, por exemplo, de audiência pública que realizamos na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), com a participação de representantes da Fiocruz, professores doutores da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa).

Pudemos ainda apresentar a matéria para o Conselho Nacional de Saúde, para a Agência Nacional de Saúde, para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. O Ministro da Saúde Alexandre Padilha, em visitas realizadas ao Presidente Renan Calheiros ao longo deste ano, ressaltou a importância da Lei de Responsabilidade Sanitária.

Enfim, creio que todos aqueles envolvidos na causa da saúde têm a consciência da relevância de uma lei que garantirá uma melhor aplicação dos recursos da saúde, de forma lícita e transparente.

A definição dessas obrigações e responsabilidades permite um melhor controle – social, inclusive – das decisões tomadas pelos gestores. Sabemos da relevância de melhorar os mecanismos de controle de gastos, com redução dos desvios e desperdícios que, infelizmente, existem no SUS. Estamos falando do maior sistema público universal de saúde do mundo, que possui também desafios de grandes proporções.

O Governo Federal já avançou muito na adoção de medidas de transparência e melhoria dos gastos da saúde. Entre elas, podemos citar a edição do Decreto nº 7.507, de 2011, determinando que as prefeituras administrem recursos de saúde por meio de contas específicas e somente por meios rastreáveis.

Outra iniciativa do Ministério da Saúde foi a ampliação do controle sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, coibindo o cadastramento de profissionais com mais de dois cargos ou empregos públicos, com horários incompatíveis.

Para aprimorar a gestão e otimizar o uso de recursos do SUS, o Ministério adotou ainda medidas como a compra centralizada de produtos estratégicos, a negociação direta com fornecedores e a implantação de bancos de preços internacionais. Porém, ainda há limitações para a melhoria da aplicação dos gastos públicos, limitações que passam a ser superadas pelo projeto de lei.

Muitas vezes, por exemplo, a única forma de enfrentar irregularidades identificadas no setor é a suspensão dos repasses do Ministério da Saúde a Estados e Municípios que tenham incorrido nessas irregularidades até que se comprove a efetiva prestação dos serviços. Mas esse procedimento termina por prejudicar a execução das políticas de saúde, criando transtornos maiores para a população e, mais ainda, não puni os maus gestores.

A Lei de Responsabilidade Sanitária prevê penas para os gestores que vão desde sanções administrativas até multa, prisão e a consequente perda de cargo público. Mas ela não tem apenas caráter punitivo. O projeto dá a possibilidade de os entes federativos que não cumprem suas responsabilidades legais formalizarem um Termo de Ajuste de Conduta Sanitária (TACS), com a revisão de metas, com o acerto de uma nova pactuação entre os entes da Federação para o cumprimento de metas estabelecidas para o Sistema Único de Saúde.

Hoje, esses termos de ajuste de conduta existem, mas não têm o respaldo legal que a Lei de Responsabilidade Sanitária trará, fortalecendo esse instrumento. Esse termo pode ser firmado para corrigir rumos e rotinas de gestão, exceto se houver desfalque ou desvio

de dinheiro, bens ou valores públicos. Desse modo, se preserva o atendimento aos cidadãos e cidadãs.

A discussão, na CCJ, da Lei de Responsabilidade Sanitária ocorre quando discutimos inclusive novas fontes de recursos na comissão temporária destinada a debater o financiamento da saúde do Brasil, e que vem buscando apresentar proposições para o enfrentamento dessa questão.

Por essas duas frentes – a maior transparência e melhoria dos gastos da saúde e a ampliação do orçamento da área –, nós estamos dando um grande passo na construção de um SUS mais moderno, que possa fazer frente a desafios crescentes, como o envelhecimento da população e a aplicação de novas tecnologias para o diagnóstico e tratamento de doenças.

A matéria seguiu para a Comissão de Assuntos Sociais. Lá, nós pretendemos fazer um debate mais aprofundado sobre o mérito da proposta. Vamos realizar várias audiências públicas para ouvirmos todos os atores envolvidos na prestação do serviço à saúde, desde secretarias municipais, prefeitos, secretarias estaduais, governadores, Ministério da Saúde, profissionais da área de saúde, gestores, enfim, para que nós possamos construir uma proposta, o máximo possível, consensual, porque essa proposta é essencial para nós construirmos legitimidade para o Sistema Único de Saúde.

Hoje, lamentavelmente, há um senso comum negativo em relação ao SUS. A ideia das pessoas é a de que nós temos muito dinheiro e que gastamos muito mal – o que não é verdade. É óbvio que o sistema tem problemas de gestão e o Ministério da Saúde e o Governo Dilma têm caminhado para superar esses problemas. No entanto, é verdade também que nós não podemos continuar garantindo o que faz o SUS com os recursos que nós temos até agora.

Portanto, eu espero um debate bastante profícuo, na Comissão de Assuntos Sociais, para que nós possamos chegar a um bom entendimento e avançar com essa matéria.

Por isso, eu quero pedir o apoio dos nossos colegas da CAS na aprovação dessa matéria. Nesse sentido, esta Casa dará uma grande contribuição para a qualidade da saúde pública de todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu o cumprimento, Senador Humberto. Eu sei que é uma matéria delicada que não tinha regulamentação, mas que, agora, tem um marco regulatório bem feito. Eu tive o privilégio de ser relator, e o trabalho não foi nada grande por conta da preparação, do conteúdo

do projeto, que, com tanta dedicação e experiência de ex-ministro e de militante na área da saúde, como profissional, V. Ex^a apresentou. Parabéns!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Estou inscrito como o primeiro orador para uma comunicação inadiável e vou fazê-la. Em seguida, se não houver nenhum orador inscrito, passaremos para o Senador Capiberibe.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra, para comunicação inadiável, o eminentíssimo Senador Jorge Viana, do Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, que me presta uma colaboração na Presidência desta sessão; colegas Senadores e Senadoras, eu queria, nesta comunicação, informar e relatar, por intermédio da TV Senado e da Rádio Senado que, ontem, no gabinete da presidência, na companhia do Presidente Renan, do ex-Presidente Sarney, do Senador Vital do Rêgo, do Senador Romero Jucá e, depois, na do Senador Lindbergh, nós tivemos o privilégio de receber o Dr. Luís Barroso, indicado pela Presidenta Dilma para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Trago o assunto para a tribuna porque também hoje participei, na Comissão de Constituição e Justiça, do momento em que foi lido o relatório do Senador Vital do Rêgo que trouxe, para conhecimento da Casa e do País inteiro, a biografia do futuro Ministro Barroso. Mas, ontem, ele já nos havia impressionado a todos. É um grande brasileiro, uma figura humana extraordinária, e a Presidenta Dilma não poderia fazer escolha melhor, tanto que tem sido elogiada por diferentes setores da sociedade brasileira, extrapolando as diferenças entre situação e oposição.

Não tenho dúvida alguma de que, na hora em que sempre se questionada a relação entre poderes, com sua maneira discreta e sempre muito firme, porque sempre teve posições assumidas publicamente, embasadas pelo conhecimento, ele é uma das mais brilhantes biografias que temos entre os que militam

na advocacia brasileira, tanto que ouvi isso de Ministros do próprio Supremo que estão todos na melhor das expectativas.

Na próxima semana, será feita a sabatina do futuro Ministro Barroso. Acredito, sinceramente, como falei hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que o brasileiro terá aquilo de que ele tem sede hoje: ver nossa Constituição sendo cumprida, sendo respeitada; ver seu art. 5º, que trata Dos Direitos e Garantias Fundamentais, fazer parte da prática brasileira. Nós vamos ver – todos nós que temos essa expectativa – este País crescendo e se desenvolvendo, com todas as garantias do cidadão brasileiro preservadas. Para isso, teremos um fortíssimo aliado, discreto, competente, e que, certamente, irá ajudar no engrandecimento da mais alta Corte de Justiça do nosso País. Faço este registro entendendo que é importante compartilhar conversas como a de ontem com a sociedade brasileira.

E, por fim, Sr. Presidente, aproveitando inclusive aqui – e já estava programado, a minha intenção ao ocupar a tribuna era para isso – a presença do meu querido colega, ex-governador e grande Senador Cássio Cunha Lima, eu queria registrar que ontem, por uma iniciativa também de um Ministro do Supremo, o Ministro Fux, mas, por um gesto de grandeza de partes que estavam num conflito judicial – no caso o clube Treze, da Paraíba, o Rio Branco Futebol Clube, o STJD, a CBF –, conseguiram firmar um acordo judicial, um entendimento, que é às vezes o melhor instrumento que se poder ter para se ter justiça.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Graças à compreensão de todos, a Série C, do Campeonato Brasileiro, vai ter a participação do Treze, do Rio Branco, resolvendo definitivamente uma pendência judicial.

E agora, tanto na Paraíba, quanto no Acre, nós podemos viver a tranquilidade de ver essa paixão brasileira, que é o futebol, sendo aquela alegria ou a tristeza dos que perdem nos fins de semana.

E faço questão de registrar a mediação do Senador Cássio Cunha Lima. O Senador Vital também procurou dar uma ajuda maior, mas o Cássio é da região e não fez outra coisa a não ser salvaguardar os interesses do Treze, mas salvaguardando de uma maneira a buscar um entendimento para que a justiça pudesse surgir, e que o Rio Branco não sofresse.

Então, é com satisfação que ouço o aparte de V. Ex^a e lhe agradeço. Acho que este foi um bom exemplo: com a compreensão de um Ministro do Supremo e com a compreensão da própria CBF e do STJD, ontem foi firmado um acordo, e eu estou aqui para registrar e

agradecer, em nome do povo do Acre. O Rio Branco volta à Série C, e agora é no campo, com os jogadores, e na arquibancada, com as torcidas.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB) – Senador Jorge Viana, eu não poderia deixar de trazer a minha palavra neste instante para felicitá-lo, não apenas pelo pronunciamento, mas, de forma igualmente pública, deixar consignado, nos Anais desta Casa, com o registro dos telespectadores da TV Senado, todo o trabalho, mais uma vez, dedicado, diligente e competente feito por V. Ex^a. Recordo-me bem, não faz muito tempo, que aqui neste plenário fui procurado para que pudéssemos, ...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB) – ... a partir de um trabalho já realizado previamente por V. Ex^a, dar cabo a essa demanda que não interessa a ninguém, e, graças ao seu talento, à sua capacidade de negociação, de articulação, graças ao conceito do seu nome, o nome construído ao longo de uma trajetória que o Brasil respeita e que o Acre admira, foi possível chegar a esse entendimento, com a mediação do Ministro Fux. Não tenho a honra de conhecer na intimidade o Ministro Fux, apenas tenho conhecimento pela imprensa de que ele é tricolor como eu, fluminense; torço naturalmente pelo Treze, de Campina Grande, time também da preferência do Senador Vital. O Senador Vital também, registre-se, foi importante em todo esse procedimento, e estaremos, talvez, hoje à noite, eu e o Ministro Fux, torcendo pelo Fluminense em mais uma etapa da Libertadores, e quero, portanto, não apenas nesse episódio, mas ao longo de toda uma trajetória de convivência que tenho com V. Ex^a, registrar o meu apreço, minha admiração, minha estima e meu respeito e cumprimentá-lo por essa vitória que é a vitória do bom senso, da negociação, do futebol brasileiro. Excepcionalmente teremos 21 clubes na Série C, nesse certame de 2013, e que vença o melhor. Excepcionalmente, cinco serão rebaixados, e torço, muito sinceramente, para que Treze e Rio Branco continuem na Série C.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

Eu peço só licença ao Senador Casildo para poder agradecer essas palavras generosas, palavras generosas de que não sei se sou merecedor, do querido e bom amigo Cássio Cunha Lima, Senador que engrandece o Senado, que faz o bom combate aqui, defendendo os interesses do Brasil e dos brasileiros, cobrando do meu Governo, do nosso Governo posições, mas que, com essa escola da vida que V. Ex^a, seu

saudoso pai também já trilhou, nós todos chegamos aqui no Senado com alguma vivência. Temos passado em prefeituras, em governos, e sabemos claramente que o melhor caminho é o entendimento, é ver as coisas acontecerem, é fazendo as coisas acontecerem.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria, por fim, fazer um registro muito especial, Senador Aníbal Diniz.

O Senador Aníbal é surpreendente. Ele trabalha há tantos anos comigo, há décadas, auxiliando-me, orientando-me, assessorando-me em algumas vezes, mas nos conduzindo em outras, e o Senador Aníbal foi uma pessoa determinada por essa luta pelo Rio Branco, pelo futebol acriano. Nós construímos um grande estádio, temos trabalhado, mas Aníbal está sempre na linha de frente. E ele me chamou para encontrar uma solução, para trabalharmos juntos um caminho, porque todos os recursos estavam esgotados, e a mais alta Corte de Justiça é que deliberaria. E lá, com esse espírito que temos, Senador Cássio, eu falei: "Só resta buscar um entendimento". Como o Ministro Fux achou que era o melhor caminho também, ele, mais do que nunca, ontem foi juiz: arbitrou,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... mediou e resolveu uma questão judicial sem custo, a não ser o do tempo e da boa vontade.

Então, eu queria deixar aqui registrado nos Anais que valeu a pena. Pode ser um gesto aparentemente simples, mas não é. Envolve paixão, envolve esse sentimento bem brasileiro do esporte, das disputas, e a Série C tem que ter um pouco mais de atenção, melhor condição.

Ontem, eu falava com o Presidente do Treze, ele falando das dificuldades financeiras, a mesma coisa com o Rio Branco, mas nós ainda vamos ter, às vésperas da Copa do Mundo, uma condição melhor para os campeonatos de base, aqueles que dão oportunidade para o surgimento dos grandes jogadores. Neymar está indo em um jato fretado, semana que vem, para Barcelona, e ele vem desses campos, dessas divisões de base.

Então, muito obrigado, mais uma vez, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Vital e Senador Aníbal, meu...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... grande parceiro aqui.

Parabéns à direção do Treze e a quem dirige o nosso Rio Branco, e que agora nós possamos também ter uma melhor sorte para o Treze e para o Rio Branco na Série C do Campeonato Brasileiro, que começa na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após ouvirmos as palavras do Senador Jorge Viana, eu não poderia deixar de recordar que, ainda há alguns dias, o Senador Aníbal Diniz historiava o drama por que estava passando o time de Rio Branco, em função do problema que havia entre o Rio Branco e o time da Paraíba, e aí, com a participação do Senador Cássio Cunha Lima e os Senadores do Acre, conseguiram fazer com que os dois times pudessem participar nessa caminhada.

Eu vou passar aqui a palavra ao eminente Senador Flexa Ribeiro, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg. Porém, antes, quero fazer o registro dos estudantes de nível médio da Escola Estadual Domingos de Oliveira, de Formosa, Goiás. As boas-vindas aos estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Domingos de Oliveira, de Formosa, a querida Formosa de Goiás, muito linda.

Fica o registro.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Casildo Maldaner, Senadora, Srs. Senadores, também quero, antes de iniciar o pronunciamento, saudar aqui os jovens que nos visitam. Sejam bem-vindos ao Senado Federal. Vocês representam o Brasil de amanhã e participam conosco desta sessão, o que nos dá uma honra e uma alegria muito grande.

Ontem, Sr^{as} e Srs. Senadores, 28 de maio de 2013, foi um dia daqueles que revigoraram a força e o comprometimento do Legislativo, do Senado Federal, com as importantes questões do nosso País. Sem dúvida, a educação é a maior das nossas preocupações, ao lado da saúde, da infraestrutura e da segurança.

Amigas e amigos que nos assistem pelos veículos de comunicação do Senado, a TV Senado, e nos ouvem pela Rádio Senado, paraenses de todas as regiões, ontem aprovamos, Senador Capiberibe, em apenas um dia – vou repetir: em apenas um dia – o Projeto de Lei nº 30, de 2013, que cria a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). O Senado Federal recebeu o projeto da Câmara. A matéria foi lida, teve a sua urgência aprovada, e ontem mesmo foi aprovada e encaminhada para a sanção presidencial, o que deve ocorrer em até 15 dias úteis, uma resposta rápida e

ágil de um Senado Federal comprometido com a melhoria das oportunidades de educação em nosso País.

A Mensagem nº 349, de 2011, foi encaminhada pelo Poder Executivo para a Câmara dos Deputados em agosto de 2011. Tramitou por quatro Comissões, tendo sido finalmente aprovada, em caráter terminativo, em 21 de maio próximo passado. No dia 28, ontem, o projeto foi, então, enviado por aquela Casa ao Senado Federal, e aqui, como disse, aprovamos em apenas um dia, Senador Jorge Viana. Em um dia, nós aprovamos não só a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, mas aprovamos também mais duas universidades: uma para o Estado da Bahia e outra para o Estado do Ceará.

Esta é uma conquista de todos os paraenses: do Governo do Estado, que sempre apoiou a iniciativa; da Universidade Federal do Pará, na pessoa do seu reitor, o Prof. Carlos Maneschy, que não poupou esforços no sentido de concretizar esse sonho dos paraenses; da Bancada Federal do Pará, que lutou em conjunto em diversas reuniões com o Ministério da Educação, solicitando essa universidade; dos prefeitos da região, em especial o Prefeito João Salame, de Marabá, cidade que vai sediar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; dos vereadores dos Municípios envolvidos; do setor produtivo, que reconhece a importante e fundamental parceria entre setor público e setor privado para a qualificação e geração de oportunidades, especialmente aos nossos jovens; dos estudantes, que tanto batalharam por essa universidade.

A aprovação desse projeto de lei significa mais que a força e o compromisso do Legislativo. Ela representa a concretização de um sonho compartilhado por milhares, talvez milhões de estudantes que buscam uma vaga na universidade no interior do meu querido Estado do Pará; daqueles, hoje adultos, que um dia tiveram que deixar suas casas, suas cidades e ir estudar em locais distantes, muitas vezes até fora do Estado, e sabem que, agora, com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, seus filhos terão condições melhores de estudar sem deixar o conforto e a força da família durante sua formação acadêmica.

Essa realidade só é possível com o desenvolvimento do Brasil, que se iniciou ainda na década de 1990, com a estabilização da moeda, com o Plano Real e com as oportunidades e investimentos que o Pará tem conquistado.

Essa região, senhoras e senhores, localizada no sul e sudeste do Pará, é rica e cresce de forma exponencial. É polo mineral, polo de logística e vem sendo foco de nossa atenção para a concretização de abrigar a primeira siderúrgica do Pará; de ser via de

escoamento da produção nacional, pela ferrovia 151, que irá até Barcarena, com a hidrovía do Tocantins e tantas outras iniciativas que certamente vão dinamizar ainda mais a economia da região.

Porém, sempre alertamos que, paralelamente, deveríamos ter atenção especial com as oportunidades para o povo da região, para os jovens. E isso só seria possível com qualificação, com educação. E é esse o sentido e a importância que essa universidade adquire.

Sr. Presidente, em 2006, apresentei, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 215, de 2006, que determinava, exatamente. Vou ler a ementa – aspas: “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UFSPA), com sede no Município de Marabá, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA)” – fecho aspas.

Essa proposta foi aprovada nas Comissões e enviada à Câmara dos Deputados em julho de 2007. Lá, o então PL nº 1.473, de 2007, tramitou até 2009 e, então, foi transformado, como é o Regimento daquela Casa, em indicativo ao Ministério da Educação, destacando a importância da iniciativa e, dois anos depois, felizmente, o Governo Federal encaminhou, então, proposta com a mesma ementa, que foi aprovada ontem, aqui, no Senado, conforme relatamos.

Apesar de ser esta uma importante conquista...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... lembro que tivemos uma significativa perda de tempo; afinal, também em 2006, apresentei um projeto de lei semelhante, que criava a Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, e que, ainda em 2008, após passar pelo Senado e pela Comissões da Câmara, também transformado em indicativo. A Ufopa, ao contrário da Unifesp, foi encaminhado pelo Poder Executivo no ano seguinte, em 2009, e já em 2010 começou a funcionar.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará poderia ter tido o mesmo destino, porém, sua data de nascimento tardou em cerca de três anos – um tempo considerável, que lamentamos. Mas, de qualquer forma, valeu a pena nosso esforço, um esforço conjunto de todos, como disse. Agora, iremos acompanhar para que a Presidenta sancione o projeto em até 15 dias úteis e, posteriormente, fiscalizar, para que esta nova Universidade receba os recursos para nascer grande...

(Interrupção de som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... e forte, podendo, então, de fato, melhorar a educação naquela região.

Srás e Srs. Senadores, paraenses, trabalhamos e conquistamos a Ufopa, em Santarém. Hoje, feste-

jamos a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em Marabá, e concentraremos nossos próximos esforços pela Universidade Federal do Nordeste do Pará e pela Universidade Federal do Marajó, regiões que também precisam de uma atenção especial do Governo Federal e a merecem, em todas as áreas, sobretudo na educação.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Parabenizando, mais uma vez, todos os paraenses por mais essa conquista.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Convidado para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, não poderia deixar de neste momento fazer uma comunicação, fazer um registro, de minhas congratulações aos colegas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pela Senadora Ana Rita, bem como à equipe da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

A nova edição da revista *Em Discussão* diz, na sua primeira página: *Adoção, mudar um destino*. Senado busca melhorias na legislação para superar desafio de dar uma nova família a milhares de crianças que vivem em abrigos.

É uma revista que tem um cabedal, um conteúdo extraordinário nesse campo, relata todas as formas, a legislação, como funciona. Inclusive, Sr. Presidente, o tema abordado é da maior relevância, a adoção no Brasil, seus avanços, suas dificuldades e os entraves legais que ainda impedem a sua aplicação ou a sua ampliação.

De acordo, Sr. Presidente, com a reportagem dessa revista, estão registrados em cadastros para adoção menos de 6 mil crianças, enquanto que existem mais de 40 mil delas abrigadas no Brasil e quase 30 mil casais dispostos a adotar um filho.

São dados relevantes, Sr. Presidente, caros colegas. Apenas 6 mil crianças cadastradas, mas existem 40 mil em abrigos e 30 mil casais se colocando à disposição para adotar uma criança no Brasil. Quer dizer, falta a gente relacionar, falta registrar, falta fazer com que haja essa intercomunicação.

Que este rico material que contém essa revista, Sr. Presidente – este rico material –, possa alcançar

o maior número de pessoas no País, propondo uma ampla reflexão acerca dos propósitos e benefícios da adoção. Para o Parlamento, que sirva de subsídio para a construção das pontes que unem os polos afastados. Adotar é transformar o futuro e construir a cidadania da forma mais humana, carinhosa e, sem dúvida, eficaz.

Este é o registro que eu não poderia deixar de fazer, Sr. Presidente, no momento em que a Comissão de Direitos Humanos, com a Secretaria de Comunicação do Senado, lança uma revista de importância tal que, sem dúvida alguma, muito colaborará e ajudará em relação às crianças abandonadas, que precisam encontrar um teto, um lar, uma família.

Que possamos fazer com que o futuro possa ser mais risonho para milhares desses jovens inocentes que existem abrigados em inúmeros lugares deste País afora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa era a comunicação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

Convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador João Capiberibe.

Em seguida, para uma comunicação inadiável – acho que a última antes da Ordem do Dia –, vou chamar o Senador Armando Monteiro, porque a Senadora Ana Amélia se inscreveu como a primeira, e nós vamos fazer a Ordem do Dia já, já. V. Ex^a está inscrita e depois seguimos com a lista de oradores inscritos.

Senador querido e bom amigo Capiberibe, com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a *Folha de S.Paulo* de ontem trouxe uma extensa matéria sobre as dificuldades da aplicação da Lei Complementar nº 131, a lei que tornou obrigatória a exposição, em tempo real, de todas as receitas e despesas públicas e que, no dia 27 passado, cumpriu o último prazo para sua aplicação, incluindo a obrigatoriedade de os Municípios com menos de 50 mil habitantes prestarem conta através da rede mundial de computadores.

A *Folha de S.Paulo* e vários outros jornais em todo o País falam das dificuldades do cumprimento dessa lei. E a mesma *Folha de S.Paulo* de ontem traz o artigo que um especialista na área de Administração Pública, o professor Gregory Michener, denominado “Cumprimento da lei exige ação coordenada dos órgãos públicos.”

Professor de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, canadense, publicou esse artigo na *Folha de S.Paulo* de ontem, e eu decidi compartilhar com os telespectadores da TV Senado, com os ouvintes da Rádio Senado e com os meus pares aqui no Senado.

Da perspectiva de um estrangeiro, a delegação de poderes no Brasil é um pesadelo – mais de duas dúzias de partidos, uma política de coalizões que obriga os líderes a entregarem cargos ministeriais a aliados inconfiáveis, e um país de dimensões continentais que está subdividido em quase 5.600 municípios.

A eficácia da governança e da delegação de poderes exige monitoramento, e a Lei da Transparência [talvez seja] o mais poderoso mecanismo para esse fim, [ao lado] da Lei de Acesso à Informação Pública. Está claro que as autoridades estão subjugadas pelas obrigações de fiscalização que criaram para si mesmas.

[...]

Políticas de transparência forçam [...] municípios que guardam mal as suas informações – ou que simplesmente não as guardam – [...] a se profissionalizar.

[E isso] exige capacidade burocrática, recursos e liderança eficaz, coisas das quais [muitas cidades] carecem. E o cumprimento das regras depende da pressão pública. [...]

Como em muitas partes do Brasil a independência da imprensa local [...] é questionável, não é surpreendente que essa pressão não venha resultando em um cumprimento mais robusto.

Ainda é cedo para [se] apresentar um julgamento [...] sobre o êxito ou o fracasso da lei. Mas os indícios deixam claras certas conclusões preliminares. A primeira é que, pelos padrões internacionais, os governos já tiveram tempo suficiente para cumprir as exigências [da] lei, [mas] as evidências indicam que a adesão generalizada à Lei da Transparência é pífia. A segunda conclusão é que os órgãos fiscalizadores [...] não têm sido capazes de fazer cumprir a lei.

Está [...] claro, [...] que a “infraestrutura da transparência” no Brasil precisa de uma melhor organização e coordenação. Isso significa reunir as autoridades das Controladorias, dos Ministérios Públicos, dos Tribunais de Contas e de líderes locais sob uma “unidade de ação da transparência”.

Em última análise, a transparência tem a ver com o monitoramento, e o monitoramento tem custos políticos. A questão é se o Brasil tem uma liderança local e uma sociedade civil suficientemente fortes para fazer com que esses avançados mecanismos democráticos funcionem.

Assina o Professor Gregory Michener .

Peço, Sr. Presidente, o registro nos Anais desse artigo do Professor Gregory.

Eu gostaria de explicar aos jovens estudantes que estão nos visitando – sejam bem-vindos ao Senado – sobre esse tema sobre o qual estou discursando aqui da tribuna.

Falo de uma lei que obriga a prestação de contas do dinheiro do contribuinte. Vocês todos que estão aqui pagam impostos. Quando vão comprar a camisa do uniforme, vocês pagam ICMS, vocês pagam vários impostos que estão embutidos no preço de tudo que consomem.

Nós aprovamos uma lei aqui no Senado para fazer com que todos os órgãos públicos, as prefeituras, as agências distritais daqui de Brasília e o Governo de Brasília prestem contas do dinheiro que arrecadam do cidadão. Tudo isso que vocês estão vendo aqui é mantido com o dinheiro de todos nós. O Estado brasileiro não fabrica dinheiro, ele arrecada dinheiro dos contribuintes. Portanto, todos vocês, todos nós somos contribuintes. E essa lei obriga as escolas em que vocês estudam a prestarem contas do dinheiro que é gasto lá. Os professores são pagos com o dinheiro do contribuinte; as escolas são construídas com dinheiro público.

Enfim, tudo se faz com o dinheiro do cidadão e da cidadã brasileira. Para vocês terem uma idéia, dos doze meses do ano, nós trabalhamos quase cinco meses só para pagar imposto!

Então, a gente precisa que os governantes prestem contas de como foi gasto esse dinheiro. Essa lei foi aprovada há quatro anos e passou a vigorar dando prazos diferenciados para os Estados, para o Governo Federal, para o Judiciário e por último para as prefeituras. As menores prefeituras passaram a ser obrigadas a cumprir a lei a partir de segunda-feira, dia 27. Só que há uma resistência. No Brasil há uma dificuldade: a lei é aplicada para os pobres. O andar de cima, os ricos, não costumam cumprir a lei. E os entes públicos também não costumam cumprir a lei.

Nós temos três leis importantes que ainda não são cumpridas de forma rigorosa: a Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei da Transparência, que tem quatro anos; e a Lei de Acesso à Informação. Qualquer infor-

mação de que um cidadão precisar, ele pode petionar, ele pode requerer, e o governo é obrigado a dar, qualquer que seja o governo.

Então, talvez seja importante debater na escola em que vocês estudam os gastos públicos: quanto custa a escola em que vocês estão estudando, quanto custa a educação pública no nosso País.

Portanto, uma vez explicado, agradeço a presença de todos vocês e agradeço, Sr. Presidente, o espaço que me foi concedido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO CAPIBERIBE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

CUMPRIMENTO DA LEI EXIGE AÇÃO COORDENADA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

*Gregory Michener
Especial para a Folha*

Da perspectiva de um estrangeiro, a delegação de poderes no Brasil é um pesadelo – mais de duas dúzias de partidos, uma política de coalizões que obriga os líderes a entregar cargos ministeriais a aliados inconfiáveis, e um país de dimensões continentais que está subdividido em quase 5.600 municípios.

A eficácia da governança e da delegação de poderes exige monitoramento, e a Lei da Transparência é talvez o mais poderoso mecanismo para esse fim, ao lado da Lei de Acesso à Informação Pública. Está claro que as autoridades estão subjugadas pelas obrigações de fiscalização que criaram para si mesmas.

Políticas de “transparência”, forçam municípios que guardam mal as informações (ou que simplesmente não as guarda) a se profissionalizar. Isso exige capacidade burocrática, recursos e liderança eficaz, coisa das quais muitas cidades carecem. E o cumprimento das regras depende da pressão pública.

Como em muitas partes do Brasil a independência da imprensa é questionável, não é surpreendente que essa pressão não venha resultando em um cumprimento mais robusto.

Ainda é cedo para apresentar um julgamento sobre o êxito ou o fracasso da lei. Mas os indícios deixam claras certas conclusões preliminares.

A primeira é que, pelos padrões internacionais, os governos já tiveram tempo suficiente para cumprir as exigências da lei, mas as evidências indicam que a adesão generalizada à Lei da Transparência é pífia. A segunda conclusão é que os órgãos fiscalizadores não têm sido capazes de fazer cumprir a lei.

Está claro que a “infraestrutura da transparência” no Brasil precisa de uma melhor organização e coordenação. Isso significa reunir as autoridades das Controladorias, dos Ministérios Públicos, dos Tribunais de Contas e de líderes locais sob uma “unidade de ação da transparência”.

Em última análise, a transparência tem a ver com o monitoramento, e o monitoramento tem custos políticos. A questão é se o Brasil tem uma liderança local e uma sociedade civil suficientemente fortes para fazer com que esses avançados mecanismos democráticos funcionem.

Gregory Michener é professor de administração pública da Ebape/FGV Rio

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, que é um lutador por mais transparência, pelo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, como forma de democratizar a condução da gestão pública.

Eu queria agradecer aos estudantes de nível médio do Colégio Einstein Jr. Obrigado pela presença de todos e pela visita que fazem aqui ao Senado. Sejam bem-vindos!

Convidado, para fazer uso da palavra, o Senador Armando Monteiro, para uma comunicação inadiável. Em seguida, o Senador Sérgio Souza, e, depois, vou passar à Ordem do Dia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero registrar hoje, desta tribuna, a satisfação que tivemos ontem com a realização da quarta edição da premiação do Diploma José Ermírio de Moraes, que se inscreve, no calendário aqui da Casa, como um momento em que o Senado da República homenageia a indústria brasileira. Essas solenidades ocorrem na semana da indústria.

E ontem tivemos aqui uma tarde – final da manhã e início de tarde –, memorável, eu diria, porque o Senado pôde tributar um justo reconhecimento a três ilustres empreendedores deste País, cujas trajetórias foram, ontem, muito bem homenageadas aqui.

Quero referir-me ao empresário Francisco Ivens Dias Branco, Presidente do Grupo M. Dias Branco, talvez o mais expressivo conglomerado empresarial do País na área em que atua, no segmento de alimentos, especificamente de biscoitos e massas; ao empresário e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, Presidente do Orteng; e ao valoroso empresário do Estado de Alagoas, o Sr. José Alexandre dos Santos, Presidente do Grupo Coringa.

Nessa solenidade, nós pudemos, ao homenagear essas três figuras, destacar os desafios da indústria brasileira. Foi também um momento de reflexão sobre a atual situação da indústria brasileira, os seus desafios, desafios que se projetam no futuro, sobretudo na perspectiva da retomada, da recuperação dessa posição relativa que a indústria vem perdendo no País.

Meu caro Senador Cristovam, nós temos podido conversar sobre esses temas, e não escapa a ninguém, hoje, a constatação de que a indústria manufatureira no Brasil vem perdendo posição relativa na formação do produto econômico do País. Na década de 80, a indústria manufatureira representava mais de 30% do nosso PIB, e essa participação declinou ao longo do tempo e, hoje, responde por pouco mais de 15% do produto da nossa economia.

Alguns identificam esse fenômeno como sendo um fenômeno nítido de desindustrialização, que nada mais é do que a perda de posição relativa da indústria. É claro que nós temos a compreensão de que, nas economias mais maduras e desenvolvidas, o setor terciário tende a crescer e, por essa razão, o espaço da indústria tende a diminuir. Mas o que está acontecendo no Brasil, por assim dizer, é um processo precoce de desindustrialização, porque nós somos, ainda, um País de renda média e que por isso não deveria ter uma posição já tão clara e tão pronunciada de perda de posição relativa da indústria.

Ora, isso tudo nos coloca o desafio de pensar na indústria e de compreender que um país deve crescer pela indústria.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – A indústria dissemina conhecimento; a indústria produz um impacto importante na produtividade global da economia; a indústria forma capital humano.

Portanto, a melhor forma de crescer é pela indústria. E o Brasil não pode, hoje, Senador Jorge Viana, aceitar a justa ambição de manter-se como importante plataforma manufatureira na América Latina nem dela abdicar-se. O Brasil não pode aceitar um processo regressivo de reprimarização da nossa pauta de exportação.

Nós não podemos, de repente, imaginar que o modelo australiano é algo que pode, como alguns analistas já apontam, servir ao Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Brasil tem que se manter como uma potência nas áreas mineral e agrícola, portanto, com uma vocação natural para a exportação de *commodities*. Mas o Bra-

sil não pode renunciar ao espaço que o trabalho de gerações, neste País, permitiu e é um ativo valioso do nosso País: a indústria.

Agora, a indústria perde posição relativa, porque o Brasil padece ainda de entraves e constrangimentos estruturais graves. E é por isso que produzir no Brasil ficou caro. A energia é cara. Há um perigoso descompasso entre o aumento do custo unitário do trabalho e a produtividade.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Portanto, meu caro Senador Cristovam, nós temos hoje uma situação desafiadora. Não temos o custo dos asiáticos, que são hoje os principais *players* na área da exportação de manufaturados, e, ao mesmo tempo, não temos a capacidade de inovar e de incorporar conhecimento ao que produzimos, como as economias mais desenvolvidas têm.

Portanto, precisamos assumir, clara e corajosamente, com o sentido de urgência que isso requer, o desafio de atuarmos simultaneamente numa agenda velha e numa agenda nova.

A agenda velha é essa que ainda nos leva a lutar para superar estes constrangimentos estruturais: infraestrutura precária; sistema tributário anacrônico e disfuncional; relações do trabalho...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– ... marcadas por uma grande rigidez (*Fora do microfone.*); e um sistema educacional que está longe de ser o que nós desejamos. Ao mesmo tempo, há o desafio de atuarmos numa agenda nova, que nos coloca a perspectiva de desenvolver competências, de incorporar inovação, de inovar processos e produtos.

Eu quero, se for possível, ouvir o Senador Cristovam, que havia solicitado. É possível, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Regimentalmente, não pode. A gente atende, mas o problema é que está no horário da Ordem do Dia. Eu fiz esse arranjo para V. Ex^a e para o Senador Sérgio, que vai viajar imediatamente e tem um compromisso de agenda. Mas é óbvio que o Senador Cristovam vai saber fazer rapidamente, só para que não atrasemos o início da Ordem do Dia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– E eu quero ouvir o Senador Sérgio em seguida também, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Ele vai falar.

Eu faço a Ordem do Dia logo depois da fala de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Armando, primeiro, para dizer que fico satisfeito de vê-lo lembrar a solenidade de ontem que tivemos aqui e em que o Dr. Robson foi um dos homenageados como Presidente da CNI. Segundo, para lembrar o seu discurso de ontem, que realmente merece ser olhado com muito cuidado – e eu fiz isso mais tarde; não assisti, mas depois li. Nós precisávamos refletir sobre tudo aquilo que o senhor colocou, diante do risco que nós estamos vivendo, conforme o senhor chamou – e alguns estão chamando –, da desindustrialização. Eu quero dizer que tenho trabalhado a ideia da desindustrialização 2.0, que é a desindustrialização como proporção do nosso PIB de alta tecnologia no cenário mundial – 2.0 para fazer uma brincadeira com a informática, que trata sempre 2.0 – além da redução, comparando historicamente um momento com outro no Brasil...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF)

– ... do ponto de vista da indústria, da sua participação no PIB. Se a gente olha a nossa participação mundial com produtos de alta tecnologia, ela é muito pequena. Ontem eu fiz um desafio aos empresários aqui reunidos – devia haver uns 150, pelo menos –, porque eles precisam começar a trabalhar, Senador Jorge, no sentido de haja uma maior competência, como o senhor chamou, na economia, e isso passa pela ciência, pela tecnologia e pela educação. E este foi o desafio: que eles lutem para que um dia os filhos dos trabalhadores deles estudem em escolas com a mesma qualidade dos filhos dos próprios empresários. Mas o seu discurso merece ser bastante analisado, discutido, não só nesses poucos minutos, mas também numa sessão mais ampla e com mais Senadores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu agradeço muito a V. Ex^a e quero só, ao final, Senador Jorge Viana, agradecendo-lhe a tolerância, lembrar o patrono desse Diploma, que é um ilustre conterrâneo...

(Interrupção do som.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– ... nosso, um grande brasileiro, José Ermírio de Moraes (*Fora do microfone.*), importante industrial brasileiro do século passado, que lançou as bases de um dos mais importantes complexos empresariais do Brasil e que teve um papel ousado, meu caro Senador Cristovam, desafiando, na época, oligopólios e monopólios estrangeiros.

Foi de José Ermírio a luta para quebrar a patente do *rayon*, uma fibra sintética que deu origem à indústria química, à Companhia Nitro Química Brasileira. Foi dele a luta para criar uma empresa de capital nacional para produzir alumínio em nosso País, cujo grande insumo é a energia elétrica. E ele pôde criar um complexo de pequenas usinas produtoras de energia para o autoconsumo.

Ele foi um brasileiro extraordinário! E dizia uma frase, meu caro Senador Jorge Viana, que marca, por assim dizer, uma compreensão desse processo que hoje vivemos: "Pobre de um país que cede as suas matérias-primas e fica importando manufaturas". É como se ele pudesse antever esse processo que hoje nós experimentamos.

Portanto, ao final, quero renovar o meu compromisso, que é um compromisso desta Casa, de atuarmos com um sentido de urgência necessário para levar adiante uma agenda pró-competitividade do nosso País, que passa pela retomada da agenda de reformas, pela superação do atraso institucional que temos em algumas áreas, mas, sobretudo, pela necessidade de desonerar, de reduzir custos sistêmicos, de buscar elevar a produtividade.

Queria ouvir, com muita atenção, a minha querida Senadora Ana Amélia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Não vamos poder recusar, Senador Jorge Viana, a participação dela neste final da nossa fala.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Jorge Viana, mas já concedi o meu lugar, em permuta, ao Senador Sérgio Souza para que ele possa falar; já fiz essa cessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a gentileza de sempre.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço também, Senador Jorge Viana. Caro Senador Armando Monteiro, parabéns pela cerimônia de ontem, que tive a oportunidade de acompanhar. Seu pronunciamento foi realmente revelador do cenário que vivemos. Não foi um pronunciamento novo, já que temos acompanhado a sua posição sobre isso, sempre prestando um grande serviço ao País. Como sou de um Estado de grande produção agropecuária, vejo que há um discurso de que somos um País exportador de *commodities* agrícolas ou *commodities* minerais. Isso tem que mudar. É claro que isso tem que mudar, mas por que é assim? Por conta disso que V. Ex^a...

(*Interrupção do som.*)

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – ... tem falado tanto (*Fora do microfone.*), que são as condições de falta de competitividade. O nosso custo hoje é muito maior do que em qualquer lugar. Eu comprei ontem um cinto fabricado na China por R\$16,00. O custo desse cinto, fabricado pelo ex-Presidente da Fiergs, que o senhor conhece, Renan Proença...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)
– Conheço muito, Renan Proença.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – ... custa muito mais, fabricado lá em Bento Gonçalves, que gera empregos. Então, nós estamos patrocinando os empregos lá fora e deixando de estimular aqui dentro. E também, a agropecuária, por exemplo, tem uma grande demanda industrial: tratores, colheitadeiras, máquinas semeadoras. Tudo isso faz parte do conjunto. E a indústria é fundamental. Então, essa cadeia produtiva é muito mais ampla do que simplesmente a produção de grãos. Caminhões e todo – digamos – o entorno de que se precisa para fazer grande e competitivo o País internacionalmente. Então, eu me associo ao seu pronunciamento, mas queria destacar esse papel, porque a agricultura também é uma geradora de desenvolvimento no setor industrial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Eu quero agradecer a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a compartilha dessas preocupações, e eu quero que fique claro que eu não tenho, e nem poderia ter, nada contra o setor do agronegócio, por reconhecer nele uma base extraordinária de recursos que nós temos e esse encadeamento do setor primário com o setor secundário da economia, que é fundamental. Então, eu quero que o Brasil possa ser uma potência agrícola e, ao mesmo tempo, sem deixar de ser um país que tem vocação para o setor industrial e que pode, portanto, conservar-se como o mais importante parque manufatureiro da América do Sul.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que o cumprimento, mais uma vez, como já fizeram os colegas. V. Ex^a ontem ajudou a deixar o Senado um pouco maior, porque foi um dos que trabalhou para que tivéssemos aqui uma das mais bonitas sessões em homenagem a todos que trabalham na indústria, trabalham pelo País, e obviamente entregando o Prêmio Antônio Ermírio de Moraes, que é parte da história bonita da atividade industrial no Brasil, que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) –

ORDEM DO DIA

Há acordo em dois itens da pauta, e eu gostaria de chamar a atenção do Plenário. Vamos fazer a apreciação dos dois itens acordados. Os demais itens seguem na pauta do Senado para a próxima sessão.

Item nº 9:

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2013 **(Incluído em Ordem do Dia nos termos** **do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando voto de solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos.*

Parecer favorável, sob nº 394, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias.

Votação do requerimento.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – **Item nº 10:**

REQUERIMENTO Nº 476, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 476, de 2013, do Senador Renan Calheiros, *solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 848, de 2012, que a Comissão de Juristas criada com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal – LEP seja composta por dezesseis membros e tenha seu prazo prorrogado por mais cento e vinte dias.*

Votação do requerimento.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1 **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010** **(Em regime de urgência, nos termos do** **Requerimento nº 428, de 2013)**

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2 **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO** **Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3 **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO** **Nº 89, DE 2011**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aníbal Diniz.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2011****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Requerimento nº 176, de 2013)****(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.* Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 46, DE 2012****(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 61, DE 2012****(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, nos termos do inciso I do artigo 39 c/c o artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, nos dias 5 a 7 de junho de 2013, com vista à participação de Reuniões do Parlatino que se realizarão em Cuba, com ônus para esta Casa.

Brasília, 28 de maio de 2013. – Senador **Casildo Maldaner**.

Brasília, 21 de maio de 2013

- PROCESSO Nº 014163/13-6
- ORIGEM: Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano

Nos termos do que dispõe a alínea a inciso II do art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e por solicitação do Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano, feita através do processo nº 014163/13-6, autorizo a liberação de passagens aéreas e diárias aos Excelentíssimos Senhores Senadores Cyro Miranda, Casildo Maldaner, Antonio Carlos Valadares e Paulo Davim, para participarem de Reuniões do Parlatino, em Cuba, nos dias 6 e 7 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 554, DE 2013

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre as condições para o trabalho garantidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI aos membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação para que este providencie, dentro do prazo constitucional, respostas às informações abaixo solicitadas:

- Qual o valor das diárias concedidas aos membros da CTNBio quando estes se deslocam até Brasília – DF para participarem das reuniões da CTNBio?
- Qual o custo que cada membro da CTNBio tem com transporte ida e volta de sua residência ao aeroporto, do aeroporto ao hotel em Brasília – DF e do hotel em Brasília ao local de reunião da CTNBio?
- Qual o custo da alimentação do membro da CTNBio quando este está à disposição da Comissão nos dias de reunião?
- Qual o custo do hotel em Brasília – DF para cada membro da CTNBio no período de reunião da CTNBio?

Justificação

Ao publicar o Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 11.105/05 (Lei de Biossegurança), o Presidente da República reconheceu – parágrafo único do artigo 13 – que as funções e atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio são de alta relevância e honoríficas. Já no *caput* do mesmo artigo 13, estabeleceu que as despesas com transporte, alimentação e hospedagem dos membros da CTNBio serão de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Lendo o artigo 13 do referido Decreto, as pessoas, de uma forma geral, acreditam que fazer parte da CTNBio e realizar um trabalho de forma tranquila,

amparado pelo Estado, e ser reconhecido por exercer uma função de alta relevância que honra e distingue o executor. Porém, a informação que nos chega é de que é grande a diferença entre o que prega de forma elegante o decreto presidencial e o dia-a-dia dos membros da CTNBio.

No que diz respeito às despesas com transporte, alimentação e hospedagem, mesmo o Presidente da República tendo assegurado que estas despesas ficariam a cargo do MCTI, existe a informação de que a teoria não corresponde uma prática, e que boa parte dos membros da CTNBio recebem uma diária que não é suficiente para pagar suas despesas básicas. Em outras palavras, a informação que temos é de que os membros da CTNBio que se deslocam até Brasília estão pagando para trabalhar na Comissão.

Além disso, cabe observar que o trabalho do membro da CTNBio não se resume nos dois dias de reunião mensal, visto que durante o intervalo entre uma reunião e outra tem que estudar os projetos que lhe foram encaminhados para análise e, na reunião, poder apresentar seu entendimento. Dessa forma, pode-se questionar até quando este voluntarismo científico garantirá o funcionamento de uma Comissão que analisa a biossegurança das pesquisas e dos produtos oriundos da engenharia genética?

Dante da situação informada e que considero de elevada gravidade, requeiro as informações acima solicitada para conhecer de fato a situação e, sendo confirmadas as informações, propor uma solução efetiva para a situação. As informações acima solicitadas podem ser facilmente obtidas pelo Ministério junto aos membros da CTNBio, Colegiado que integra a estrutura básica do MCTI.

Sala da Sessão, – Senadora Kátia Abreu.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 555, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento nos §§ 7º e 8º, no inciso IV, do artigo 154 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com a nova redação da Resolução nº 3, de 2013, requeiro que a sessão deliberativa do dia 12 de junho, do corrente, seja transformada em sessão de debate temático para discussão da crise

das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais Filantrópicos e as tabelas do Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Mário A.
A. L. Minis (PT-AM)
Adelmo Soárez
C. G. P. D.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 556, DE 2013

(Requerimento nº 12, de 2013-CCT)

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria (convite anexo), do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills Competition), que será realizado em Leipzig, na Alemanha de 2 a 7 de julho de 2013.

Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que irei me ausentar do país no período do dia 2 a 7 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2013. – Senador Cícero Lucena.

Carta Circular nº 49/2013-Pres

Brasília, 30 de abril de 2013

Assunto: Convite para o 42º WorldSkills, em Leipzig

Prezado senhor,

Tenho o prazer de convidar Vossa Excelência para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

Esse é o mais tradicional e o maior evento de formação profissional em que competem jovens dos

países mais industrializados do mundo. Como nas edições anteriores, realizadas a cada dois anos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) será o principal representante do Brasil, tendo mantido um excelente desempenho, desde a sua primeira participação em 1983, colocando-se sempre entre os 10 primeiros lugares nas últimas 9 edições do evento.

No certame anterior, realizado em Londres, em 2011, o Brasil conquistou o 2º lugar, superado apenas pela Coreia do Sul e à frente de países como Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, Suíça, entre outros. A competição foi disputada por 51 países e 944 estudantes de cursos técnicos profissionalizantes. A equipe brasileira competiu em 25 ocupações e os alunos do SENAI conquistaram seis medalhas de ouro, três de prata, duas de bronze e mais dez certificados de excelência.

São resultados que demonstram a excelência e a atualidade tecnológica do ensino do SENAI e que merecem o prestígio da presença de Vossa Excelência no torneio de Leipzig. Os alunos do SENAI que representarão o Brasil foram selecionados a partir da Olimpíada do Conhecimento, grande evento promovido bianualmente pela própria entidade, realizado em São Paulo, no ano passado.

Assim, reitero a importância da participação de Vossa Excelência na delegação organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CND, que contará também com dirigentes do Sistema Indústria, parlamentares, autoridades e empresários.

Atenciosamente, – **Robson Braga de Andrade**, Presidente da CNI.

CCT (13ª Reunião Extraordinária) 28-5-13

(Excerto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella – Bloco/PDT – MG) – O Requerimento, de 2013, do Senador Cícero Lucena...

Nós estamos aqui com um requerimento extra-pauta do Cícero Lucena.

Os Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2013

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para participar, na qualidade de membro da comissão de Ciência, Tecnolo-

gia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria (convite anexo), do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills Competition), que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013. Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que irei me ausentar do país no período do dia 2 a 7 de julho do corrente ano.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, esse convite foi formulado à Comissão e V. Exª abriu para os Senadores que demonstrassem interesse – até foi trazido pelo Senador Anibal. Eu também estou me colocando à disposição para participar do evento, assim como outros Senadores poderiam fazer.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Só lembrando que as rádios, obviamente, foram todas aprovadas também.

Eu estou emocionado, porque é a segunda vez em que eu consigo *quorum*.

Estou achando que é vitória do Cruzeiro, Senador Cícero. Estamos fazendo uma homenagem.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, Srs. Senadores, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para participar como palestrante, na qualidade de Ouvidora-Geral do Senado Federal, por ocasião de convite formulado pelo Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público – CNOMP,

da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, convite em anexo, a se realizar no dia 7 de junho de 2013, às 10h30min, em Cuiabá/MT.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2013. – Senadora **Lúcia Vânia**, Ouvidora-Geral do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Falará o Senador Sérgio Souza, tendo em vista a contribuição da Líder Ana Amélia. Logo em seguida, a Senadora Ana Amélia, como Líder inscrita.

Senador Sérgio Souza, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois é, ganhei, inclusive, um *plus*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Após a Ordem do Dia, tem seu tempo regimental.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu não vou usar de todo o tempo, mas, como não consegui fazer um aparte ao Senador Armando Monteiro, para agilizar a Ordem do Dia, meu caro Presidente, Senador Jorge Viana, eu gostaria de, também, como feito pelos meus colegas, parabenizar pelo prêmio recebido o Dr. Francisco, o Robson, que é o nosso Presidente da CNI, e o José Alexandre.

Nós estivemos, ontem, na casa do Robson, na casa da CNI aqui em Brasília, num jantar que acontece anualmente, onde se encontram todos os presidentes das federações das indústrias das unidades federativas brasileiras, acompanhados das suas esposas.

Cada ano um Estado faz um jantar temático. Ano passado, foi o Estado do Pará, e estive também presente; este ano, foi o do Paraná. Eu gostaria de parabenizar a pessoa de Edson Campagnolo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pelo brilhante jantar de ontem à noite, servido com produtos típicos do Paraná. Cito aqui apenas um deles: o pinhão, que é símbolo do meu Estado.

Parabéns a todos aqueles que foram homenageados pelo Senado Federal por esse prêmio e parabéns à Federação das Indústrias do Paraná, pelo brilhante jantar oferecido aos integrantes da CNI na noite de ontem.

Sr. Presidente, o Senado Federal tem um papel preponderante para o cumprimento de seu papel constitucional e para a estabilidade democrática brasileira. Em seu processo legislativo, no sistema bicameral, tem também o seu papel de legislar e de fiscalizar.

No âmbito da fiscalização, o Senado Federal tem uma comissão temática para essa finalidade que, além da fiscalização, congrega o meio ambiente, a que chamamos de CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização do Senado Federal. Nessa comissão de fiscalização, que tem a prerrogativa de fiscalizar as execuções, os gastos públicos em nível federal, tendo como auxiliar o Tribunal de Contas da União, criam-se subcomissões permanentes para a finalidade específica da fiscalização.

Nós temos uma subcomissão para o acompanhamento e fiscalização de todas as obras do PAC para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Essa subcomissão foi instalada há algum tempo. Dela faço parte como membro, há dois anos, e, neste ano, tive o privilégio de ter sido escolhido presidente pelos meus pares.

Nós estamos passando por um momento interessante no Brasil, inclusive dando continuidade até mesmo ao que o Senador Armando Monteiro falou aqui, da necessidade de nós incrementarmos os investimentos e agilizarmos a industrialização deste País. E o Governo Federal, em seus editais de contratações, já regulou ao dizer que a preferência sempre será para o conteúdo nacional, desde que não ultrapasse, lógico, salvo engano, a casa de 25%, um custo maior que o similar estrangeiro. Mas a preferência é o nacional porque ele agrupa valor, gera emprego e renda no interior do nosso País.

E o Governo Federal tem investido pesadamente em obras que nós chamamos no PAC da Copa e das Olimpíadas. Então é a função do Senado Federal, através da sua Comissão de Fiscalização, que criou uma subcomissão específica para essa finalidade, fiscalizar e acompanhar essas obras.

Como Presidente eleito recentemente, nós decidimos fazer algumas diligências em algumas capitais brasileiras que serão sede da Copa do Mundo e escolhemos visitar primeiro aqueles que terão jogos da Copa das Confederações, que inicia agora, no próximo dia 15, com o primeiro jogo aqui na Capital Federal, salvo engano, entre Brasil e Japão.

Então, Sr. Presidente, é nesse sentido que venho à tribuna hoje, para prestar contas aos Senadores e à sociedade brasileira do trabalho que estamos realizando na Subcomissão, para que possam entender um pouco também esse papel de fiscalização, que é uma das atribuições do parlamentar.

No dia 22 passado, na última quarta-feira, a Subcomissão esteve no Estádio Nacional Mané Garrincha e pôde verificar a situação das obras, não só as do estádio, mas também aquelas que envolvem o entorno do estádio. Acompanhados pelo Secretário da Copa do Distrito Federal, o Sr. Cláudio Monteiro, que representa-

va naquele momento o Governador Agnelo Queiroz, a quem agradeço a recepção a minha pessoa e também ao Senador Paulo Davim e ao Senador Blairo Maggi, juntos fizemos essa diligência na semana passada.

E pudemos verificar, Sr. Presidente, Senador Aníbal Diniz, Sr^as e Srs. Senadores, a beleza e a grandiosidade do Estádio Nacional Mané Garrincha. Aqueles que nos assistem, neste momento, pela TV Senado, nos ouvem pela Rádio Senado e estiveram presentes no Estádio Mané Garrincha no último domingo ou vieram pela televisão, tiveram uma impressão, acredito, positiva, de que isso está acontecendo, e aqui no Brasil. Então a grandiosidade e a beleza nós pudemos constatar *in loco*, através da Subcomissão.

É evidente que ainda deve levar algum tempo para que sejam feitos alguns ajustes para o primeiro jogo da Copa das Confederações que acontece no próximo dia 15 junho. Porém, Sr. Presidente, é inevitável reconhecer o excelente nível de acomodações apresentadas na arena de Brasília. Seguramente o equivalente às mais modernas ao redor do Planeta.

Não poderia, entretanto, deixar de trazer as minhas impressões sobre a organização do jogo de abertura do campeonato brasileiro entre Flamengo e Santos, realizado no domingo passado no Estádio Mané Garrincha. Penso que o resultado final foi satisfatório. Afinal, foi possível verificar, através das imagens de TV, o belíssimo espetáculo promovido pelos torcedores presentes, com um público total de 63,5 mil pagantes, uma renda próxima a R\$7 milhões, a maior de todos os tempos do brasileirão.

Todavia, é forçoso apontar as falhas ocorridas e que devem ser corrigidas para a Copa das Confederações, que acontecerá a pouco menos de vinte dias. A principal delas é o acesso ao estádio, tanto pela demora em abrir os portões quanto pela quantidade insuficiente de entradas dotadas de detectores de metal em comparação com os mais de 60 mil espectadores.

O resultado disso foi um tempo de aproximadamente duas horas de espera nas gigantescas filas com alguns pagantes entrando na arena com o jogo já em andamento. Isso é fato e pudemos acompanhar inclusive pela Imprensa nacional.

Considerando que o jogo entre Brasil e Japão no próximo dia 15 está com a bilheteria esgotada, é fundamental que medidas sejam tomadas para evitar a repetição dos erros de acesso do último domingo.

Os demais ajustes são menores, porém essenciais para a recepção de eventos tão grandiosos como aqueles que estão por vir. Refiro-me às reclamações sobre a baixa temperatura da água nos vestiários, as sinalizações das letras relativas às fileiras de cadeiras marcadas, que podem ser mais claras, e ainda

a melhoria das instalações de bares e lanchonetes dentro do Estádio Mané Garrincha, aqui em Brasília.

Mas, ainda assim, entendo que o teste de Brasília foi positivo e as correções necessárias são simples, comparadas à grandiosidade que é a construção do Estádio Nacional Mané Garrincha.

Já no dia 23, na última quinta-feira, a Subcomissão esteve na cidade de Recife e pôde visitar a Arena Pernambuco e o ramal Cidade da Copa. Visitamos também a estação de metrô e o terminal integrado Cosme e Damião. Por fim, todos fomos muito bem recebidos pela Infraero no aeroporto de Recife, onde também tivemos oportunidade de nos deparar com as obras que estão sendo feitas naquele aeroporto.

Acompanhados, naquele momento, pelo Senador Cícero Lucena, que é o relator da Subcomissão de Acompanhamento das obras da Copa e das Olimpíadas, visitamos a Arena Pernambuco, cujo projeto também merece todos os nossos elogios pela beleza e funcionalidade. Assim como em Brasília, o jogo inaugural entre Náutico e o Sporting de Lisboa também apresentou problemas de acessibilidade ao estádio Arena Pernambuco, além de longas filas, metrô e ônibus lotados e muita paciência daqueles que foram ao jogo. As obras na Cidade da Copa e nos terminais Cosme e Damião ainda estão em andamento, porém é perceptível a sua evolução. Nas palavras dos responsáveis pela obra, a expectativa é de que, no dia 16 de junho, quando lá ocorrerá o jogo entre Uruguai e Espanha, a maioria do projeto estará concluída e à disposição daqueles que acompanharão a Copa das Confederações.

Em nome do Secretário Executivo de Supervisão Técnica, Sílvio Bompastor, que nos acompanhou nas visitas, agradeço ao Governador Eduardo Campos pela acolhida na última quinta-feira, em Recife, Pernambuco, da nossa Subcomissão de Acompanhamento dessas obras.

Por fim, no dia 24, na última sexta-feira, estivemos na capital da Bahia, na cidade de Salvador. Por lá, na companhia da Senadora Lídice da Mata, visitamos a Arena Fonte Nova e as obras do novo terminal de passageiros no porto da cidade.

Aliás, em relação a essa estada na Bahia, é absolutamente imprescindível agradecer a atenção, a deferência e o tratamento dispensados pelo Governo daquele Estado à Subcomissão da Copa e das Olimpíadas do Senado, na pessoa da assessora Rosângela Medeiros, que nos acompanhou integralmente ao longo da visita. Agradeço e parabenizo o Governador Jaques Wagner pelo trabalho e pela gentileza dispensada à Subcomissão do Senado Federal.

Igualmente, como as duas outras arenas, a Fonte Nova merece os nossos aplausos, Sr. Presidente. O estádio está belíssimo!

Tivemos a oportunidade de, assim como em Brasília e também na Arena Pernambuco, em Recife, visitar todas as dependências do estádio, inclusive seus vestiários e salas de imprensa.

Após a nossa visita, houve um incidente com a lona da cobertura da Arena Fonte Nova. Houve uma ruptura em decorrência das grandes chuvas ocorridas em Salvador naquele fim de semana e as explicações já foram trazidas e dadas pelo Secretário da Copa, dizendo que uma das lonas não estava tensionada adequadamente, por isso essa ruptura.

Entretanto, é evidente que o ideal seria que nenhuma falha tivesse sido detectada, porém entendo que mais importante do que identificar o eventual culpado, Sr. Presidente, seja ele humano ou não, é corrigir o problema e deixar o estádio apto para recepcionar os jogos previstos tanto para a Copas das Confederações, como, em especial, para a Copa do Mundo, que ocorrerá no ano que vem, em 2014, aqui no Brasil.

A última visita, em Salvador, ocorreu ao Aeroporto Luís Eduardo Magalhães. Lá, pudemos constatar a realidade das obras importantes para aperfeiçoar a logística e o funcionamento dos serviços prestados naquele terminal. Além da construção da maior torre de controle da América Latina, com 63 metros de altura, visitamos as obras e a construção de três novos pátios para estacionamento de aeronaves, um de carga e dois de aeronaves de passageiros.

Aproveito, aqui, para agradecer ao Superintendente Regional da Infraero, José Cassiano Ferreira Filho, pela hospitalidade, pela forma como nos recepcionou no aeroporto de Salvador.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, de forma geral, foram essas as impressões que tivemos dessas três diligências, cujo objetivo era verificar a qualidade, o cronograma e o bom uso das obras concluídas ou em construção para a Copa das Confederações e, por consequência, também para a Copa do Mundo – aqui, repito, as visitas ao estádio Mané Garrincha, em Brasília; ao estádio Arena Pernambuco, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco; e também à Fonte Nova, em Salvador, na Bahia.

É importante que, neste pronunciamento, fique claro, Sr. Presidente, que essa Subcomissão vai, além disso, discutir outros pontos, cuja responsabilidade é patente. Nós fomos criados com o objetivo de acompanhar e fiscalizar. Num primeiro momento, estamos fazendo um acompanhamento, mas a fiscalização não deixará de ser feita. Por isso eu não tratei do custo das obras ou dos modelos de contratação e gestão dos

empreendimentos. Porém, asseguro que a Subcomissão está absolutamente atenta a esses aspectos, e não abriremos mão de avaliar e caracterizar todos os gastos realizados.

Não estamos alheios às críticas em torno do alto custo dos ingressos do estádio de Brasília ou às particularidades dos contratos de PPPs ou concessões, em Recife ou Salvador. Inclusive já temos requerimentos endereçados ao Tribunal de Contas da União e às demais autoridades competentes, para fiscalizarem as obras em questão.

Nós vamos solicitar que documentos sejam encaminhados à Comissão de Fiscalização do Senado Federal, para que, ao final dos nossos trabalhos, possamos avaliar, de forma detida, os gastos empreendidos para essas obras. Porque nós sabemos, meus caros Senadores, Senadora Ana Amélia, da importância que tem a Copa do Mundo acontecer no Brasil. Mas nós sabemos também que há muitos recursos públicos envolvidos, e esses recursos públicos devem ser acompanhados de forma que sua aplicação aconteça como planejado, programado e autorizado em lei.

Dito isso, concluo afirmando que a impressão geral das três cidades visitadas é amplamente positiva. Com umas pequenas correções necessárias, especialmente no que se refere à acessibilidade das arenas, tenho a convicção de que o Brasil terá todas as condições de realizar uma grande Copa das Confederações e, no ano que vem, uma excelente Copa do Mundo.

Acredito que o legado deixado pelas obras da Copa do Mundo nas cidades que serão sedes é de valor inestimável para a população daquelas cidades e para a sociedade brasileira como um todo. Além de deixarmos um legado das obras nessas cidades, vamos deixar ao Brasil um legado inestimável do ponto de vista turístico, porque mais de 180 países vão transmitir os jogos da Copa do Mundo em 2014. E nós que gostamos do futebol e estamos acostumados a acompanhar os jogos da Copa do Mundo vemos que meses antes desses países já começam a fazer reportagens no país que será sede da Copa do Mundo, mostrando as cidades sedes, mostrando as características daquela unidade federativa onde se encontram as sedes cujos jogos serão realizados.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Isso é uma divulgação, que vem naturalmente para a população brasileira. E aí ganha não só aquela cidade-sede, mas ganham toda a União, toda a Federação, todos os Estados e Municípios brasileiros, de forma indireta, porque nós estamos falando aqui em um in-

remento também na arrecadação. E a arrecadação é distribuída, na forma da Constituição, a todos os entes federados.

Era nesse sentido, Sr. Presidente, de vir à tribuna do Senado Federal dar satisfação aos colegas Senadores e Senadoras e a toda a sociedade dos trabalhos da Subcomissão da Copa, desejando a todos um bom final de semana, um bom feriado de Corpus Christi, amanhã. E uma boa-tarde a todos aqueles que ainda ficam no Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Encontram-se sobre a Mesa alguns requerimentos que vão à votação agora.

O Senador Luiz Henrique apresentou o **Requerimento nº 507, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos Casa, no período de 13 a 18 de junho de 2013, para participar de solenidades em comemoração aos 200 anos de Karlsdorf; do Programa Oficial da Visita de Parceria de Brusque a Karlsdorf-Neuthard; de visita ao Ministro de Assuntos Federais, Europeus e Internacionais do Estado de Baden-Württemberg; bem como de visita à fábrica de automóveis Mercedes-Benz, na Alemanha.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável, que foi publicado na forma regimental.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 419, DE 2013

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 507, de 2013, do Senador Luiz Henrique, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, no período de 13 a 18 de junho de 2013, para participar de solenidades em comemoração aos 200 anos de Karlsdorf, do Programa Oficial da Visita de Parceria de Brusque a Karlsdorf-Neuthard e de visita à Mercedes-Benz, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 12 a 19 de junho de 2013.”

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 507, de 2013, do Senador Luiz Henrique, que tendo sido convidado pelas autoridades alemãs, Dr. Christoph Schnaudigel, Administrador do Distrito de Karlsruhe, e do Sr. Sven Weigt, Prefeito da cidade de Karlsdorf-Neuthard, para participar de solenidades em comemoração aos 200 anos de Karlsdorf-Neuthard e do Programa Oficial da visita de parceria de Brusque e Karlsdorf-Neuthard, de 13 a 18 de junho de corrente ano. Acrescenta, ainda, que o Ministro de Assuntos Federais, Europeus e Internacionais do Estado de Baden-Württemberg, também o convidou para a recepção no dia 17 de junho, às 16h, naquele Ministério, para evidenciar a preservação das boas relações entre o Estado de Santa Catarina e àquela região da Alemanha.

O Senador requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar a referida Missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Em sendo autorizada a participação nos referidos eventos, comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 12 a 19 de junho, quando desempenhará a referida Missão, conforme convites anexos.

O Requerimento do Senador Luiz Henrique se faz acompanhar dos convites do Dr. Christoph Schnaudigel, Administrador do Distrito de Karlsruhe, e do Sr. Sven Weigt, Prefeito da cidade de Karlsdorf-Neuthard; e do Sr. Peter Friedrich, Ministro de Assuntos Federais, Europeus e Internacionais do Estado de Baden-Württemberg, para participação nos eventos citados.

II – Análise

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 12 a 19 de junho de 2013. Sua Excelência, o Senador Luiz Henrique, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

III – Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 507, de 2013.

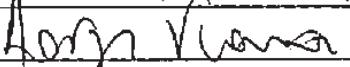
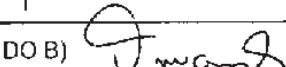
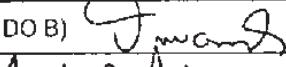
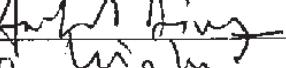
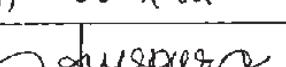
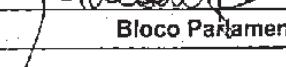
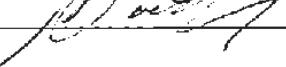
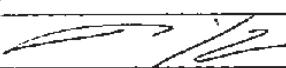
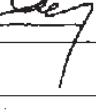
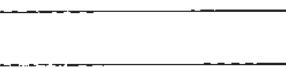
Sala da Comissão, 28 de maio de 2013. – Senador **Jarbas Vasconcelos**, Presidente – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Relatora.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE REQUERIMENTO Nº 507, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 18ª REUNIÃO, DE 28/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

RELATOR: SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	 1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	 2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	 3. Lindbergh Farias (PT)
Aníbal Diniz (PT)	 4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	 5. Pedro Taques (PDT)
Lidice da Mala (PSB)	 6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferrão (PMDB)	 1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	 2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	 3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	 4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	 5. Ana Amélia (PP) 
Francisco Dornelles (PP)	 6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Gim Argello apresentou o **Requerimento nº 549, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 11 de junho de 2013, para participar, em Lisboa, de solenidades em comemoração ao encerramento do “Ano do Brasil em Portugal”, coincidindo com o Dia de Portugal.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável, que foi publicado na forma regimental (**Parecer nº 416, de 2013**).

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Ricardo Ferraço apresentou o **Requerimento nº 550, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 5 a 11 de junho de 2013, para participar, em Lisboa, de solenidades em comemoração ao encerramento do “Ano do Brasil em Portugal”, coincidindo com o Dia de Portugal.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável, que foi publicado na forma regimental (**Parecer nº 417, de 2013**).

Em votação o Requerimento nº 550.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador João Capiberibe apresentou o **Requerimento nº 546, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 6 a 8 de junho de 2013, a fim de participar do 1º GLOBE Natural Capital Summit, em Berlim – Alemanha.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do requerimento.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE EVENTUAL DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL *AD REFERENDUM* DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNODO SENADO FEDERAL

Referente ao Requerimento nº 546, de 2013, do Senador João Capiberibe, que “Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial na Alemanha, com ônus para a Casa, no período de 6 a 8 de junho de 2013, para participar do 1º GLOBE Natural Capital Summit, Berlin – Alemanha. Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 5 a 9 de junho de 2013”.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu hoje, dia 29 de maio do corrente, o Requerimento em epígrafe de autoria do Senador João Capiberibe.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que, neste caso, não pode ser observado, tendo em vista a urgência de viagem demandada e a próxima Reunião Deliberativa da Comissão.

O art. 88, § 3º (RISF), determina que na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá a comissão o mais idoso dos titulares.

Isto posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41 autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, “*Ad referendum*” do Colegiado.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 546, de 2013, de autoria do Senador João Capiberibe.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2013 (doze horas e cinquenta minutos). – Senador **Pedro Simon**, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em votação o Requerimento nº 546.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permanecam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Estava programada, agora, como Líder, a Senadora Ana Amélia, mas chegou a Senadora Kátia Abreu, que estava inscrita na frente, pela Liderança...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo Regimento, Senador Anibal Diniz, é um orador inscrito e um orador partidário ou foi encerrada a primeira parte e após a Ordem do Dia. Então, o Senador Sérgio Souza era depois de mim e eu fiz permuta com ele, para que ele falasse antes de mim. Eu abri mão e o Senador Sérgio Souza falou. Então, pelo Regimento, eu sou a próxima oradora, mas não tenho nenhum problema em fazer permuta para a Senadora Kátia Abreu.

Apenas para esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Na realidade, Senadora Ana Amélia, é porque na inscrição aqui, como Líderes, a Senadora Kátia Abreu está inscrita como primeira e a senhora como segunda. Mas, como ela estava ausente, o Senador Jorge Viana anunciou que a senhora seria a primeira, após a Ordem do Dia. Houve acho que um mal entendido aqui na informação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa informação não era do conhecimento do Plenário. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela gentileza de sempre.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, Líder do PSD.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Eu queria apenas aqui comemorar os números do PIB, que foram anunciados hoje, do primeiro trimestre do Brasil.

O PIB nacional geral do País, neste primeiro trimestre, teve um crescimento de 1,9% comparativamente ao trimestre anterior, mas a agropecuária teve um crescimento comparativo ao mesmo trimestre do ano passado de 17%, ou seja, o agro, mais uma vez,

mostra ao Brasil que cumpre com sua obrigação, com sua vocação, aplicando tecnologia, investindo em tecnologia e em mão de obra tecnificada, para dar tanta alegria aos brasileiros.

Então, neste primeiro trimestre de 2013, o agro cresceu 9,7% e o Brasil, infelizmente, apenas 0,6%. Mesmo sendo 0,6%, ainda cresceu mais do que o trimestre anterior de 2012. Tenho certeza de que o agro, com todos os outros setores da economia, fará com que, no segundo trimestre, todo o Brasil possa crescer mais ainda.

Tudo isso graças à produção recorde de 2013. A colheita da soja, no ano passado, foi de 66 milhões de toneladas de grãos e, este ano, colhemos 81 milhões de toneladas. O milho de verão, colhemos, no ano passado, 3 milhões de toneladas e, este ano, 34 milhões de toneladas. Mas não é só isso. Ainda temos outras colheitas pela frente. No segundo e no terceiro trimestres, ainda teremos a colheita de cana-de-açúcar, que tem uma previsão de crescimento de 10,39%; do milho safra, teremos, provavelmente, um crescimento de 11%; o feijão da segunda safra, quase 15% de aumento; e o trigo, que é a grande surpresa e, ao mesmo tempo, preocupação nacional por ser a base de um alimento tão importante para os brasileiros, que é o pão, terá um aumento na produção, na nossa previsão, de 24,5%. Estavamos tendo uma queda na produção de trigo e agora, graças a Deus, estamos recuperando.

Ainda temos uma perspectiva, Sr. Presidente. Estamos muito otimistas de que, depois do lançamento do Plano Safra, no dia 4 de junho, ele poderá fortalecer e dar sustentabilidade ao crescimento da agropecuária brasileira. Por quê? É mais um plano safra? É mais um plano safra diferenciado, é um plano safra que está sendo construído a várias mãos – do Poder Público, do Governo Federal, de instituições como a CNA. Há meses e meses, estamos construindo um plano safra que faz jus ao agronegócio do Brasil.

Diante dessas perspectivas das reuniões que estamos finalizando – ontem estivemos com a Presidente Dilma; estive no Palácio do Planalto, à tarde, com a Ministra Gleisi Hoffmann já acertando os últimos detalhes –, nós estamos muito otimistas de que o anúncio do Plano Safra na terça-feira próxima, dia 4, poderá dar mais ânimo à agropecuária brasileira e nós poderemos continuar melhorando a nossa performance, para continuar colaborando com o crescimento do Brasil, com muito orgulho e com muita alegria.

Mas não é só o Brasil. Eu gostaria de destacar aqui o meu Tocantins. Segundo a Conab, o meu Tocantins teve um crescimento de 15,8% em comparação à safra do ano anterior. Nós tínhamos produzido 2,37 milhões de toneladas e produzimos, este ano,

2,75 milhões de toneladas. Apenas de soja – temos um grande plantio espalhado pelo Estado do Tocantins –, nós tínhamos produzido no ano passado 1,38 milhão de toneladas e produzimos 1,675 milhão de toneladas. Apenas na soja houve um crescimento de 21% na produção do meu Estado. É com alegria que estamos vendo o Estado mais jovem do País crescer com pujança, chamando a atenção de todo o Brasil. Mas isso se deu graças aos investimentos que estão sendo feitos e à capacidade logística do Estado.

Nós teremos brevemente a Hidrovia Tocantins plenamente funcionando. Ela sairá da cidade de Peixé, no Estado do Tocantins, passará por nossa capital, Palmas, pelo Estreito, na divisa com o Maranhão, atravessará o Pedral do Lourenço, onde será finalizado um canal de passagem, e sairá lá em Belém, depois da eclusa de Tucuruí. Nós, então, chegaremos à foz do Rio Tocantins, em Belém, onde ficaremos mais próximos do Canal do Panamá.

Mas não é só isso. O Tocantins ainda tem a Ferrovia Norte-Sul, que já está pronta até a divisa do Estado com Goiás, faltando apenas terminar até Anápolis, para depois encontrar a Ferrovia Estrela d'Oeste e nós possamos cruzar o Brasil, de Itaqui, no Maranhão, até o Rio Grande do Sul.

E agora, com a novidade de que teremos o edital da duplicação da Belém-Brasília, lançado proximamente pelo Governo Federal, nós teremos três grandes modais dispostos paralelamente, talvez os três modais conjuntos mais importantes do Brasil. Não são só do Tocantins esses três modais, mas de toda a região do Mapitoba, formada por Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, e quero contar também com o leste de Mato Grosso. Nós teremos uma logística invejável no mundo. Todos nós sabemos que esse local de produção – entre o sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e oeste do Tocantins – é a grande fronteira agrícola, não só do Brasil, mas de todo o mundo. Isso tudo nos dá alegria.

Ainda da Ferrovia Norte-Sul: nós sairemos de Figueirópolis e encontraremos a cidade de Ilhéus, fazendo com que a ferrovia chegue até o mar. Pelo lado esquerdo, nós sairemos de Urucuá, em Goiás, e por essa ferrovia vamos encontrar Lucas do Rio Verde, atendendo e unindo os produtores do Centro-Oeste também com os produtores de Mato Grosso. Isso tudo nos estimula, nos alegra e faz com que o meu Estado, Tocantins, possa responder à altura com esse crescimento aqui implementado.

Registro o empenho do Governador do Estado, Siqueira Campos, o criador do Estado do Tocantins, que foi um dos grandes lutadores pela Ferrovia Norte-Sul e pela hidrovia. Também quero aqui dizer da mi-

nha paixão, do meu esforço em concluir, em viabilizar a Hidrovia Tocantins. São reuniões e reuniões, anos e anos a fio. Agora, com a criação da EPL – Empresa de Planejamento e Logística, junto com o DNIT, com o Ministério dos Transportes, enfim, foi possível definir qual projeto será feito no Pedral do Lourenço para viabilizar a Hidrovia Tocantins.

De três projetos, foi escolhido o mais barato, o mais inteligente, o mais eficiente, e seu edital vai ser proximamente lançado. As eclusas de Palmas, as eclusas de Lajeado, próximas a Palmas, e a eclusa de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins, serão viabilizadas por uma PPP, uma parceria público-privada de concessão administrativa.

Quero apenas lembrar, Sr. Presidente, que é disso que o agronegócio precisa. Não é só de inovação, de tecnologia, mas, principalmente, de logística. Agora, quero dizer aos brasileiros, aos nossos amigos e irmãos, que nada disso fará sentido, nada disto adianta – logística, terras férteis, inovação, tecnologia – se nós não tivermos tranquilidade jurídica para trabalhar.

Um dia são as invasões de terras; um dia são as acusações com relação à questão ambiental. Agora, estamos sofrendo muito com as invasões de índios nas terras de produção do Brasil. Nós não gostaríamos de estar em conflito com os brasileiros índios. Não há necessidade nenhuma de que isso aconteça. Mas, infelizmente, esse agronegócio, que está com sua cabeça no terceiro milênio, no século 21, repito, ainda está com seus pés enterrados na Idade Média, brigando por terras, como se fôssemos bárbaros, com um Brasil de 850 milhões de hectares.

E deixo aqui o meu apelo, mais uma vez, à Ministra Gleisi Hoffmann, ao Ministro da Justiça, à Presidente Dilma. Que todos possam, rapidamente, assim como fizeram com o Rio Grande do Sul, assim como foi feito com o Paraná, suspender as demarcações de terras indígenas também no Mato Grosso do Sul, pois estamos em via de um conflito de morte, por parte de brancos e por parte de índios, que nenhum brasileiro quer. Que essa suspensão, de forma provisória, até que o Supremo Tribunal Federal possa definir, enfim, como serão as demarcações de terras indígenas no Brasil.

Esse marco regulatório é da maior importância para pacificar o Brasil. A suspensão imediata, não em benefício apenas de brancos ou de índios, mas para evitar violência, Sr. Presidente. São centenas de índios, centenas de produtores rurais que estão aglunados no Sul do Paraná, prontos para viver e morrer pelas terras, e nós não somos bárbaros para guerrear por terra. Nós precisamos ser civilizados, a lei tem

que valer. Os produtores rurais são pacíficos, querem continuar produzindo esse PIB de hoje, que deu tanta alegria aos brasileiros.

É só isso que nós queremos; nos deem as condições favoráveis de legalidade, de paz, de segurança jurídica, que nós vamos fazer cada vez mais para o crescimento do País.

Deixo este apelo e peço a solidariedade de todos os colegas Senadores e Senadoras. Que nós possamos, numa frente ampla suprapartidária, fazer com que esse conflito possa ser finalizado, fazer que a paz seja restituída, que o Supremo Tribunal Federal, que agora recebe mais um membro, que vai ser o relator dessa matéria, dos embargos infringentes, decida dentro da sua capacidade, dentro do possível, mas que com rapidez coloque essa matéria em votação – sem prejuízo da análise, pelo novo Ministro, do conteúdo da matéria.

São brasileiros que estão em dificuldade, em perigo de toda sorte, e nós não podemos apenas assistir isso de braços cruzados aqui da tribuna do Senado Federal. Alguma coisa efetiva precisa ser feita, e nós estamos esperançosos de que, em todos os Estados com conflitos, o Governo Federal suspenda, em benefício da não violência, até que o Supremo defina as regras para que possamos, de fato, estar com a cabeça, o corpo e os pés no terceiro milênio, no século XXI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

E, agora, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, como fiz uma permuta com o Senador Ivo Cassol, estou falando como oradora inscrita e ele falará pela Liderança do Partido Progressista. Assim, acomodamos todos os nossos interesses.

Hoje é um dia particularmente prazeroso para esta Senadora que está aqui nesta Casa – como V. Ex^a, Senador Anibal Diniz, Senador Ruben Figueiró, Senador Benedito, Senadora Kátia – há muito pouco tempo, pouco mais de dois anos, porque a Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou um projeto de minha autoria, relatado com muita competência e dedicação pela Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, e que trata de incluir no rol dos serviços dos planos de saúde a quimioterapia oral para os clientes desses planos, Senador Ruben Figueiró.

Esta matéria foi aprovada aqui no Senado, com muita rapidez, pela relevância que tem este tema. Hoje mesmo, pedi ao Deputado Ricardo Berzoini, que foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que assuma a relatoria dessa matéria pela

sua relevância. Então, eu estou feliz com essa decisão, mas, institucionalmente, eu estou muito mais feliz, ou tão feliz tanto quanto pela atitude tomada ontem, tarde da noite, pelo Presidente desta Casa, Renan Calheiros, resgatando a dignidade da instituição Senado Federal.

Ao cumprir sua palavra relativamente aos prazos de entrega de medidas provisórias limitados a sete dias da chegada da Câmara ao Senado, que é a Câmara Revisora, feito este compromisso e assumido este compromisso publicamente, nesta Casa, no dia em que votamos aqui a MP dos Portos, e, ao resgatar ontem este compromisso, o Senador Renan Calheiros demonstra a seriedade, a responsabilidade e a fidelidade à palavra empenhada. Pessoas de palavra não precisam escrever; basta dizer. E foi o que aconteceu ontem quanto à medida provisória que tratava de uma questão relevante para o País, a redução dos preços das tarifas de energia, uma matéria de alto alcance social.

Acertou, claro, a Presidente Dilma Rousseff. Porém, essa questão de medida provisória numa matéria desse porte, desse tamanho, como aconteceu em relação aos portos, poderia muito bem ter vindo sob a forma de projeto de lei e teríamos, com a mesma agilidade e com a mesma rapidez, aprovado essa matéria, que é de interesse do País.

Por isso eu queria destacar, porque disse que seria a primeira. Naquela noite, fiz um pela ordem aqui, dizendo ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, que seria a primeira a aplaudir o gesto dele. Portanto, estou também cumprindo a minha palavra. Ontem, aqui, aplaudi pessoalmente, mas agora falo, para que o País saiba, do significado institucional na relação entre os Poderes. E é preciso harmonia entre os Poderes para que a democracia seja fortalecida.

Esse é também um dos motivos da minha alegria hoje, como Senadora, de ver resgatado um valor, um princípio, que é a dignidade, a soberania e a independência do Legislativo frente ao Executivo e ao Poder Judiciário. Não se trata de nenhum confronto com o Poder. Ao contrário, temos enorme respeito à Presidente da República Dilma Rousseff. O que não pode é esta Casa ficar de cabeça baixa a todas as vontades do Poder Executivo em matérias de interesse nacional, como essas que tratavam dos portos e da redução das tarifas de energia.

Há sempre um caminho, como já foi demonstrado pelo Governo, que, com agilidade encontrou uma solução para que não haja qualquer risco de que esse benefício seja anulado pelo que aconteceu ontem. Não pode esta Casa ser responsabilizada por isso, porque há, sim, um caminho para que o Governo encontre a solução e a saída para preservar o ganho que é a redução da tarifa, mantendo a dignidade da Casa.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Ruben Figueiró.

O Sr. Ruben Figueiró (Bloco/PSDB – MS) – Srª Senadora Ana Amélia, o meu aparte é para cumprimentá-la pela maneira como destaca a manifestação hercúlea do nosso Presidente, ontem, ao afirmar o prestígio do Poder Legislativo e desta Casa, sobretudo. Como V. Exª, eu também fiquei até altas horas da noite, num esforço físico que, para a minha idade, é muito grande, mas saí daqui com a alma lavada, certo de que temos na Presidência desta Casa um homem que sabe zelar pelo prestígio e pelo símbolo que representa o Poder Legislativo na Nação brasileira. Eu me associo, portanto, à manifestação cívica de V. Exª certo de que, daqui para frente, o Poder Legislativo jamais se submeterá à vontade do Poder Executivo. Meus cumprimentos a V. Exª pela oportunidade que teve de lembrar, pela primeira vez nesta sessão, neste dia, o que representou para nós Parlamentares, Senadores, a posição firme, decisiva, inabalável do nosso Presidente Renan Calheiros. Meus cumprimentos a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Ruben Figueiró. Nós não podemos ser subservientes a nenhum Poder. E eu falo com muita tranquilidade, muito à vontade, porque repeti, inclusive, na noite em que votamos a MP dos Portos, que eu não fui eleitora do Senador Renan Calheiros, quando disputou com Pedro Taques a Presidência da Casa. Mas preciso fazer este registro exatamente por ter dito naquela noite que eu o faria, que seria a primeira a reconhecer esse gesto do Presidente, que foi exatamente significante para preservar os princípios e a dignidade do Congresso Nacional. Se ele não tivesse cumprido a palavra, nós pagaríamos a conta dessa que seria uma subserviência inaceitável.

Ontem, o tema foi ampla e democraticamente discutido com as Lideranças da oposição e da base do Governo, com muita serenidade, com muita maturidade. Senti que foi um dia de grande relevância institucional para o Congresso Nacional.

Outro motivo de alegria foi citado há pouco pela Senadora que me antecedeu, Kátia Abreu, ao dizer de novo, Senador – o senhor é de um Estado grande produtor, que é Mato Grosso do Sul –, que a agricultura puxa a alta do Produto Interno Bruto Nacional, de toda a produção nacional, mas a infraestrutura limita o crescimento. O tema foi abordado aqui por vários Senadores, conforme registra a imprensa no dia de hoje.

É exatamente para exaltar a relevância que tem a produção agropecuária, que muitas vezes é tratada, por alguns setores, com preconceito, com muito preconceito, mas os números estão aí para mostrar a relevância que tem esse setor não só no abastecimento

interno de comida para os brasileiros, mas também para obter os excedentes exportáveis, que asseguram um conforto em relação à balança comercial brasileira, sustentada, ainda hoje, pela exportação da produção agropecuária.

Mas eu queria também voltar à saúde, para lembrar o Projeto nº 3.998, que é o número que recebeu na Câmara dos Deputados, de minha autoria, que trata da quimioterapia oral.

Iniciei esse projeto por inspiração do Instituto Oncoguia, entidade não governamental muito respeitada de São Paulo. Em 2011, quando aqui debatemos, na Comissão de Assuntos Sociais, questão relativa às formas de prevenção do câncer, foi sugerida exatamente a quimioterapia oral, que agora está sendo usada pelo nosso grande cestinha, Oscar, que está com câncer no cérebro e está sendo medicado com esse tratamento, por meio de comprimidos. Ao nosso ex-Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, também foi ministrada a quimioterapia oral.

O meu projeto, na verdade, agora – agora, dois anos depois, praticamente –, está sendo incorporado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), anunciando que os planos de saúde serão obrigados a oferecer 36 medicamentos orais, usados em casa, para o tratamento do câncer, a partir de janeiro de 2014.

Como dizia o grande líder chinês Deng Xiaoping: “Não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que cace o rato”. Então, não importa que a iniciativa tenha sido de uma Senadora – no caso, minha –, com o apoio e a sugestão da Oncoguia e de outras entidades de oncologia. Recebemos aqui o Dr. Paulo Hoff, que fez uma exposição nessa mesma audiência pública, para mostrar que a indústria farmacêutica teve uma evolução muito acentuada e que isso é bom para o paciente, eliminando os riscos de contaminação quando vai a uma clínica ou a um hospital fazer a quimioterapia convencional, que agora pode ser feita em casa. Sem sair do seu ambiente familiar, ele pode tomar essa medicação.

A Deputada Jandira Feghali, com muita propriedade, consultou-me se aceitaria o fracionamento desses medicamentos. Eu, de bom grado, considerei uma alteração absolutamente lógica, pois é importante para o bolso e para a saúde financeira dos planos de saúde, já que são medicações caras, e também para o próprio meio ambiente. Essa é a racionalidade que temos em relação ao tema. Atualmente, os planos de saúde apenas são obrigados a conceder o tratamento em ambulatórios. Com a decisão da ANS, os pacientes passarão a ter acesso, em casa, a medicamentos com 54 indicações contra vários tipos de câncer.

De acordo com o Ministério da Saúde, poderão ser beneficiados com a nova técnica de radioterapia pacientes com câncer de próstata, mama, colorretal, leucemia, linfoma, pulmão, rim, estômago e pele.

A proposta passará por consulta pública, que será aberta entre os próximos dias 7 de junho e 7 de julho, na página da ANS, na Internet. É uma oportunidade para todos participarem com sugestões. A Agência espera receber contribuições da sociedade e não descartou a possibilidade de, após a consulta, haver ampliação desses procedimentos. Independentemente das contribuições da população, a ANS informou que não pretende mudar a decisão sobre o uso de quimioterapia oral, na luta contra o câncer, pelos planos de saúde.

Está acolhendo uma sugestão desta Casa. A iniciativa foi desta Casa. Não fosse, talvez, o que nós fizemos aqui, certamente a ANS não tomaria essa iniciativa. O Ministério da Saúde informou que cada plano de saúde deverá definir a forma de distribuição dessa medicação. Entre as possibilidades, estão a distribuição direta, a definição de convênios, com farmácias privadas, e o reembolso aos pacientes. Faltou lembrar que é possível que os próprios planos de saúde entrem em contato diretamente com as indústrias para, nas compras em maior quantidade, obter um melhor preço nesses medicamentos. É o que está acontecendo hoje.

Fiquei alarmada, Senador Figueiró, quando nós discutimos essas questões e foi informado, pelo representante do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, que, enquanto para o Ministério da Saúde, nas compras que faz para um determinado produto, um medicamento de combate ao câncer da mama, custa R\$3,20, na compra pelos Estados custa R\$7,50. É inadmissível uma diferença a mais tão grande quanto essa, sabendo-se das dificuldades financeiras que a área de saúde tem em nosso País, especialmente considerando a situação financeira de Estados e Municípios.

Aliás, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que 97% dos tratamentos de quimioterapia são feitos, atualmente, no âmbito do próprio Sistema Único de Saúde. É importante lembrar que os pacientes que precisavam desse tipo específico de medicamento já recorriam ao SUS ou buscavam a Justiça, para que os planos de saúde ofertassem esse tratamento específico.

Essa notícia é importantíssima e reforça a relevância do debate democrático e maduro no Senado e na Câmara Federal, para melhorar a vida do cidadão, especialmente dos pacientes com câncer.

Falei da Deputada Jandira Feghali e falei do Deputado Ricardo Berzoini, mas também preciso falar do relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Reguffe, do PDT do Distrito Federal, que foi o primeiro

a assumir a relatoria numa comissão em que foi possível, também, agilidade na votação da matéria. Também a Deputada Jô Moraes, que foi relatora *ad hoc* desse importante projeto, em algum momento, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal.

A matéria também já havia sido aprovada, como disse, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, sob a relatoria do Deputado Reguffe. O próximo passo, agora, é a Comissão de Constituição e Justiça. Isso demonstra a relevância do Legislativo nos principais debates nacionais. Tanto o Diretor-Presidente da ANS, André Longo, quanto o Diretor da Agência, Leandro Tavares, já haviam se mostrado favoráveis ao oferecimento de remédios orais contra o câncer pelos planos de saúde nos debates que realizamos nesta Casa.

Graças às inúmeras audiências públicas, intensas conversas com o Ministério da Saúde, organizações não governamentais, associações diversas e representantes do setor privado – com a participação do Legislativo –, o Sistema Único de Saúde passou a adotar também outros procedimentos em favor dos pacientes com câncer, como a cirurgia plástica imediata e reparadora de mama para mulheres que tiveram o seio retirado em decorrência dessa doença.

A nova lei, publicada no mês passado, no *Diário Oficial da União*, foi fruto de um projeto da Câmara dos Deputados (PLC 3/2012), da Deputada Federal licenciada Rebecca Garcia, do meu Partido, do Estado do Amazonas, atualmente Secretária de Governo daquele Estado, e do qual tive a honra de ser relatora, aqui nesta Casa, no Senado. A matéria foi apreciada na Comissão de Assuntos Sociais, presidida atualmente pelo nosso colega Waldemir Moka, do seu Estado, Mato Grosso do Sul. A aprovação da proposta no plenário ocorreu há dois meses.

Com a Lei nº 12.802 de 2013, sancionada integralmente pela Presidente Dilma Rousseff, que, como mulher, talvez tenha reconhecido a relevância dessa decisão e desse projeto, sem vetos, serão necessários apenas 45 minutos a mais, segundo os médicos, para que a cirurgia de reconstrução da mama seja feita logo após a operação de retirada do seio. Em vez de dois procedimentos cirúrgicos, será necessário apenas um: a cirurgia única, a mastectomia, e logo a cirurgia plástica para reconstituição da mama. Quando não for possível realizar o procedimento, o médico deve justificar os motivos que impossibilitaram a reparação na mesma cirurgia.

É uma esperança para as mulheres, que representam hoje mais de 100 milhões dos brasileiros, mais da metade da população. São medidas avaliadas com relevância pelos oncologistas para a saúde física e mental da mulher.

Segundo dados da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), de cada 100 mulheres diagnosticadas com câncer de mama que são obrigadas a fazer a cirurgia para a retirada do seio, apenas dez retornam às clínicas ou hospitais para fazer um novo procedimento cirúrgico de reconstrução da mama. Outras ficam traumatizadas, com danos psicológicos graves e autoestima prejudicada.

De acordo com o Ministério da Saúde, entre 2008 e 2012, menos de 10% das 68 mil mulheres que retiraram a mama fizeram a cirurgia plástica de reconstrução do seio. Muitas desistem de fazer a cirurgia após esperar mais de dois anos para esse procedimento.

Os debates nesta Casa sobre a saúde do homem também têm sido intensificados e favorecem a adoção de políticas de saúde por parte do Poder Público. Há duas semanas, no dia 16 de maio, realizamos, por minha sugestão ou requerimento, uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, a pedido da Sociedade Brasileira de Urologia. Especialistas apontaram o preconceito e a falta de investimentos como fatores para o aumento do câncer de próstata no Brasil. As barreiras socioculturais e institucionais foram citadas como os principais impedimentos ao diagnóstico precoce e tratamento das doenças que afetam os homens, como o câncer peniano, por exemplo.

Em geral, o homem sente-se forte e pensa que os centros de atendimento à saúde foram criados para os mais frágeis, como crianças, mulheres e idosos.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Assim, muitos homens só procuram atendimento médico quando a doença avançou de forma irreversível. Por isso a importância de campanhas, como o Outubro Rosa, que é um alerta para fazer a mamografia como exame preventivo, e o Novembro Azul, que estamos incentivando agora e que deve ser implementado, para mostrar a necessidade e relevância da prevenção para combater o câncer de próstata.

Portanto, gerar informação de qualidade para o fortalecimento das campanhas de prevenção também é papel institucional do Legislativo.

Para citar outro exemplo da importância dos debates nesta Casa, a Presidente Dilma Rousseff sancionou, no ano passado, a Lei nº 12.732, de 2012, que garante prioridade aos diagnosticados com câncer...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

A Lei 12.732, de 2012, garante prioridade aos diagnosticados com câncer para início do tratamento pelo SUS, em prazo máximo de até dois meses.

Isso foi fruto de um substitutivo da Câmara dos Deputados, cuja tramitação teve início em 1997, por iniciativa do ex-Senador Osmar Dias, do qual tive a honra de ser Relatora no Senado. A Lei está em vigor desde a semana passada e a sociedade, representada também por várias instituições médicas, tem participado ativamente dos desdobramentos legislativos, como a sua regulamentação.

Eu queria registrar aqui também o papel que o Ministério Público Federal, o Dr. Eitel Santiago, Subprocurador da República, realizou, fazendo um seminário e um debate aqui na Procuradoria-Geral da República sobre essa matéria. Da mesma forma, a Defensoria Pública da União está vigilante no cumprimento deste que é um direito do cidadão, ou seja, diagnosticada a doença, dois meses depois, o SUS tem que dar o tratamento, seja ele quimioterápico, radioterápico, ou mesmo a cirurgia.

Por isso, sempre que temos oportunidade, relembrar quatro ações principais que ajudam na luta de combate ao câncer: a detecção antecipada da doença, motivação para aqueles que enfrentam o câncer, mais incentivos às pesquisas científicas na área e novos tratamentos efetivos que resultem na cura de mulheres e homens.

Essa luta continua, e esta Casa seguirá cumprindo o seu papel contra esta grave doença.

Curá-la ou tratá-la é um desafio de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

E, agora, concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró, que se encontra em plenário.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de adentrar ao texto do pronunciamento que hoje desejo fazer, gostaria de fazer uma referência ao encontro que Mato Grosso do Sul, através da sua representação no Senado da República, na Câmara dos Deputados, e de representantes das entidades rurais e, sobretudo, de 19 Deputados estaduais dos 24 que compõem a Casa legislativa estadual do meu Estado, a Ex^{ma} Sr^a Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a nossa colega, Senadora Gleisi Hoffmann.

O objetivo desse encontro com essa alta autoridade da República era de levar a preocupação do meu Estado com relação às tensões que existem lá, entre índios e não índios. Nós estamos numa ameaça

de um conflito sangrento entre produtores rurais que adquiriram do Estado, no curso dos anos, propriedades e que nelas trabalham, produzindo riquezas, e que justificam, inclusive, aquele ardor, aquele entusiasmo da Senadora Kátia Abreu, que há poucos instantes se referiu da tribuna ao resultado do PIB nacional, que se deve, basicamente, à atividade agrícola brasileira.

De um lado, os produtores rurais, que ajudam o Brasil a sobrepujar as dificuldades. Do outro, estão os indígenas, cuja cultura exige um traço da terra que no passado foi deles. Mas, nesse desejo de preservar o que ancestralmente lhes pertenceu, estão sendo sujeitos a manipulações de grupos, inclusive grupos estrangeiros, cujos objetivos nós não conseguimos ainda atingir, mas que naturalmente têm interesses de ordem econômica.

Pois bem. Com esse propósito, nós, Parlamentares sul-mato-grossenses, federais e estaduais, representantes da Federação da Agricultura do Estado e representantes do órgão mais tradicional do agronegócio do meu Estado, que é a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, fomos à Ministra. Ela, num gesto extremamente democrático, permitiu que todos nós nos manifestássemos a respeito do assunto que lá nos levava e, democraticamente, mostrou o posicionamento do Governo. Não foi aquele que desejávamos no momento, mas ela acenou, mostrou uma direção, um falso de que seria possível, a curto prazo, a solução do problema de forma tal que os direitos dos produtores rurais, os direitos dos silvícolas seriam atendidos no sentido da confraternização da família brasileira, não importa que etnia seja, lá no meu Estado.

Eu saí dessa reunião, Sr. Presidente e Srª Senadora Ana Amélia, com a convicção de que haveria realmente uma solução pacificadora – repito – com respeito aos dispositivos que a Constituição da República assegura ao produtor rural, ao proprietário rural, e também aos silvícolas.

Mas, Sr. Presidente, fazendo este registro, eu desejo também focar um assunto de interesse do meu Estado com relação à questão do aproveitamento do gasoduto, que atravessa, que sangra, inclusive, o território do meu Estado.

Permito-me dizer a V. Ex^as que a Constituição Federal de 1988, a Carta cidadã, conferiu ao Congresso Nacional duas atribuições primordiais: legislar e fiscalizar, ambas igualmente importantes, mas nem sempre vistas como tal. Nós, Parlamentares, Senadores sobretudo, somos muito cobrados para apresentar propostas, mas não podemos descurar, um minuto sequer, de nosso papel constitucional de fiscalizadores da ação executiva do Poder Executivo.

É nesse sentido que apresentei à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 138, de 2013, solicitando ao Ministro de Minas e Energia, o eminentíssimo Senador, nosso colega, Edison Lobão, informações sobre os investimentos da Petrobras no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial aqueles destinados à produção e ao transporte do gás natural.

Já falei sobre a questão do gás natural em Mato Grosso do Sul em discurso feito nesta tribuna no dia 25 de fevereiro passado. Volto ao assunto para cobrar uma rápida resposta ao Requerimento, uma resposta devida não só à minha pessoa, mas ao Senado da República, como também, e principalmente, ao povo do meu Estado, que vem sendo privado de uma grande riqueza.

Pelo Gasoduto Brasil-Bolívia, que possui 600 quilômetros dentro do território sul-mato-grossense, passam diariamente 30 milhões de metros cúbicos de gás natural boliviano. Todo esse gás é enviado diretamente para consumo nos Estados do Sul e do Sudeste e para o seu Rio Grande do Sul, eminentíssima Senadora Ana Amélia, especialmente para utilização nas indústrias lá localizadas.

O que defendo – e o faço com veemência – é a instalação de uma separadora de gás, no Mato Grosso do Sul, que permita o aproveitamento dos mais de cem subprodutos integrantes da composição química do gás natural boliviano. Repito: que permita o aproveitamento dos mais de cem subprodutos integrantes da composição química do gás natural boliviano. Entre esses compostos estão o gás propano e o butano, ou seja, aquele que significa o gás de cozinha utilizado por todos os nossos lares.

A implantação da separadora permitiria o aproveitamento de cerca de 520 mil toneladas desses gases que atravessam o gasoduto e que são simplesmente queimados no Sul e no Sudeste do País, sem qualquer aproveitamento econômico. A partir da separadora e com a construção de gasodutos, seria possível transformar industrialmente esses gases, de forma a abastecer completamente Mato Grosso, o meu Mato Grosso do Sul, Goiás, e até aqui o Distrito Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Ruben Figueiró, permita-me, já que o senhor falou no Distrito Federal, e a relevância da matéria, porque gás natural é energia. É uma matéria relevante.

Mas eu queria apenas, pedindo licença a V. Ex^a, saudar os jovens estudantes do nível fundamental do Centro Educacional Sete Estrelas, de Sobradinho, aqui do Distrito Federal.

Boas-vindas, professoras e também alunos.

Está falando o Senador Ruben Figueiró, que é do PSDB do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com a palavra, e muito obrigada, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS)

– Muito obrigado.

Minha saudação também aos jovens e à professora que nos visitam aqui. Já tive a oportunidade de conhecer Sobradinho, há muitos anos passados. Eu acredito que a cidade prosperou imensamente e, hoje, constitui um dos polos populacionais e industriais importantes do Distrito Federal. Minhas homenagens também, associando-me às palavras da Senadora Ana Amélia.

Mas continuo, Sr^a Presidente.

Vejam que não estou a falar de algo insignificante, mas de uma quantidade imensa de riqueza que é queimada a cada minuto nas indústrias do Sudeste e que não poderia ser revertida em prol da sociedade brasileira.

O requerimento que apresentei e para o qual espero uma resposta rápida é um verdadeiro clamor contra esse descaso da Petrobras para com o meu Estado e para com grande parte da população de nosso País.

A ideia da separadora de gás foi apresentada em 1955 – eu gostaria de repetir aqui: em 1955 –, quando o Brasil tinha apenas nove unidades desse tipo. Os estudos de viabilidade técnica começaram desde então, mas, até hoje, quase 20 anos depois, ainda não saíram do papel. Acontece que o Brasil possui, hoje, 42 separadoras de gás, nenhuma delas instalada na Região Centro-Oeste, o que é uma tremenda distorção.

Fala-se muito que o projeto é inviável economicamente, que o aproveitamento dos subprodutos não compensaria o investimento, entre outras barbaridades. Isso é, Sr^a Senadora, Sr. Senador, absolutamente inaceitável!

Todo gás de cozinha consumido no Centro-Oeste é importado da Argentina. Eu gostaria de ressaltar este fato, para atenção do ilustre representante do Acre, o Senador Anibal: todo gás de cozinha consumido no Centro-Oeste é importado da Argentina. Ele chega ao Brasil pelo Porto de Santos, de onde segue, via gasoduto, para Paulínia. De lá, para os Estados do Centro-Oeste, o gás é transportado de caminhão. Imaginem, Srs. Senadores, Sr^a Presidente, os altos custos envolvidos nessa operação.

É preciso refazer já os estudos de viabilidade técnica e econômica desse rico potencial que o subsolo sul-americano oferece e que, canalizado, atravessa todo o território sul-mato-grossense e grande parte do Território Nacional.

Enquanto reluta em aplicar recursos numa separadora de gás em Mato Grosso do Sul, a Petrobras anuncia a retomada dos investimentos na exploração do gás em território boliviano, país que já, há poucos

anos, ameaçou a empresa brasileira de expropriação. Como explicar essa situação? Como admitir que, após ser humilhada na Bolívia e com o silêncio do Governo brasileiro – vejam bem: e com o silêncio do Governo brasileiro –, a Petrobras invista no exterior e não invista no Brasil? Essa é a pergunta que deixo a esta Casa.

Temos de dar um basta a esse comportamento político, talvez até ideológico da Petrobras. Precisamos cobrar da empresa que priorize os investimentos no Brasil e não em países que não respeitam contratos, como a Bolívia, que atiram na lata de lixo regras previamente estabelecidas.

Faço este apelo, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, mesmo que em tom de cobrança, ao Sr. Ministro Edison Lobão, nosso colega no Senado, para que responda com brevidade ao requerimento de minha autoria.

Não é apenas este representante do Estado de Mato Grosso do Sul, mas o povo sul-mato-grossense que precisa, que cobra uma satisfação.

Por ser oportuno, anuncio a V. Ex^{as}s que, há menos de um mês, durante visita da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, à capital do meu Estado, Campo Grande, declarou Sua Excelência ao empresário Uze Zahrán, Presidente do Grupo Copagaz, empresa de alcance nacional, pois atinge, no serviço de distribuição de gás natural, cerca de 17 Estados do nosso País, que uma reunião ainda em maio seria realizada com a Presidente da Petrobras, Sr^a Graça Foster.

Uze Zahrán, digo a V. Ex^{as}s, conforme já discurai, aliás, outras vezes, levantou a ideia da instalação de usinas separadoras de gás em Mato Grosso do Sul aos então Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, e, agora, volta a insistir, esperançoso de que seu patriótico apelo terá ressonância na Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff.

De minha parte, Sr^a Presidente desta Casa, confio que a Presidente Dilma já tenha realizado a reunião com a Sr^a Graça Foster e que o resultado do encontro tenha sido positivo para a concretização da ideia de implantar uma usina separadora de gás em meu Estado. Afinal, não podemos deixar que tamanha riqueza atravesse o Mato Grosso do Sul para ser desperdiçada, queimada nas indústrias do Sudeste e Sul do País.

Quero dizer ainda, para finalizar, a V. Ex^{as}s que, na ocasião do meu primeiro pronunciamento, em fevereiro, a esse respeito, eu tentei sensibilizar esta Casa e o Governo da República sobre a possibilidade de sangramento do gasoduto, já no território sul-mato-grossense, e que se destinasse ao rico Estado de Mato Grosso, possivelmente até Cuiabá. E, desse trecho, um ramal que viesse passar pelo Estado de Goiás, atender à capital desse Estado Goiânia, chegando até aqui, a nossa Capital federal, Brasília.

Inclusive, à época, fui indagado por alguns Senadores – se não me falha a memória, até pelo Senador Paim – sobre qual seria o custo de um botijão de gás se nós tivéssemos oportunidade de trazê-lo até aqui através de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia. E chegou-se à conclusão de aqui se paga por um botijão de gás cerca de R\$55,00. Se houvesse essa hipótese da extensão do gasoduto através de terminais até aqui, esse gás sairia, no máximo, por R\$25,00. Veja a economia que a população de Brasília teria se isso fosse concretizado pela Petrobras e o Governo da República.

Termino, Sr^a Presidente, dizendo que espero contar, ainda, com o valioso apoio dos meus pares – e sei que o conseguirei –, todos ciosos dos problemas de seus Estados, mas com o objetivo mais nobre e justo de defender os interesses maiores do Brasil, como é o caso do aproveitamento do gás boliviano que passa pelo meu Estado de Mato Grosso do Sul, se possível com a instalação de uma usina separadora, grande objetivo das autoridades e do povo do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que me conferiu.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, arguindo o art. 203 do Regimento Interno da Casa, solicito a V. Ex^a que dê como lido o pronunciamento referente ao II Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia, ocorrido em Macapá, no período de 9 a 11 de maio de 2013, próximo passado.

Conforme o disposto no art. 203 do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a que o faça constar nos *Anais* da Casa.

Obrigado, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

**II ENCONTRO INTERNACIONAL
DE DIREITO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
9 A 11 DE MAIO DE 2013 MACAPÁ – AMAPÁ**

Promotores e Procuradores de Justiça, Desembargadores, Juízes, Advogados, Técnicos, demais profissionais, estudantes do Brasil e do Exterior, reunidos em Plenária com o objetivo de debater estrategicamente a Lei dos Crimes Ambientais, na busca da sua efetividade, após manifestações de especialistas e debates entre os presentes;

Considerando a necessidade de reconhecer valor em si ao meio ambiente, bem como manter um patamar de conservação sem o qual a dignidade da pessoa não se concretiza, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

Considerando que o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico reveste-se de grande importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais como um todo, condição necessária para o equilíbrio do sistema de modo a garantir o desenvolvimento sustentável;

Considerando o princípio da cooperação inter e intrageracional na tutela do meio ambiente, inclusive como forma de evitar os efeitos transfronteiriços dos impactos ambientais e sua influência direta na vida dos povos, o que afirma a necessidade da ampliação do diálogo transnacional com a inclusão de organismos e associações internacionais, como a Liga Mundial de Advogados Ambientalistas A.C., a qual integra profissionais da área jurídica e técnica de 25 países, em sua maioria latino americanos;

Considerando a necessidade de afirmação do princípio da tríplice responsabilização, previsto no artigo 225, § 3º da Constituição Federal, de modo a compatibilizar as diversas formas de responsabilização por danos ou ameaça de danos ambientais nas esferas civil, administrativa e penal;

Considerando a tramitação do Projeto de Lei do Senado – PLS nº 236/2012 – Novo Código Penal, com proposições de codificar os crimes ambientais hoje previstos na Lei de Crimes Ambientais, além dos mais de 15 projetos de lei em tramitação no Senado da República e 84 projetos conjuntos Senado/Câmara dos Deputados;

Considerando o teor da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Considerando a existência de falhas na redação da lei atual, repetidas nos novos projetos, que minimizam a eficácia do direito penal ambiental;

Considerando a necessidade de se avaliar estratégicamente, à luz de metodologia específica para

tal, as modificações propostas nos projetos de lei em andamento, haja vista a possibilidade da existência de proposições controversas e antagonicamente impactantes;

Considerando que algumas das proposições da Plenária têm como escopo o aumento da pena para determinados tipos penais;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a responsabilização da pessoa jurídica, levando em consideração o objetivo de tal instituto, inclusive em razão das posições jurisprudenciais divergentes quanto à dupla imputação ou imputação simultânea;

Considerando a discussão acerca da pertinência da inclusão da legislação penal ambiental no âmbito do Código Penal (reserva de código), diante da existência de sólida fundamentação no sentido da conveniência de manter o microssistema de direito penal ambiental.

Considerando a criação do Grupo Nacional de Direito Ambiental e a possibilidade de integrar as ações institucionais do CNMP em diálogo com outras instituições.

Considerando, assim, o que foi deliberado no II Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia;

RESOLVEM

I – Propor a criação de um Grupo Interinstitucional coordenado pelo Ministério Público do Estado do Amapá, com a finalidade de recolher sugestões, discutir, acompanhar e propor alterações redacionais ao PLS nº 236/2012 e demais, contribuindo para o aperfeiçoamento do direito penal ambiental tendente a dar-lhe máxima eficácia e produzir, desta forma, um alto nível de proteção do bem jurídico tutelado.

II – Para tanto, ampliar a discussão através da realização de eventos e debates, bem como a inclusão e consulta de outras instituições governamentais e não governamentais, com interesse no tema, sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Amapá, que proporá aos demais parceiros a indicação de membros.

III – Encaminhar a presente proposta, devidamente acompanhada de todas as manifestações emanadas do II EIDAM, ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL e, Ministério do Meio Ambiente, a fim de que reconheçam e legitimem os trabalhos e propostas a serem apresentadas pelo grupo.

IV – Encaminhar a presente proposta ao Senado Federal, na pessoa do Senador Randolfe Rodrigues, a fim de que o Senado possa receber e reconhecer as propostas a serem apresentadas pelo grupo.

Macapá, 11 de maio de 2013. – **Ivana Lúcia Franco Cei**, Procuradora Geral de Justiça, Ministério Público do Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Anibal Diniz, eu queria fazer um registro. Esta semana, nós tivemos o lançamento da revista *Em Discussão!*, do Senado Federal, que trata de um tema da maior relevância para a sociedade brasileira.

Recentemente, na novela *Salve Jorge*, de Glória Perez, que é do seu Estado, o Acre, foi muito feliz ao abordar o tema da adoção por vias transversas, pelo lado errado da adoção, mostrando também um pouco do tráfico de pessoas e uma adoção criminosa, como a que aconteceu no enredo apresentado.

Mas aqui estamos defendendo a adoção legal.

“Adoção: mudar um destino. O Senado busca melhorias na legislação para superar o desafio de dar uma nova família a milhares de crianças que vivem em abrigos”.

Queria mencionar e agradecer também os editores pela acolhida, porque foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de minha autoria, o PLS nº 390, de 2011, que altera o Código de Processo Civil para dar prioridade à tramitação judicial de um processo de adoção.

Assim, queria cumprimentar a Secretaria de Comunicação, os editores da revista *Em Discussão!* pela abordagem desse tema da maior relevância, a adoção. E também aproveito para cumprimentar a sua conterrânea, do Acre, Glória Perez, pela abordagem desse tema tão atual quanto social.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, com a palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim, que é campeão de presença a este plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal, estou sempre presente sob a sua presidência. Coincide, portanto, quando falo aqui. É uma satisfação para nós falarmos sob a sua coordenação e com a presença no plenário, inclusive, do Senador Renan Calheiros, que estava aqui até há poucos minutos.

Sr. Presidente, eu quero, neste momento, usar a tribuna para falar de um tema que é muito caro a todos nós: educação.

Antes, porém, registro que o Deputado Osmar Terra, que está aqui conosco, é autor do projeto de

combate a todo tipo de droga, lícita e ilícita, o qual, se aprovado na Câmara, virá, agora, para o Senado.

Mas, Sr. Presidente, eu vou falar aqui sobre educação, dizendo que nenhuma causa no Brasil é mais consensual que o tema educação. Independentemente de linhas ideológicas ou colorações partidárias, tenho certeza que todos temos a percepção de que somente conseguiremos atingir o nível de desenvolvimento com que tanto sonhamos se elegermos a educação como prioridade das prioridades.

Por isso, Presidente da sessão, Senador Anibal, gostaria de fazer hoje algumas considerações sobre os rumos da educação em nosso País e, principalmente, sobre o nosso trabalho aqui, no Congresso Nacional, e o que o governo vem fazendo, o governo da Presidenta Dilma. E, com certeza, posso afirmar que o governo e o Congresso continuarão a executar a construção coletiva de um tema tão essencial e ao mesmo tempo tão urgente como é a educação.

E esse é um trabalho que temos que fazer de forma conjunta, o que vem permitindo a melhoria de nossos padrões no campo da educação e, mais do que isso, vem pavimentando o caminho para obtenção de resultados cada vez mais expressivos, a começar, e não poderia ser de outra forma, pela educação infantil.

No ano de 2000, menos de 10% de nossas crianças tinham acesso às creches. Dez anos depois, a taxa de atendimento às crianças em creches já ultrapassam mais de 23%. Ou seja, um crescimento de mais de 100%. Na pré-escola, no mesmo período, o número de matrículas pulou de 51% para 80%. Muito mais importante, porém, que a melhoria dos indicadores obtida ao longo dos últimos 10 anos foi o fato de que seguimos trabalhando em parceria, Congresso e governo, com o objetivo de atingir patamares ainda mais elevados.

Em outubro de 2012, por exemplo, com a Lei nº 12.722, era lançado o Programa Brasil Carinhoso, que, entre outras medidas, previu um acréscimo de 50% dos recursos do Fundeb para as matrículas em creches de crianças de zero a três anos do Bolsa Família, antecipou os repasses do mesmo Fundo para novas vagas em todas as creches municipais e aumentou em 66,7% o valor da alimentação na creche e na pré-escola.

E ainda agora, no último dia 4 de abril, foi sancionada a Lei nº 12.796, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre outras disposições, a nova lei determina que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de "educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade". Repito, Sr. Presidente: "educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade".

É uma novidade, senhoras e senhores, que não deverá ficar só no papel. Na verdade, os investimentos do Programa Brasil Carinhoso na construção de creches e pré-escolas sinalizam que o Governo pretende ver cumprida, no mais curto prazo possível, essa determinação de trazer as crianças para o universo escolar já a partir dos quatro anos,

Sr. Presidente, se, em 2011, foram investidos, na implantação de escolas para educação infantil, R\$890 milhões, em 2012 esse valor – veja bem, Sr. Presidente – duplicou: chegou a R\$1,780 milhão. Já neste ano de 2013, deverão ser aplicados R\$1,980 milhão, quantia que deve aumentar em 2014.

Outra preocupação que se teve foi a de atender as crianças com até oito anos de idade ainda não alfabetizadas.

Temos Estados, infelizmente, como Alagoas, Maranhão e Pará, em que mais de 30% das crianças com até oito anos ainda se encontram nessa condição.

Por isso, com a Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, aprovada aqui, no Congresso Nacional, no último dia 5 de abril e transformada na Lei nº 12.801, viabilizou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Com esse pacto, Sr. Presidente, garante-se o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados com o objetivo de promover a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

É um conjunto de ações que compreende desde a formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores até a disponibilização de 60 milhões de livros didáticos, jogos pedagógicos e obras literárias, com um investimento total de R\$3,3 bilhões, conforme informa o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Consideremos agora, Sr. Presidente, o desempenho de nossas crianças e adolescentes na educação básica como um todo, ou seja, no somatório dos ensinos fundamental e médio.

Uma primeira leitura que podemos fazer da situação, levando em conta os resultados do Saeb, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, é a de que houve, sim, avanços ao longo dos últimos anos.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo, o desempenho em Matemática evoluiu de 182,4, em 2005, para 209,6, em 2011. No mesmo período, o desempenho em Português passou de 172,3 para 190,6.

Já no ensino médio, entre 2005 e 2011, o desempenho em Matemática foi de 271,3 a 274,8. Em Português, subimos de 257,6 para 268,6.

De qualquer forma, Sr. Presidente, ainda que todos esses números indiquem, como eu disse, uma

evolução de nossos níveis educacionais, a verdade é que estamos longe da situação ideal, mas estamos avançando. Foi essa constatação que nos levou ao PAR, o Plano de Ações Articuladas.

Instituído pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, o PAR cumpre a essencial finalidade de viabilizar o apoio técnico ou financeiro prestado pela União, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A partir de um diagnóstico da situação educacional estruturado em quatro dimensões – gestão educacional; formação de profissionais de educação; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos –, o Ministério da Educação auxilia os entes federados na identificação das medidas mais apropriadas para a melhoria da qualidade da educação básica e na efetivação dos planos estaduais e municipais de educação.

Ao mesmo tempo, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com base apenas em um termo de compromisso, transfere aos entes federados os recursos financeiros necessários à execução das ações do PAR, sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

Sr. Presidente Aníbal, outra iniciativa de grande envergadura, que, por sinal, trata de um tema que me é bastante caro, é o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

V. Ex^a sabe que a minha origem foi o ensino técnico. Quando aqui cheguei, apresentei o Fundep, e, depois, me vi totalmente contemplado nesse programa, que é bem mais amplo que aquele que eu havia apresentado como sugestão à Casa naquele momento da história.

O Programa foi instituído pela Lei nº 12.513, de outubro de 2011, sancionada após tramitar cerca de cinco meses aqui no Congresso, em regime de urgência constitucional.

Com o Pronatec, amplia-se a oferta de educação profissional e tecnológica, tanto para estudantes regularmente matriculados no ensino médio público e egressos da rede pública ou ex-bolsistas integrais no ensino médio privado, quanto para trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Aí, Sr. Presidente, eu destaco o Bolsa-Permanência. Também, Sr. Presidente, havia apresentado, há cerca de quatro ou cinco anos, um projetinho de bolsa-permanência, que, para alegria nossa, está contemplado nessa proposta do Governo de forma, inclusive, como eu dizia, mais ampla.

Eu fui avisado e quero cumprimentar o Ministro Mercadante e a Presidenta. “Paim, não te preocupa que essa tua ideia nós estamos estudando há tempo, e ela vai estar contemplada no programa de Governo e tu vais ver...” Os bolsistas terão uma ajuda, Sr. Presidente. Eu falava em um salário mínimo, mas o projeto do Governo é de R\$400,00 a R\$900,00. Quase que dobrou o valor do salário mínimo. Por isso, meus cumprimentos ao Ministro Aloizio Mercadante e à Presidenta Dilma.

Assim, temos também um programa do tipo “guarda-chuva”. Ele abriga um conjunto de iniciativas distintas, desenvolvidas com a participação do Estado, dos Municípios, dos institutos federais de educação profissional, das entidades do Sistema S e das instituições privadas de educação profissional.

A previsão do MEC, Sr. Presidente, é de que, ao final de 2014, deverão ser ofertadas oito milhões de vagas nessa modalidade de ensino.

Quanto ao Enem, o nosso Exame Nacional do Ensino Médio, todos sabemos que vem se consolidando ano a ano, e não apenas como um poderoso instrumento de avaliação da qualidade do ensino médio no nosso País.

Com o SiSU, o Sistema de Seleção Unificada, o resultado do Enem é chave de acesso ao ensino superior em universidades públicas de todo o País.

Ele também garante o acesso às bolsas do nosso ProUni. Foi com o ProUni, como lembramos aqui, que se iniciou a política de cotas, sucesso absoluto. Festejamos, recentemente, os dez anos da implantação do ProUni. E garante também o acesso aos financiamentos do Fies, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Ambos sucesso absoluto.

Se, em 1998, Sr^{as}s e Srs. Senadores, cerca de 120 mil estudantes prestaram o exame, no ano passado o número de presentes chegou a 4,170 milhões. Saímos de 120 mil estudantes para 4,170 milhões. Isso faz com que o Enem seja o maior exame do Brasil e o segundo maior do mundo, atrás somente do vestibular da China, que tem, aproximadamente, 6 milhões de inscritos. O Brasil tem cerca de 4,200 milhões.

Mas falo em acesso ao ensino superior, Sr. Presidente, e vejo aqui outra conquista a ser festejada. Em coisa de dez anos – ou seja, entre 2001/2002 e 2011/2012 –, o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior pulou de 3 milhões para 6,7 milhões. Mais do que o dobro, Senador Aníbal.

E o mais importante – pelo menos segundo o meu ponto de vista – é que esse crescimento não se deu apenas nas instituições privadas, turbinado pelo ProUni, projeto do governo Lula/Dilma, e pelo Fies.

Também nas instituições públicas, que foram fortalecidas e estimuladas a prestar um serviço cada

vez mais amplo e cada vez melhor, o número de matrículas praticamente dobrou. E agora, com a política de cotas, vai triplicar.

Sr. Presidente, ademais, temos mantido sempre viva a preocupação de facilitar, de todas as maneiras, o acesso ao ensino superior da população menos favorecida economicamente.

Ainda agora, no último dia 10 de abril, foi sancionada a Lei nº 12.799, que assegura isenção total do pagamento de taxas, nos processos seletivos das instituições federais de educação superior, ao candidato que comprovar ter renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo e ter cursado o ensino médio em escola de rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Vale trazer à lembrança também a edição da Lei nº 12.734, que determina novas regras para repartição dos *royalties* entre os entes da Federação e destina recursos, prioritariamente, para a educação. A referida norma está com a eficácia suspensa por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o Governo Federal editou a MP nº 592, de 2012, que vincula recursos do petróleo à educação. Por questões de segurança jurídica, ficou resolvido pela caducidade da MP, enquanto o STF não se pronuncia de forma definitiva sobre a constitucionalidade da Lei nº 12.734, de 2012.

Nem por isso o movimento social por mais recursos para a educação está parado. A União Nacional dos Estudantes realiza, a partir de hoje, até 2 de junho, em Goiânia, o 53º Congresso da UNE, cujas reivindicações são a destinação de 10% do PIB para a educação, de 50% do Fundo Social Pré-sal para a educação e de 100% dos *royalties* do pré-sal para a educação.

Sr. Presidente, fui convidado a participar, como painelista, do Congresso da UNE para debater a questão da maioridade penal e a luta pelos direitos civis do povo brasileiro.

Sr. Presidente, está de parabéns a UNE por esse evento magnífico que, tenho certeza, apontará caminhos cada vez mais sólidos em benefício de toda a juventude brasileira.

Mas não vim aqui hoje para afirmar somente maravilhas. É evidente que temos, ainda, um leque enorme de limitações. Por isso, apresentei aqui as proposta da UNE. Temos desafios, sim, temos, enfim, um longo caminho a percorrer. No entanto, é confortável o sentimento de que estamos no rumo certo.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou convencido de que seguiremos trabalhando juntos, Congresso e Governo Federal, em benefício da edu-

cação. Chegaremos à situação ideal, com uma grande parceria entre o Congresso, o Governo Federal e a iniciativa privada: aquela em que, a cada brasileira e a cada brasileiro, sejam dadas todas as condições, no campo instrucional, de desenvolverem plenamente todo o seu potencial.

Sr. Presidente, eu queria ainda, aproveitando esta tarde de quarta-feira, véspera de feriado, fazer dois pequenos registros, se V. Exª me permitisse.

Primeiro, quero registrar da tribuna material que recebi da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) que demonstra como se iniciaram as tratativas e o interesse da UERGS pela área do Centro Humanístico Vida, em Porto Alegre. Estive lá visitando o Centro Vida. A Universidade vem lutando para construir o Núcleo da UERGS na zona norte da capital gaúcha. Finalmente, em 11 de setembro do ano passado, foi solicitada à direção da UERGS a colocação de uma placa no Vida para informar a todos a vinda da Universidade para a região.

Na correspondência que veio anexa ao material ilustrativo, eles fizeram um agradecimento especial à Vereadora de Porto Alegre Sofia Cavedon, por sua atenção aos assuntos da Universidade, e também agradeceram, em nome da comunidade, o empenho irrestrito deste Senador para com os assuntos da UERGS, por meio da apresentação de emendas junto à bancada gaúcha e de outras iniciativas que dão suporte de investimento e de estrutura e, acima de tudo, garantias fundamentais para que ela seja uma Universidade dotada de bons professores e de qualificação reconhecida de seus cursos.

Eu sempre tive muito respeito e admiração pelo trabalho realizado pela UERGS, que surgiu no governo de Olívio Dutra, e tenho empenhado todos os esforços para que a Universidade possa crescer sempre mais e acolher o maior número de alunos, e lá os mais pobres é que têm acesso.

No ano de 2008, Senador Anibal, aprovei, no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), uma ação de Apoio à Entidade Pública de Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

Assim sendo, apresentei, por meio da bancada gaúcha, emenda ao Plano Plurianual (PPA) no valor de R\$15 milhões para 2008, de R\$18 milhões para 2009, de R\$20 milhões para 2010 e de R\$23 milhões para 2011.

Todas as emendas individuais deste Senador eu as destino integralmente para a UERGS. Nós as aprovamos com o apoio, é claro, da bancada gaúcha. E o Governo foi liberando em parte, mas foi liberando.

No ano de 2012, foi aprovada emenda, também de nossa autoria, de R\$13,5 milhões, sendo grande

parte empenhada. Neste ano, apresentei, por meio da bancada gaúcha, mediante um entendimento, uma emenda de R\$15 milhões.

Por isso, entendo que a bancada há de manter essa mesma posição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – As emendas, eu as destino... Eu me comprometi, Sr. Presidente, até o fim do meu mandato, a destinar todas as minhas emendas individuais, ano por ano, para a UERGS.

Por fim, Sr. Presidente, termino, dando uma notícia que entendo ser muito positiva para o Rio Grande, para Olívio Dutra, um grande Governador, e para o Governo atual de Tarso Genro.

A 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre condenou a Ford a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em R\$160 milhões por abandonar a fábrica de Guaíba. O valor, que corrigido chega à casa de R\$1 bilhão, é relativo aos investimentos feitos pelo governo gaúcho para a instalação da fábrica da empresa em Guaíba. E, de um momento para outro, a Ford resolveu ir embora.

A empresa assinou contrato para implementar a fábrica em um valor total, na época, de R\$210 milhões em parcelas que seriam aportadas pelo governo de Olívio Dutra. A primeira parcela foi aportada, e, a partir daí, a empresa simplesmente resolveu ir embora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na época, o grande Governador Olívio Dutra foi alvo de ataques e de campanhas orquestradas para desacreditar o seu governo, o governo da Aliança Popular, o governo do PT.

Sr. Presidente, muitos questionaram Olívio, mas, como diz o ditado popular – e a sabedoria do povo, da nossa gente é fantástica: “A Justiça tarda, mas não falha”. “O tempo é o senhor da razão.”

Um estudo final do BNDES, nos anos 90, dizia que o setor automobilístico era o 34º em produção de empregos. Nos primeiros lugares, ficavam construção civil, agropecuária e vestuário. O Governo Olívio apostou na geração de empregos, na valorização das pequenas e médias empresas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele inverteu a lógica que era comum nos governos anteriores. Talvez, tenha sido esse o motivo de tantos ataques.

Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir que seja incluída nos Anais da Casa a informação que consta nos jornais gaúchos *Zero Hora*, o *Correio do Povo* e *Jornal do Comércio*, enfim, em todos os jornais do Rio Grande do Sul. Dizem o seguinte:

Os petistas se excitaram ontem com a publicação, no site do Tribunal de Justiça, de uma decisão da juíza Lílian Cristiane Siman, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, condenando a Ford a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em mais de R\$130 milhões, valor que, corrigido, chega à casa do bilhão. É a reafirmação de uma decisão de dezembro de 2009, que o Tribunal de Justiça havia anulado em junho de 2010, por questão processual.

A reportagem completa está anexada a este pronunciamento.

É importante, Sr. Presidente – e aqui termino –, ressaltar que isso ratifica a atitude do ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Deputado Federal Constituinte e grande ex-Governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra. A história e o tempo fizeram-lhe justiça. Vida longa a você, Olívio Dutra!

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Peço a V. Exª que considere, na íntegra, o meu pronunciamento. O documento a que me refiro está aqui anexado.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nenhuma causa, no Brasil, é mais consensual que a da educação.

Independentemente de linhas ideológicas ou colorações partidárias, penso que todos temos a percepção de que somente conseguiremos atingir o nível de desenvolvimento com que sonhamos se elegermos a educação como a “prioridade das prioridades”.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria hoje de fazer algumas considerações sobre os rumos da educação em nosso País e, principalmente, sobre o trabalho que o Congresso Nacional e o Governo Federal vêm executando – e com certeza continuarão a executar – em prol de um tema tão essencial e, ao mesmo tempo, tão urgente.

É esse trabalho conjunto, Senhoras e Senhores Senadores, que vem permitindo a melhoria de nossos padrões educacionais e, mais que isso, que vem pavimentando o caminho para a obtenção de resultados cada vez mais expressivos.

A começar – e não poderia ser de outra forma – pela educação infantil.

No ano 2000, menos de 10% de nossas crianças tinham acesso a creches. Dez anos depois, em 2010, a taxa de atendimento já passava de 23%.

Na pré-escola, no mesmo período, o número de matrículas pulou de 51% para 80%.

Muito mais importante, porém, que a melhoria dos indicadores obtida ao longo daqueles dez anos, foi o fato de que seguimos trabalhando em parceria – o Congresso Nacional e o Governo Federal – com o objetivo de atingir patamares ainda mais elevados.

Em outubro de 2012, por exemplo, com a Lei nº 12.722, era lançado o Programa Brasil Carinhoso. Que, entre outras medidas, previu um acréscimo de 50% nos recursos do Fundeb para as matrículas em creches de crianças de zero a três anos do Bolsa Família, antecipou os repasses do mesmo Fundo para novas vagas em todas as creches municipais e aumentou em 66,7% o valor da alimentação na creche e na pré-escola.

E ainda agora, no último dia 4 de abril, foi sancionada a Lei nº 12.796, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre outras disposições, a nova Lei determina que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (abro aspas) “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade”.

Repto, Sr. Presidente: “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade”.

É uma novidade, Srªs e Srs. Senadores, que não deverá ficar só no papel. Na verdade, os investimentos do Programa Brasil Carinhoso na construção de creches e pré-escolas sinalizam que o Governo pretende ver cumprida, no mais curto prazo possível, essa determinação de trazer as crianças para o universo escolar já a partir dos quatro anos.

Se em 2011 foram investidos, na implantação de escolas para educação infantil, 890 milhões de reais, em 2012 esse valor duplicou: chegou a um bilhão, 780 milhões de reais. Já neste ano de 2013 deverão ser aplicados um bilhão, 980 milhões, mesma quantia prevista para 2014.

Outra preocupação que se teve foi a de atender as crianças com até oito anos de idade ainda não alfabetizadas.

Temos Estados, infelizmente – como Alagoas, Maranhão e Pará –, em que mais de 30% das crianças com até oito anos ainda se encontram nessa condição.

Por isso, com a Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012 – aprovada, aqui no Congresso Nacional, no último dia 5 de abril e transformada na LEI Nº 12.801, viabilizou-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Com esse Pacto, Sr. Presidente, garante-se o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados, com o objetivo de promover a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

É um conjunto de ações que compreende desde a formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores até a disponibilização de 60 milhões de livros didáticos, jogos pedagógicos e obras literárias, com um investimento total de 3 bilhões e 300 milhões de reais.

Consideremos agora, Senhoras e Senhores Senadores, o desempenho de nossas crianças e adolescentes na educação básica como um todo, ou seja, na somatória dos ensinos fundamental e médio.

Uma primeira leitura que podemos fazer da situação – levando em conta os resultados do Saeb, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – é a de que houve alguns avanços ao longo dos últimos anos.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo, o desempenho em Matemática evoluiu de 182,4, em 2005, para 209,6, em 2011. No mesmo período, o desempenho em Português passou de 172,3 para 190,6.

Já no ensino médio, entre 2005 e 2011, o desempenho em Matemática foi de 271,3 a 274,8. Em Português, subimos de 257,6 para 268,6.

De qualquer maneira, Senhor Presidente – e ainda que todos esses números indiquem, como eu disse, uma certa evolução de nossos níveis educacionais –, a verdade é que estamos muito longe da situação ideal.

Foi essa constatação que nos levou ao PAR, o Plano de Ações Articuladas.

Instituído pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, o PAR cumpre a essencial finalidade de viabilizar o apoio técnico ou financeiro prestado pela União, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A partir de um diagnóstico da situação educacional estruturado em quatro dimensões – gestão educacional; formação de profissionais de educação; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos –, o Ministério da Educação auxilia os entes federados na identificação das medidas mais apropriadas para a melhoria da qualidade da educação básica e na efetivação dos planos estaduais e municipais de educação.

Ao mesmo tempo, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – o FNDE –, e com base apenas em um Termo de Compromisso, transfere aos entes federados os recursos financeiros necessários à execução das ações do PAR, sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

Outra iniciativa de grande envergadura, Senhoras e Senhores Senadores – e que, por sinal, trata de um tema que me é bastante caro –, é o Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Foi instituído pela Lei nº 12.513, de outubro de 2011, sancionada após tramitar cerca de cinco meses aqui no Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional.

Com o Pronatec, amplia-se a oferta de educação profissional e tecnológica, tanto para estudantes regularmente matriculados no ensino médio público e egressos da rede pública ou ex-bolsistas integrais no ensino médio privado, quanto para trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

É um Programa do tipo “guarda-chuva”. Abriga um conjunto de iniciativas distintas, desenvolvidas com a participação dos Estados, dos Municípios, dos institutos federais de educação profissional, das entidades do sistema S e das instituições privadas de educação profissional.

A previsão do MEC, Senhor Presidente, é de que até o final de 2014 deverão ser ofertadas oito milhões de vagas nessa modalidade de ensino.

Quanto ao Enem, o nosso Exame Nacional do Ensino Médio, todos sabemos que vem se consolidando ano a ano.

E não apenas como um poderoso instrumento de avaliação da qualidade do ensino médio em nosso País.

Com o SiSU – o Sistema de Seleção Unificada –, o resultado do Enem é chave de acesso ao ensino superior em universidades públicas de todo o Brasil.

Ele também garante o acesso às bolsas do ProUni – o Programa Universidade para Todos – e aos financiamentos do Fies – o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Se em 1998, Srªs e Srs. Senadores, cerca de 120 mil estudantes prestaram o Exame, no ano passado o número de presentes chegou a 4 milhões 170 mil.

Isso faz com que o Enem seja, hoje, o maior exame do Brasil e o segundo maior do mundo, atrás somente do vestibular da China, que tem aproximadamente 6 milhões de inscritos.

Mas falo em acesso ao ensino superior, Senhor Presidente, e vejo aqui outra conquista a ser comemorada.

Em coisa de dez anos – ou seja, entre 2001 e 2011 –, o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior pulou de 3 milhões para 6 milhões e 700 mil.

E o mais importante – pelo menos segundo o meu ponto de vista – é que esse crescimento não se deu apenas nas instituições privadas, turbinado pelo ProUni e pelo Fies.

Também nas instituições públicas, que foram fortalecidas e estimuladas a prestar um serviço cada vez mais amplo e cada vez melhor, o número de matrículas praticamente dobrou.

Ademais, temos mantida sempre viva a preocupação de facilitar, de todas as maneiras, o acesso ao ensino superior da população menos favorecida economicamente.

Ainda agora, no último dia 10 de abril, foi sancionada a Lei nº 12.799, que assegura isenção total do pagamento de taxas, nos processos seletivos das instituições federais de educação superior, ao candidato que comprovar cumulativamente ter renda familiar per capita igual ou inferior a um e meio salário mínimo e ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Vale trazer a lembrança, também, da edição da Lei 12.734, que determina novas regras para repartição dos royalties entre os entes da federação, e destina recursos para a educação.

A referida norma está com a eficácia suspensa por medida liminar concedida pelo Supremo.

Por outro lado, o Governo Federal editou a MP 592/2012 que vincula recursos do petróleo à educação.

Por questões de segurança jurídica, ficou resolvido pela caducidade da MP, enquanto o STF não se pronuncia de forma definitiva sobre a constitucionalidade da lei 12.734/2012.

Nem por isso o movimento social por mais recursos para educação está parado. A União Nacional dos Estudantes realiza a partir de hoje, até 2 de junho, em Goiânia, o 53º (quinquagésimo terceiro) Congresso da UNE, cujas reivindicações são a destinação de:

- 10% do PIB para a educação,
- 50% do Fundo Social Pré-sal e
- 100% dos Royalties do Pré-sal.

Eu fui convidado a participar e, a ser painelista do Congresso, no debate “A questão da maioridade penal e a luta pelos direitos civis no Brasil”, mas infelizmente, em virtude de uma agenda bem corrida, não poderei estar lá.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não vim aqui, hoje, afirmar que a educação em nosso País está uma maravilha.

É evidente que temos, ainda, um leque enorme de limitações, problemas e desafios.

Temos, enfim, um longo caminho a percorrer.

No entanto, me conforta o sentimento de que estamos no rumo certo.

Estou absolutamente convencido de que, se seguirmos trabalhando juntos – o Congresso Nacional e o Governo Federal – em benefício da educação, chegaremos à situação ideal: aquela em que a cada brasileira e a cada brasileiro sejam dadas todas as condições, no campo instrucional, de desenvolver plenamente suas potencialidades.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar nesta tribuna, material ilustrativo que recebi da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que demonstra como se iniciaram as tratativas e o interesse da UERGS pela área do Centro Humanístico VIDA, em Porto Alegre.

A Universidade vem lutando para construir o Núcleo da UERGS na zona norte da capital gaúcha.

Finalmente, em 11 de setembro do ano passado, foi solicitada à direção da UERGS a colocação de uma placa no VIDA para informar a todos a vinda da Universidade para a região.

Na correspondência que veio anexa ao material ilustrativo, eles fizeram um agradecimento especial à Vereadora de Porto Alegre, Sofia Cavedon, por sua atenção aos assuntos da Universidade e também agradeceram, em nome da comunidade, o empenho irrestrito deste senador para com os assuntos da UERGS, por meio da apresentação de emendas e outras iniciativas que dão suporte de investimento, estrutura e acima de tudo garantias fundamentais para que ela seja uma Universidade dotada de bons professores e qualificação reconhecida de seus cursos.

Sr. Presidente, eu sempre tive muito respeito e admiração pelo trabalho realizado pela UERGS e tenho empenhado meus esforços para que a Universidade possa crescer sempre mais e acolher o maior número de interessados.

No ano de 2008, aprovei no Anexo de Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, uma ação de Apoio a Entidade Pública de Ensino superior no Rio Grande do Sul.

Assim sendo, apresentei, por meio da Bancada Gaúcha, emenda ao Plano Plurianual – PPA – no valor de R\$ 15 milhões para 2008, R\$ 18 milhões para 2009, R\$ 20 milhões para 2010 e R\$ 23 milhões para 2011.

Aprovamos, pela Bancada Gaúcha, indicação de minha autoria de uma emenda no valor de R\$ 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil), que infelizmente não foi priorizada pelo Governo Federal.

Em 2011, a Bancada Gaúcha no Congresso Nacional aprovou emenda, de minha autoria, ao Orçamento Geral da União 2011, no valor de R\$ 10.000.000 milhões de reais para a UERGS.

Desse montante o governo Federal empenhou 5.000.000 milhões.

No ano de 2012 foi aprovada emenda no montante de R\$ 13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil) para a UERGS, tendo sido empenhados R\$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) com o compromisso de o Ministério da Educação complementar os recursos para o término da obra.

Neste ano, 2013, apresentei, por meio da Bancada Gaúcha, emenda consignada no montante de R\$ 15.000.000 milhões de reais.

Srs. Senadores, a Casa Civil sugeriu que a Bancada indicasse 5 (cinco) emendas para empenho no atual orçamento.

Tenho salientado a importância da universidade buscar apoio com todos os parlamentares para que a emenda da UERGS seja indicada entre as cinco.

Quero aqui, novamente, empenhar meu apoio a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e desejar meus votos de contínuo crescimento e sucesso!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre condenou a FORD a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em R\$ 160 milhões por abandonar fábrica em Guaíba.

O valor, que corrigido chega à casa do bilhão, é relativo aos investimentos feitos pelo governo gaúcho para a instalação da fábrica da empresa em Guaíba. A decisão é passível de recurso.

A empresa assinou contrato para implementar a fábrica, em um valor total de R\$ 210 milhões em parcelas, mas desistiu logo após o pagamento da primeira parte do montante, alegando atraso da segunda parcela e problemas com o governo Olívio Dutra (1999/2002).

Sr. Presidente, na época, o governador Olívio Dutra foi alvo de ataques e campanhas orquestradas com o objetivo de desacreditar o governo do PT e de seus aliados.

Eram comum afirmações como “Olívio Dutra e o PT mandaram a FORD embora” ou “O RS perde milhões de empregos com a saída da FORD”.

Muitos queriam a saída de Olívio Dutra do governo por improbidade administrativa. Chegaram ao ponto de instalar uma CPI da FORD.

Mas, como diz o ditado popular,... e a sabedoria do nosso povo, da nossa gente é fantástica: “a justiça tarda, mas não falha” ou “o tempo é o senhor da razão”.

Um estudo do final dos anos 90, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dizia que o setor automobilístico era o 34º em produção de empregos. Os primeiros lugares ficavam com

construção civil, agropecuária e vestuário. O governo Olívio apostou na geração de empregos, na valorização das pequenas e médias empresas. Ele inverteu a lógica que era comum nos governos anteriores. Talvez tenha sido aí o motivo de tantos ataques.

Sr. Presidente, para concluir esse pronunciamento, quero pedir que seja incluída nos anais da Casa a informação que consta do Jornal gaúcho Zero Hora com relação à dívida da Ford para com o meu Estado:

“Os petistas se excitaram ontem com a publicação, no site do Tribunal de Justiça, de uma decisão da juíza Lílian Cristiane Siman, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, condenando a Ford a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em mais de R\$ 130 milhões, valor que, corrigido, chega à casa do bilhão. É a reafirmação de uma decisão de dezembro de 2009, que o Tribunal de Justiça havia anulado em junho de 2010, por questão processual...”

A reportagem completa está anexada a este pronunciamento.

É importante ressaltar que isso ratifica a atitude do ex-Governador Olivio Dutra e faz justiça para com seu governo.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Zero Hora – Rosane de Oliveira

RENASCE A POLÊMICA DA PERDA DA FORD

Os petistas se excitaram ontem com a publicação, no site do Tribunal de Justiça, de uma decisão da juíza Lílian Cristiane Siman, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, condenando a Ford a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em mais de R\$ 130 milhões, valor que, corrigido, chega à casa do bilhão. É a reafirmação de uma decisão de dezembro de 2009, que o Tribunal de Justiça havia anulado em junho de 2010, por questão processual.

Como a Ford deve recorrer, o principal efeito da decisão é político. Mesmo que vença em todas as instâncias, tão cedo o Estado não verá a cor desse dinheiro: a sentença está saindo mais de 10 anos depois do ajuizamento da ação. Com todos os recursos possíveis até o trânsito em julgado, a novela judicial tende a se arrastar por pelo menos uma década.

Para os petistas, que desde 1999 ouvem dos adversários que “Olívio mandou a Ford embora”, a sentença da juíza é uma injeção de ânimo. Porque, com

a decisão, ela avalizou o discurso do PT de que foi a montadora que optou pela Bahia sem esgotar a negociação e sem devolver o dinheiro que havia recebido do governo gaúcho.

A decisão da juíza não serve de consolo para a população de Guaíba, que ainda hoje lamenta as perdas com a desistência da montadora, nem compensa o Estado do Rio Grande do Sul pelos impostos que deixou de arrecadar nesses anos todos. O presidente do PT, Raul Pont, comemorou:

– É uma vitória para o governo Olívio Dutra e para nós enquanto partido. Pagamos um preço enorme sobre isso. Mais uma vez, fica comprovado que a responsabilidade não foi do governo. Pior do que a saída, foi a apropriação indébita do dinheiro público. A empresa pegou o dinheiro, não instalou a fábrica e não devolveu o dinheiro, o que é um escândalo. Espero que, agora, devolvam o que devem ao Estado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento, Senador Paim.

Agora, concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Cássio Cunha Lima.

Convido o Senador Paim a assumir a Presidência.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, é extremamente oportuna a presença do Senador Aníbal Diniz, neste instante, no plenário, no momento em que transfere a presidência da sessão ao Senador Paulo Paim.

Diante do seu testemunho, Senador Aníbal, posso trazer uma palavra de reconhecimento e de elogio público a uma ação articulada com a presença e a participação, igualmente importante, do Senador Jorge Viana.

No início da sessão de hoje, tive a oportunidade de apartear o Senador Jorge Viana no que diz respeito ao grande entendimento que foi construído para que pudéssemos chegar, Senador Paim, a uma solução pacífica entre uma demanda que existia com o clube Treze, de Campina Grande, minha cidade na Paraíba, e com o clube que representa o Acre na Série C do Campeonato Brasileiro, que é o Rio Branco. Havia, já há algum tempo, uma disputa fora dos gramados, e nenhuma disputa é salutar, no esporte, sobretudo no futebol, fora do campo de jogo.

Com a mediação do Ministro Fux, que se portou como um juiz, como um magistrado sempre muito equilibrado e prudente, foi firmado, então, um entendimento, uma transação, na linguagem jurídica, que permitirá, excepcionalmente, que a Série C do Campeonato Brasileiro conte com a participação, já assegurada por decisões anteriores, do Treze Futebol Clube, de

Campina Grande, mas também preserve o direito de o Rio Branco participar do certame, garantindo, assim, que essa disputa seja viabilizada no campo de jogo.

Portanto, trago, Senador Aníbal, essa palavra pública, pelo seu papel fundamental em toda essa articulação, com poder de negociação. Registro também, por justiça, o empenho do raposeiro, do campinense Senador Vital do Rêgo, que não torce pelo Treze, como eu torço. Eu torço pelo Treze, e o Senador Vital torce pelo outro clube importante de Campina Grande, da Paraíba, que é o Campinense. Graças a essa junção de esforços foi possível vencer essa etapa e virar essa página.

Antes de entrar no outro tema central da minha fala, fiz apenas essa referência inicial, em homenagem e respeito à sua presença, Senador Aníbal.

Escuto V. Ex^a, com prazer, neste instante.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Cássio Cunha Lima, agradeço imensamente a menção elogiosa que V. Ex^a faz à minha pessoa. Devo dizer que esse foi um período de bastante angústia para o torcedor do Rio Branco, que é conhecido como Estrelão. Esse é o clube mais tradicional do Estado do Acre, com 94 anos de existência, e vinha representando o Acre, por seis anos consecutivos, na Série C. Depois, por um imbróglio que não vale mais a pena relatar aqui, ele ficou, injustamente, fora da competição. Por se tratar de uma injustiça, a gente procurou os meios de tentar reaver esse direito. Provavelmente, se fôssemos aguardar pela decisão normal da Justiça, essa volta demoraria muito mais. Então, nesse sentido, faço um agradecimento especial e um reconhecimento à sabedoria do Ministro Luiz Fux nesse caso, que soube buscar, digamos assim, uma solução inspirada em Salomão, que é aquela decisão em que, acima de tudo, está a sabedoria do magistrado. Ele chamou todas as partes, chamou a CBF, chamou o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, chamou a Federação Paraibana de Futebol, chamou a Federação Acreana de Futebol e, logicamente, os clubes, seus dirigentes e seus advogados. Dessa maneira, ele construiu um entendimento no sentido de que todas as partes abrissem mão de alguma coisa. Treze e Rio Branco abriram mão de suas ações que estavam tramitando na Justiça em busca de seus direitos, e a CBF, logicamente, também abriu mão de qualquer punição ao clube por participar de um litígio fora dos tribunais desportivos. E, assim, entendeu-se de fazer uma Série C excepcional em 2013. Em 2013, a Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol vai acontecer com 21 clubes, sendo que o Grupo A, que envolve o Norte e Nordeste, terá 11 clubes, dentre os quais o Rio Branco e o Treze, de Campina Grande, que já estão assegurados.

Então, o que temos a dizer é que a decisão sábia do Ministro Luiz Fux de chamar esse entendimento deve ser também escolha para muitos magistrados, porque os magistrados pegam o assunto e ficam protelando, protelando, protelando, e não é assim que se produz a felicidade das pessoas. Quando as pessoas pleiteiam algo na Justiça é porque elas precisam daquele algo para responder a certa carência que está havendo de direito. E a gente não teve esse tratamento nos demais tribunais. Por parte do Ministro do Supremo Tribunal Federal, tivemos um tratamento justo, equânime, no sentido de resolver o problema. Ele disse, ontem, ao final da decisão, depois do acordo firmado, que poderia muito bem dar uma decisão numa canetada, favorecendo um e prejudicando o outro, mas, dessa forma, foi uma construção muito mais demorada, pensada. Aqui, todos estão se sentindo satisfeitos. O Ministro Luiz Fux disse estar também feliz por contribuir para uma solução que facilita a realização dessa competição nacional, que tem grande importância para os clubes que estão na Terceira Divisão do futebol brasileiro, que, na maioria, são clubes pobres e clubes formadores de atletas, que têm uma importância social muito grande porque contribuem, inclusive, com suas escolas, fornecendo atletas para o futebol nacional. Inclusive, lá de Campina Grande, eu soube, ontem, através de um dirigente que estava presente, que o Hulk, que está na Seleção Brasileira, é de Campina Grande. Então, essa é uma demonstração de que, desses rincões que não aparecem no grande noticiário esportivo nacional, muitas vezes surgem talentos, surgem aqueles que vão emprestar seu talento para a paixão nacional, que é o futebol. Por isso esse futebol da Série C merece um tratamento especial. Alguém pode dizer: "Poxa! Mas é muito pouco Senadores falarem de futebol da Série C." Não, as séries do futebol brasileiro A, B, C e D, todas com a sua importância, têm uma contribuição a dar ao futebol nacional. E creio que nós fizemos a coisa certa ao ter contribuído para esse entendimento. Assim, os Estados da Paraíba e do Acre, que são Estados irmãos, vão continuar com o mesmo tratamento respeitoso que sempre tiveram. Tenho certeza de que Rio Branco será muito bem recebido em Campina Grande por ocasião do jogo. Da mesma forma, comprometemo-nos a receber muito bem o Treze em sua visita a Rio Branco, para o jogo da Série C de 2013. Muito obrigado. Parabéns por sua decisão sábia de ter-nos ajudado nessa mediação junto à Diretoria do Treze Futebol Clube, juntamente com o Senador Vital do Rêgo e o Senador Jorge Viana, que também participou diretamente dessas discussões.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Aníbal, agradeço o aparte.

Na verdade, o futebol cabe, sim, na tribuna do Senado. Por que não? Nós estamos aqui falando de um dos mais valiosos bens imateriais do povo brasileiro, que provoca paixões, que mexe com multidões. E nada mais justo, legítimo do que Senadores por seus respectivos Estados se unirem em busca de uma solução dessas em torno do futebol, que é, de fato, uma paixão nacional.

Eu não tenho o privilégio de desfrutar da convivência, da intimidade do Ministro Fux, mas o sei tricolor, como eu também, no caso do Fluminense do Rio de Janeiro. Quando meu pai foi cassado pela Ditadura Militar, eu fui morar no Rio e lá optei por torcer pelo Fluminense. Pela Imprensa, eu já tomei conhecimento de que o Ministro Fux é tricolor também. Estaremos nós dois hoje torcendo pelo Fluminense em mais um jogo da Libertadores das Américas, um jogo decisivo para a próxima fase. E é esse espírito tricolor conciliatório que certamente norteou o Ministro Fux para essa decisão.

Mas, como o futebol tem também coisas negativas – gol de mão, chute na canela, atitudes desleais –, a razão central da minha presença na tribuna hoje, neste início de noite, é o relato de episódios que não podem deixar de ser consignados de forma clara e pública, ocorridos ontem, quando, por uma série de fatores, o Governo, mais uma vez, não conseguiu fazer valer a sua base, que é numericamente muito ampla tanto aqui no Senado quanto na Câmara Federal, e duas medidas provisórias que contavam, no mérito, com o apoio da Oposição...

Eu já disse várias vezes e vou repetir: nós não fazemos a oposição ao Brasil. Nós fazemos a oposição ao Governo, fiscalizando as ações do Governo, apresentando sugestões, críticas, como deve ser numa democracia que tem, na sua essência, a necessidade imperiosa da existência de governo e de oposição.

Pois bem, tanto a medida que reduz a tarifa de energia, que contou com o nosso voto para a sua aprovação... A nossa discordância era no mérito, porque nós queríamos um desconto ainda maior, a partir do momento em que o Governo pudesse desonerasar também parte das contribuições que pertencem à União, especificamente PIS e Cofins. Tivemos, inclusive, emendas apresentadas nesse sentido, mas o Governo usou a sua maioria e rejeitou a emenda, prevalecendo a aprovação do texto original.

E a outra matéria, a outra medida provisória, que fazia desoneração de folha de pessoal de um conjunto de atividades econômicas, todas elas muito importantes para o Brasil.

Tivemos, então – e o Líder Randolfe esteve presente, acredo, em boa parte da reunião –, um impasse em decorrência de uma manifestação e de uma po-

sição adotada pelo Presidente Renan Calheiros, que, da cadeira da Presidência do Senado Federal, anunciou, em alto e bom som, que, na Medida Provisória dos Portos, teria sido a última vez em que o Senado apreciaria uma matéria sem o intervalo, o interstício de pelo menos sete dias da data de chegada da Câmara dos Deputados, numa posição de respeito a esta Casa, de respeito a este Poder Legislativo, que deve ter, obviamente, tempo mínimo necessário para a análise das matérias que estarão sob a sua apreciação.

E o que se viu foi, em primeiro lugar, o constrangimento vivido pelo próprio Presidente Renan, porque ele estava, como eu mesmo disse ontem, entre a cruz e a caldeirinha, em manter a sua palavra, anunciada publicamente, divulgada de maneira ampla por todos os veículos de comunicação do Brasil, ou ceder a uma necessidade do Governo, que precisava aprovar as medidas provisórias, porque decorre o prazo de ambas na próxima segunda-feira.

Foi quando o Líder do meu Partido – estou aqui na condição de Vice-Líder do PSDB e também de Vice-Presidente do Partido –, na reunião do colegiado de líderes, no gabinete da Presidência, fez uma proposta para que, em nome do Brasil, em nome dos interesses do País, as duas medidas, que estavam prestes a cair, pudessem ser incorporadas em uma outra medida provisória que está sob a minha relatoria, a Medida Provisória nº 608, desta forma evitando que houvesse qualquer intervalo de eficácia dessas duas iniciativas que são louváveis e, repito, insistindo, contam, no mérito, com a aprovação e o apoio da oposição.

Pois bem. A proposta foi feita não apenas no ambiente do colegiado de líderes, como reiterada, pelo menos por três vezes, por mim e pelo Senador Aloisio Nunes, aqui no plenário do Senado. E, simplesmente, o Líder José Pimentel e igualmente o Líder Eduardo Braga não acolheram bem, naquele instante pelo menos, a sugestão.

Qual a nossa surpresa hoje? No mesmo instante em que a ideia lançada, a proposta apresentada ontem foi rejeitada, e hoje eu entendo a razão, porque sou da oposição, e aí vejo uma atitude – perdoem-me a franqueza e talvez a palavra mais rude – de pequenez política, porque eu sempre agi com responsabilidade... Eu relato a Medida Provisória nº 608, que adapta o sistema financeiro brasileiro às normas de Basileia III, e nós estamos falando aí de algo em torno de R\$63 bilhões. Com todo o zelo e responsabilidade, apresentei o meu relatório rigorosamente nos termos da proposta do próprio Governo, porque não faremos uma oposição jamais que comprometa o futuro do Brasil.

O PT cometeu – perdoe o comentário, Presidente, não é nada provocativo, apenas uma observação – al-

guns equívocos históricos nos seus posicionamentos no passado, quando era oposição. Nós procuramos evitar esses erros, na medida em que não fazemos oposição ao Brasil, fazemos oposição ao Governo. Somos até criticados, em alguns momentos, por não fazer uma oposição mais contundente, mais, digamos, enraivecida, se preciso for, por posturas como essa.

Qual a surpresa do dia de hoje? Não foi acatada ontem a proposta da minha participação como relator nas duas medidas provisórias, mas a ideia foi tomada. Em vez de usar a Medida Provisória nº 608, o Governo se utilizará da Medida Provisória nº 609, que é a seguinte e que está sendo relatada pelo Deputado Edinho Araújo, que é da base do Governo, sem que nem mesmo um gesto de reconhecimento pudesse ser praticado.

Não acredito que posturas como essa contribuam para o fortalecimento das relações internas no Parlamento. O Parlamento tem características muito próprias, onde o debate deve ser estimulado, o contraditório deve ser respeitado, mas, sobretudo, as boas relações entre as diversas formas de pensar, entre as diversas linhas e correntes de pensamento, devem conviver de maneira respeitosa.

E o que se viu ontem e hoje foi, na linguagem do futebol, um chute na canela da oposição e uma verdadeira rasteira, porque foi nossa a iniciativa, foi a oposição brasileira que a apresentou ao Governo, perdido e perplexo por não conseguir fazer valer a sua base. Vamos ser francos: se, na Câmara, nós da oposição temos, no máximo, 90 Parlamentares num colegiado com mais de 500, cabe ao Governo fazer valer essa maioria, cumprir os prazos, respeitar o rito de tramitação dessas matérias.

Se o Governo não tem tido a capacidade de fazer valer essa maioria de forma tão ampla e tão consagradora que talvez não tenha paralelos na história recente do País, aí vamos para uma outra discussão. Vamos discutir como essa base está sendo formada. Talvez tenha sido esse o grande equívoco desse período recente de participação do Governo do PT.

O PT, com sua trajetória histórica, talvez não precisasse de uma base, em primeiro lugar, tão larga e construída com fundamentos tão fisiológicos, porque são patentes a troca de cargos e a ocupação de ministérios. Tanto é que ministérios são ocupados por partidos como se feudos fossem: cai um ministro por denúncia de corrupção, e o ministro a substituir o denunciado é do mesmo partido. E assim se vai nessa sequência de loteamento, sempre em nome da tal governabilidade que passa por este Congresso Nacional.

Falo da governabilidade, porque já fui prefeito e governador e precisava de governabilidade junto ao

Poder Legislativo, mas sem que houvesse o loteamento e esse espaço que se verifica hoje faz com que haja uma base insatisfeita, porque, quando se olha para a base do Governo, não se encontra argamassa de caráter programático e doutrinário. É uma aliança oca, vazia, que tem bases de sustentação muito tênues. Com qualquer insatisfação – e não é a primeira vez que isso acontece –, o que tem ocorrido é a base simplesmente se rebelar contra o Governo.

E a rebeldia se verificou, quando temos de deixar claro que as duas medidas provisórias importantes não foram aprovadas, porque a base do Governo derrotou o Governo. Não fomos nós da oposição, porque não temos número para isso.

Compreendendo a importância dessas medidas, repito, apresentamos a saída para o Governo, apresentamos uma proposta de solução para o problema. O que fazem os Líderes do Governo? Eles não aceitam a nossa sugestão e, mais que isso, tomam, para usar uma expressão menos grave, a nossa ideia.

É lamentável que esse tipo de episódio ocorra. Isso retrata bem o empobrecimento que a política brasileira vive neste instante. E o Congresso tem sido palco de debates menores, discussões secundárias, mas continuaremos fazendo o nosso trabalho.

Acredito que o Brasil viveu ciclos históricos muito representativos nas últimas décadas: foi a redemocratização, quando estávamos todos juntos, os brasileiros que construíram a nossa tão jovem ainda democracia; foi quando conseguimos debelar a inflação e a grande conquista do Plano Real, da estabilidade econômica; os avanços sociais que devem, sim, ser comemorados e celebrados, iniciados ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e ampliados durante o governo do Presidente Lula, mas é chegado o momento em que a terceira onda ou a quarta onda precisa ser encarada dentro desse fluxo e desse movimento histórico do Brasil.

Redemocratizamos o País, estabilizamos a moeda e a economia, tivemos avanços sociais, precisamos avançar ainda mais, indiscutivelmente, no campo social, e os avanços devem ser celebrados, mas é chegada a hora de termos um pouco mais de respeito nas relações institucionais, porque, do contrário, nós teremos um viés cada vez mais autoritário, cada vez mais intolerante, cada vez mais distante da pluralidade de ideias que uma democracia deve ter. Quanto mais plural for essa sociedade, quanto mais espaço existir para que as ideias se multipliquem e sejam apresentadas, melhor será a construção do Brasil do futuro que todos nós queremos.

O episódio mais recente, e aí falo para encerrar, Sr. Presidente, do boato do Bolsa Família, é algo muito grave.

Eu já disputei várias eleições majoritárias. Eu disputei talvez, considerando primeiro e segundo turnos, nove eleições majoritárias. Foram nove eleições majoritárias e, graças a Deus, todas elas com vitória. Disputei-as na minha Paraíba, no meu querido Estado da Paraíba, e na minha amada Campina Grande. Em todas elas, nas últimas, de 2006 para cá, sempre eu tenho de gastar boa parte do tempo da minha campanha para desmistificar boatos.

O primeiro deles é: não vamos acabar com o Bolsa Família, até porque o Bolsa Família nada mais é do que a junção de programas que foram originados no governo do PSDB, como o Bolsa Escola, como o Bolsa Alimentação, como o Vale Gás.

O Presidente Lula, de forma correta, a meu ver, unificou-os num único programa, que é o atual Bolsa Família e, com o passar do tempo, a cada ano, aumentou o número de pessoas beneficiadas, o que é, naturalmente, louvável. Então, nós passávamos um bom tempo desmentindo esses boatos, coisas da natureza comum das disputas eleitorais. Agora, quando o boato envolve uma instituição secular, bissecular, como a Caixa Econômica...

Eu ocupei esta tribuna na terça-feira da semana passada para apresentar um pedido de informação ao Ministro da Fazenda, e, consequentemente, da Caixa Econômica, sobre o histórico de depósitos dos últimos 12 meses nas contas do Bolsa Família, porque qualquer depósito atípico chamaria atenção. E foi exatamente o que aconteceu. O depósito foi feito na sexta-feira e a boataria aconteceu no sábado.

Nós não vamos aqui achar que a direção da Caixa teve o poder de adivinhar – como dizemos lá no Nordeste: “Eles estavam com o adivinhão no bolso”. Claro que não! O que resta agora é aguardar a conclusão das investigações da Polícia Federal, porque o que houve foi algo efetivamente orquestrado. Um boato de boca a boca não conseguiria mobilizar milhões de pessoas. Foram 980 mil beneficiários que resgataram seu dinheiro das contas. Estamos falando de quase um milhão de pessoas. Não estamos falando de dez nem de mil. Nós estamos falando de um milhão de brasileiros – os que realizaram saques –, fora aqueles que foram às agências e não conseguiram, pelo tumulto gerado, retirar o dinheiro dos caixas eletrônicos.

Portanto, o que eu quero, concluindo definitivamente minha fala neste instante, é chamar atenção para esse tipo de prática. Eu acredito que nós temos condições de corrigir esse comportamento. Temos condições de engrandecer essas relações políticas.

Não há por que esse tipo de conduta que apequena a política. É uma conduta que não está compatível com a grandeza dos Líderes que estão aqui representando o Governo. Elas não colaboram com a construção de um currículo nobre, de um currículo digno, de um currículo altivo.

Fica, então, registrada nos Anais da Casa esta minha indignação, este meu lamento em relação a essa postura, que de fato não contribui para o Brasil melhor que todos nós queremos.

Agradecendo a atenção de V. Ex^a, Senador Paim, agradeço a extensão um pouco do tempo e encerro aqui o meu pronunciamento, desejando a todos os telespectadores da TV Senado um bom feriado amanhã.

Durante o discurso do Sr. Cássio Cunha Lima, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Cássio Cunha Lima, que falou pela Liderança do PSDB, fazendo um discurso como um dos Líderes da oposição.

Meus cumprimentos! Um discurso não raivoso, com um alto nível, fazendo uma crítica, o que é natural. Eu tenho certeza de que aqueles que estão assistindo gostam deste bom debate, como V. Ex^a aqui proporcionou para todos. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Passamos a palavra, neste momento, ao nosso Líder Aníbal Diniz, que até há pouco tempo foi 1º Vice-Presidente desta Casa, que representa, com muita competência, o PT do Acre e tem sido aqui um dos grandes porta-vozes dos governos Lula e Dilma, atualmente.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, inicio o meu pronunciamento dizendo que aconteceria, na próxima sexta-feira, o lançamento da terceira edição das Olimpíadas de Jogos Digitais e Educação, em Rio Branco, no Estado do Acre, envolvendo os alunos do ensino médio de todas as escolas, de todos os Municípios do Acre. Faço esse registro, inicialmente, Senador Paim, primeiro, porque esse lançamento foi adiado em função de sexta-feira ser ponto facultativo. Muito provavelmente, acontecerá na próxima semana o lançamento da terceira edição das Olimpíadas de Jogos Digitais e Educação (OJE), que é destinado aos alunos do ensino médio.

Na primeira edição dessas Olimpíadas, em 2011, participaram 4.021 alunos do ensino médio do Acre, envolvendo 179 professores de 23 escolas. Na primeira edição, participaram só escolas de Rio Branco, que é a capital, e Cruzeiro do Sul, que é a segunda maior

cidade do Acre. Em 2012, já tivemos uma participação maior: foram 42 escolas de 18 Municípios do Estado do Acre, num total de 17 mil alunos. Agora, para o ano de 2013, o objetivo é envolver perto de 20 mil alunos de todos os Municípios do Acre e um número de escolas que certamente será maior que 42, que foi o número de escolas que participaram em 2012.

Faço esse registro inicial, Senador Paim, para reforçar o quanto essas Olimpíadas, o quanto esses jogos escolares têm contribuído para incentivar os alunos a estudarem mais. Essas Olimpíadas mobilizam professores, que têm todo um trabalho de planejamento, têm todo um trabalho de organização, de preparação dos temas, têm uma equipe da Secretaria de Estado de Educação que, além das suas atribuições normais de professores, acumula o acompanhamento, o monitoramento dos professores que são, na realidade, os tutores que cuidam do planejamento, do estudo do tema, dos prazos, das inscrições. Dessa forma nós já conseguimos alguns resultados importantes. Nós conseguimos uma medalha de ouro numa competição nacional em 2011, para a disciplina de matemática. E em 2012, nós conseguimos para língua portuguesa.

Então, Senador Paim, Senadores aqui presentes, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado eu venho trazer essa reflexão sobre essa temática da disputa na educação porque estão envolvidas ao mesmo tempo várias questões relacionadas à educação. O Senador Paim fez um pronunciamento brilhante há pouco tempo aqui, mostrando os dados de uma educação que cresce em qualidade e cresce em resultados, principalmente pelos programas lançados pelo Presidente Lula e agora levados adiante pela Presidenta Dilma, que tem feito aumentar a cada ano a participação dos estudantes, com nível de resultado sempre maior. Para o Enem deste ano, já passa de sete milhões o número total de inscritos, batendo todos os recordes de participação.

Então, eu venho a esta tribuna para tratar de um tema que é caro a todo o povo brasileiro, que é a educação, e o quanto a educação depende da Internet rápida e de boa qualidade para atingir o seu objetivo primordial, que é o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola e, consequentemente, na vida. Muitas vezes, os pais podem equivocadamente pensar que o sucesso de um aluno está refletido apenas nas notas que ele tira a cada prova. Mas, na realidade, é o quanto o aluno, através da sua participação escolar, aprende também para o exercício da cidadania e para o enfrentamento dos desafios da vida, tanto no aspecto profissional, qual será sua educação profissional, a profissionalização que vai ter, que tipo de curso vai escolher para a sua atividade profissional no futuro.

Então Senador Paim, todos esses aspectos nos trazem à reflexão. E trago aqui a boa notícia que merece comemoração: existem professores e alunos que estão conseguindo superar as barreiras impostas pela distância, pelo isolamento, pela falta de recursos financeiros, e obter bons resultados no processo de ensino-aprendizagem. Isso acontece em todo o Brasil. Onde menos se espera, em uma escola isolada, há sempre um bom professor que faz a diferença, porque consegue motivar os alunos a buscarem o aprendizado e a dominarem aquelas equações da vida em que sempre precisamos de um toque de paciência no ensinamento para a superação desses desafios.

Aproveito este momento para exaltar a experiência exitosa desenvolvida pelos alunos da Escola José Rodrigues Leite, em Rio Branco, capital do Estado do Acre, sob a coordenação da Profª Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio, cujo relato de prática foi o ganhador da medalha de ouro da 3ª edição das Olimpíadas de Língua Portuguesa, competição nacional que contribui para o incentivo da escrita e da leitura no Brasil.

Criada em 2002, e acontecendo sempre nos anos pares – nos anos ímpares, há todo um trabalho de preparação dos professores –, o concurso premia as melhores produções de textos de alunos de escolas públicas de todo o País. Participam professores e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, nas categorias Poema, que envolve os alunos do 5º e 6º anos do Ensino Fundamental; Memórias, que envolve alunos do 7º e 8º anos do Ensino Fundamental; Crônica, que envolve alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio; e Artigo de Opinião, que envolve alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio.

Nos anos ímpares, são desenvolvidas ações de formação presencial e à distância, com professores da rede pública, ou seja, tem todo um ano de preparação para efetivamente conseguir um bom resultado no ano seguinte, quando ocorrem as Olimpíadas.

É uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), tendo ainda como parceiros na execução das ações o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura.

E logicamente que em todos os Estados as secretarias acabam se envolvendo também, como é o caso do Acre, com a Secretaria de Estado de Educação.

Nesta terceira edição a que me refiro, a de 2012, que foi vencida, todos os Municípios acreanos aderiram à Olimpíada de Língua Portuguesa. Foram, ao todo,

441 escolas inscritas na competição. Em todo o Brasil, foram inscritos mais de cinco milhões de textos nas quatro categorias.

Nossas crianças e adolescentes estão produzindo muito, Sr. Presidente, e mesmo sem grandes recursos conseguem dar respostas satisfatórias, e algumas até emocionantes, a partir do incentivo, da disposição e da dedicação de educadores vocacionados a produzir e a partilhar o seu conhecimento.

O relato que trago aqui é da Profª Maria Iracilda, que conseguiu envolver os alunos da Escola José Rodrigues Leite e registrou sua experiência. No relato, intitulado "As águas do rio de minha cidade", ela explica a situação de como seus alunos trabalharam a produção textual e os debates que envolveram suas turmas, como questões de desigualdade social, a situação dos haitianos – assunto que está muito presente neste momento, com a entrada dos haitianos pelo Acre – e a enchente enfrentada pelo Estado do Acre em 2012, que deixou mais de 120 mil pessoas desabrigadas. A Professora Iracilda disse que "ser professor é acalentar sonhos, realizar desejos, mostrar caminhos".

Além do relato, o Artigo de Opinião escrito por um aluno da mesma escola, Paulo Renan de Souza Figueiredo, intitulado "O Haiti é aqui", também foi premiado ao ser escolhido entre 152 finalistas. Paulo Renan é o terceiro aluno acriano a ter destaque nas Olimpíadas: cinco representantes acrianos concorreram nas categorias Crônica, Artigo, Poema e Memória em 2012, e, na segunda edição da Olimpíada, ocorrida em 2010, dois alunos de Cruzeiro do Sul foram vencedores nas categorias Artigo e Memória.

Apenas um aluno conseguiu o título de Campeão Nacional, mas a professora credita as vitórias a todos os envolvidos que acreditaram na proposta, que, ao longo das oficinas e da redação dos textos, construíram uma relação de confiança e aumentaram a certeza de superação, o que se observa pelo relato.

"As águas do rio de minha cidade". Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio é autora e é professora da escola José Rodrigues Leite.

Ela diz em seu relato:

Não se entra duas vezes no mesmo rio, já diria Heráclito. Mudam-se as águas, mudamos nós. Nessa minha terceira participação na Olimpíada de Língua Portuguesa foram meus alunos do 2º ano da Escola José Rodrigues Leite, em Rio Branco, que, na descoberta do gênero Artigo de Opinião, me deram a maior lição de humanidade que já vivi. [Isso é a professora fazendo relatos, Senador Paim e telespectadores da TV Senado.]

O ano letivo de 2012 começou com uma situação contrastante. Eu estava ansiosa para iniciar as oficinas, mas a ocorrência da maior alagação já enfrentada por nós, acreanos, preocupava. O transbordamento do rio Acre deixou cerca de 130.000 pessoas desabrigadas, muitos mortos, e afetou gravemente nosso cotidiano. Imagine 25% de seu estado debaixo d'água! Do alto de nossa escola, no centro de Rio Branco, dava para ver as águas tomando conta da cidade, inundando nosso centro histórico.

As oficinas começaram quando saímos do estado de calamidade pública. Apresentei alguns vídeos disponíveis na Comunidade Virtual 'Escrevendo o Futuro'. Entre eles, chamaram a atenção o de lançamento da 3ª edição da Olimpíada e o da Semifinal de Artigo de Opinião de 2010.

"Como achar algo interessante para falar em meio a tanta calamidade?", questionavam meus alunos. Se a realidade parecia áspera, eles me davam uma lição de desapego. Enquanto as aulas estavam suspensas, mesmo afetados pela enchente, formaram grupos de voluntários para ajudar os desabrigados. O quartel-general foi a própria escola. Ao mesmo tempo em que se preocupavam com a comunidade, trouxeram para o debate da sala de aula a situação dos imigrantes haitianos que entravam no Brasil tendo o Acre como rota. Simultaneamente à nossa maior catástrofe natural, os haitianos buscavam dias melhores, após o caos instaurado no país com o terremoto de 7 graus na Escala Richter, ocorrido em 2010.

Voltando os olhos para meus alunos, observei maior interesse pelos debates das questões polêmicas a partir de vídeos, músicas e do jogo Q.P. Brasil. Assim, elaborei uma apostila de apoio, com textos do Caderno do Professor e atividades que iam sendo respondidas e discutidas ao longo das aulas.

Discutimos questões como diversidade cultural, preconceito, xenofobia e a permanência ou não dos haitianos no Acre. Após algumas aulas de preparação, começamos as rodadas de debates. Creio que inventamos um novo gênero: o debjúri, um misto de debate regrado com júri simulado. De início, preocupei-me, pois havia um tom muito acirrado entre os alunos. Porém, logo descobri que estavam estendendo o debate para além da sala de aula; discutiam o tema pelos corredores, escadarias, queriam

defender suas ideias a qualquer custo. Percebi que essa atividade tinha trazido à tona discussões muito mais importantes.

Aos poucos, foram chegando várias propostas de temas para o artigo: a alagação de 2012, os problemas de mobilidade em Rio Branco, a construção da usina Álcool Verde. Deixei-os livres para que escolhessem e, ao final, a maioria decidiu escrever sobre a imigração em massa de milhares de haitianos para o Brasil, tendo como porta de chegada o Acre.

Nas falas, notei um refinado senso de solidariedade e preocupação com as questões do lugar onde vivem. Os textos foram mostrando que, mais do que achar respostas prontas e acabadas, eles tinham muitos questionamentos, como se percebe na argumentação de Kellysson Felipe: O Acre, sendo ainda um Estado em desenvolvimento, deve continuar recebendo os imigrantes haitianos? Que consequências teríamos ao abraçar mais uma cultura?

Outros, porém, recorreram ao tom de denúncia, como a aluna Náttaly de Almeida: É evidente que um país onde anualmente são desviados dez bilhões de reais teria condições de ajudar outro que se encontra em crise extrema.

A conclusão a que chega o aluno Paulo Renan Figueiredo, semifinalista de 2012, sintetiza bem essa preocupação com os valores humanitários e o respeito às diferenças culturais: Diante da singular situação que se apresenta, penso que acolher os estrangeiros é a atitude mais coerente. (...) Assim, veremos um país devastado pelo terremoto se reerguer. Aceitando-os, poderíamos trocar uma atitude xenofóbica por um ato de solidariedade humana.

Na primeira escrita, percebi que os textos se assemelhavam muito a redações do ENEM, então, chamei os alunos no quadro para fazermos a distinção entre as duas situações de produção.

No início de julho, minha filhinha nasceu. Era hora de sair de cena, mas recompensada: tinha ensinado e aprendido como nunca! Nesse momento, foi imprescindível o auxílio de meu esposo Reginâmio Bonifácio de Lima.

Veja, Senador Paim, que coisa interessante: a professora fazendo o relato dela, mostrando toda a paixão que envolveu esse planejamento com os alunos e, no momento em que ela se afastou por conta do nascimento de sua filha, quem assumiu a coordenação, o acompanhamento, mesmo sem ter uma ligação direta ou uma obrigação, uma responsabilidade – aí vale o

amor de quem está verdadeiramente comprometido com o resultado do seu trabalho –, foi o seu esposo, como ela passa a contar na história:

Mestre em Letras, ele é escritor especialista em Memória e ministrou palestras em todas as minhas participações na Olimpíada. Ninguém melhor para estabelecer a comunicação entre tantos interessados: gestão, coordenadores, alunos, família; de repente, todos envolvidos para finalizar o trabalho.

Enquanto via a minha filha em suas primeiras impressões do mundo, acompanhava de longe meus escritores. Convoquei os autores dos dez melhores textos de cada sala, estendendo o convite a todos os interessados em participar dessa oficina final.

Quando, com minha filhinha no colo, entrei no auditório lotado, me emocionei ao ver a festa que meus alunos fizeram. Relembrei que ser professor é acalentar sonhos, realizar desejos, mostrar caminhos. Aprimoramos os textos e concluímos a orientação da reescrita por e-mail. Selecionei os melhores e enviamos à Comissão Escolar. O texto escolhido foi O Haiti é aqui, de Paulo Renan de Souza Figueiredo. Acompanhamos numa intensa torcida o resultado das Comissões Julgadoras Municipal e Estadual. A notícia de que nosso aluno era semifinalista causou euforia. A argumentação de Paulo sintetiza tudo o que acreanos e haitianos viveram nesses últimos meses: calamidade, solidariedade, superação.

Nossas oficinas acabaram realmente valendo a pena. É um pouco desse sentimento de recompensa pelo trabalho duro que fica com o passar das águas. Trago, gravados na memória, os sorrisos, os olhares desafiadores, a certeza de ter estabelecido com meus alunos uma relação construída com base no companheirismo, no desejo de superação, nos erros e acertos que ousei cometer. Tenho, ao final dessa jornada, a certeza de que estamos sempre a nos reconstruir, como aquela água que passa bem ali, no rio de minha aldeia, meu rio Acre debruçando-se além da curva para escrever o futuro além do infinito.

A coordenadora da Olimpíada de Língua Portuguesa no Acre, Cilene Gaspar, avalia que a qualidade dos textos vem melhorando a cada ano e não são apenas os alunos da Capital que estão inscrevendo suas produções. De Cruzeiro do Sul, concorreram as Escolas Craveiro Costa e Maria Lima de Sousa. Na

segunda edição, ocorrida em 2010, o Acre teve dois alunos de Cruzeiro do Sul vencedores nas categorias Artigo e Memória.

E veja só: lá de Santa Rosa do Purus, veio a consagração do Acre como campeão da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas em 2011. A estudante, à época com 12 anos, Bruna Larissa Carvalho de Sousa, da Escola Antonia Fernandes de Moura, vive num lugar onde a população é de 4.612 habitantes. Aliás, vivia, porque ela é filha de militar, e ele já foi transferido de Santa Rosa e não se encontra mais lá; provavelmente está morando em Rio Branco.

Segundo o censo do IBGE, em 2011, Santa Rosa estava com 4.612 habitantes, aonde só se chega pelo Rio Purus ou por avião monomotor no meio da floresta, numa área de 5.981 quilômetros quadrados, na fronteira com o Peru.

Lá desse lugarzinho, saiu uma vencedora nacional das Olimpíadas de Matemática em 2011, Senador Paim. Esse resultado não é pelo esforço de bons professores que temos espalhados mostrando o que é compromisso com a educação de qualidade?

Independentemente do nível de ensino, o aluno é desafiado a demonstrar sua capacidade de resolver problemas matemáticos que envolvem não só o raciocínio lógico, mas também a sua habilidade de interpretar textos e imagens. Desse modo, há o despertar de um aprender significativo e, consequentemente, do gostar de estudar.

Estima-se que as questões desse concurso também possam desenvolver o potencial para intuir, observar, abstrair e generalizar, entre outras habilidades que não são estimuladas apenas com aulas expositivas e repetição de exercícios.

Para um aprender significativo, é fundamental que o aluno experimente, seja desafiado, arrisque, questione, manipule, busque a solução, desenvolva métodos de resolução e, só então, valide-os formalmente.

O Acre tem participado de forma significativa também da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas, que é uma promoção do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação, com realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada e da Sociedade Brasileira de Matemática, responsáveis pela direção acadêmica. A iniciativa é dirigida aos alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio das escolas públicas.

O que quero demonstrar, Senador Paim, com esse longo relato que fiz questão de reproduzir aqui no Senado, na tribuna e através da TV Senado para todo o Brasil, é que o Brasil que nós queremos passa pela contribuição de todos, independentemente das dificuldades que a gente enfrenta. E esses exemplos

que nós estamos procurando citar aqui são exemplos pinçados, mas, com certeza, existem tantos outros, certamente no Rio Grande do Sul, certamente nos Estados do Nordeste, há cabecinhas que estão produzindo possibilidades incríveis a partir do bom ensino. Então, são exemplos como este que desmistificam uma série de ideias de que somente com o aumento do volume de investimento é que pode haver uma melhoria da qualidade de ensino no País.

O aumento dos investimentos é importante, é fundamental, é imprescindível, mas é possível fazer coisas maravilhosas na educação a partir da dedicação de bons professores.

Veja que, em vez dessas ideias postas como verdades, temos estes exemplos de superação e brilhantismo dos nossos alunos, que em muitos lugares contam apenas com a vontade de aprender e encontram professores dispostos e inteiramente dedicados à arte de ensinar.

A demanda por melhorias na educação precisa ultrapassar a barreira do materialismo, da quantidade de uniforme, de merenda, de mobília, e ir além. Há que se ter uma demanda por qualidade, e não apenas as ferramentas palpáveis, aquelas que podemos ver e acompanhar e que são perecíveis.

Neste contexto, Sr. Presidente, tributo à inclusão digital ferramenta fundamental para o desenvolvimento e, aí sim, precisamos avançar no quesito investimento.

O acesso à Internet de banda larga tem papel fundamental para a educação. Proporciona o acesso rápido ao conhecimento – conhecimento que está universalizado, à disposição de todos e que pode ser conseguido a partir de um clique – às mais diferentes culturas, os que vivem na floresta, por exemplo, com limitações mil, podem compartilhar sua cultura, seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, obter livre acesso às informações.

Essa discussão vai além disso. Estudos do Banco Mundial afirmam que investimentos em melhoria do acesso à Internet contribuem diretamente para o crescimento do PIB. Cada aumento de 10 pontos percentuais nas conexões de Internet de banda larga de um país corresponde a um crescimento adicional de 1,3 ponto percentual no PIB daquele país.

O potencial do acesso à Internet em banda larga para dinamizar a economia e trazer benefícios sociais tem levado à adoção por diversos países de programas nacionais de expansão da banda larga. O Brasil, embora ainda apresente uma baixa difusão do acesso em banda larga nos domicílios, demonstra um elevado potencial de participação da sociedade da informação, já que o País possui mais de 64 milhões de internautas, e o Brasil está entre os que usam mais intensivamente

a Internet: 30 horas e 13 minutos por mês. Veja, Senador Paim, que, no Brasil, a média de utilização da Internet é de 30 horas e 13 minutos por mês.

O Governo da Presidenta Dilma está atento a isso e pretende disponibilizar esse serviço, que hoje atende a cerca de 11,9 milhões de domicílios, fazendo-o chegar a 40 milhões de domicílios até 2014.

Lá, no Estado do Acre, Senador Paim, que é a razão deste meu relato, estamos fazendo nosso dever de casa. O Floresta Digital, iniciado pelo Governador Binho Marques, lançou-se ao desafio de levar *internet* gratuita e de qualidade a todos os núcleos urbanos do Estado. Enfrentamos muitos problemas, mas não deixa de ser um programa revolucionário. Inicialmente, começou-se a disponibilizar 256Kbps para cada usuário; esse número aumentou para 400Kbps, atualmente, e hoje nós temos aproximadamente sete mil pessoas que acessam gratuitamente a Internet, já nesse Programa Floresta Digital disponibilizado pelo governo.

O objetivo, agora, após a chegada da rede de fibra ótica, que está sendo negociada com a Eletronorte para fazer a fibra ótica chegar até Rio Branco e aos demais Municípios por onde passa o Linhão, é fazer a Internet de banda larga chegar com muito mais facilidade a essas comunidades e, quem sabe, nós vamos propiciar Internet de graça e de boa velocidade com até 1GB por usuário. Isso vai ser algo muito interessante.

Foi o que defendi, de forma veemente, durante o 57º Painel da Telebrás. O evento é o principal encontro de lideranças e autoridades do setor de telecomunicações do Brasil e acontece todos os anos.

A Telebrasil, a Associação Brasileira de Telecomunicações, atua de forma decisiva nos temas de maior relevância para as telecomunicações brasileiras. E, portanto, o Painel Telebrasil é um evento com representatividade nacional e que influencia diretamente na tomada de decisões e nos rumos do setor.

Participam as principais prestadoras de serviços de telecomunicações, empresas de televisão, Internet, tecnologia da informação e dos vários segmentos que compõem as comunicações brasileiras, bem como suas associações específicas.

Na edição de 2013, o evento trouxe ainda a presença de lideranças do setor financeiro e industrial, analistas de mercado e representantes da área econômica do governo, e, entre os temas tratados, foi abordada a importância do sistema de satélites para a universalização da Internet de banda larga no Brasil.

No 8º Workshop, no painel “Abrasat: política para o mercado de satélite – de que maneira a desoneração poderá impulsionar os serviços de banda larga via satélite e ajudar na expansão da infraestrutura existente”, eu disse – e reitero aqui – que a Internet banda larga

pelo sistema de satélites é a forma mais viável de promover a inclusão digital, especificamente na Amazônia, por suas características e peculiaridades.

E volto, Senador Paim, a dizer aqui: por que eu faço essa associação entre educação e Internet de banda larga e a necessidade de haver um satélite para atender a Amazônia? Porque a fibra óptica não vai chegar às comunidades isoladas. E nós precisamos de uma solução de satélite para fazer a Internet chegar às comunidades isoladas, porque é a única forma que as pessoas que vivem nessas comunidades isoladas terão para poder acessar o conhecimento universal.

Então, defender qualidade de ensino é defender Internet de banda larga para todos. E, num País onde nós temos uma Presidenta que se comprometeu e está fazendo todos os investimentos para garantir Internet de banda larga para todos, nós não podemos nos contentar com Internet estreita, cara, inacessível às pessoas. E, nesse sentido, nós estamos envidando todos os esforços para que o nosso Programa Floresta Digital possa ser eficiente, possa superar as suas dificuldades; e que a chegada da rede de fibra ótica, em parceria com a Eletronorte, possa permitir que todos os gargalos que o Floresta Digital está enfrentando possam ser superados.

Após a privatização das telecomunicações do Brasil, todo o serviço está nas mãos das empresas que, atualmente, mantém preços elevados sob a alegação de que os custos para a prestação dos serviços são elevados devido ao excesso de tributos e por conta do transporte e da instalação de estações terrestres.

Ora, Sr. Presidente, o fato é que as empresas têm de prestar serviços de boa qualidade com preço acessível e, sobretudo, cumprindo o papel social de promover a inclusão digital através de banda larga para todos. Nesse quesito, vale destacar que a volta da Telebrás, a velha Telebrás que foi praticamente desativada, vai cumprir um papel fundamental. A volta da Telebrás para atuar no setor é de suma importância não para estatizar o serviço novamente, mas porque irá promover uma concorrência mais justa e ampliar a possibilidade de acesso para todos os brasileiros.

Assim, Senador Paim, ao terminar este meu pronunciamento, peço a V. Exª a gentileza de transcrevê-lo na íntegra. Trouxe, hoje, o relato da superação através da boa vontade de professores dedicados e de alunos dedicados, ao mesmo tempo fazendo uma conexão com a necessidade de *internet* de banda larga de qualidade para todos os brasileiros.

Peço-lhe, pois, Senador Paim, a gentileza de fazer publicar na íntegra esse pronunciamento nos *Anais do Senado*.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco PT/AC – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, ouvintes e telespectadores da TV e da Rádio Senado, venho desta tribuna hoje para tratar de um tema caro a todo o povo brasileiro, que é a Educação, e o quanto a Educação depende da internet rápida e de boa qualidade para atingir seu objetivo primordial, que é o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na Escola e, consequentemente, na vida.

A boa notícia que comemoro hoje é que existem professores e alunos que estão conseguindo superar as barreiras impostas pela distância, isolamento e falta de recursos financeiros e estão conseguindo bons resultados no processo de ensino e aprendizagem.

Aproveito este momento para exaltar a experiência exitosa desenvolvida pelos alunos da Escola José Rodrigues Leite, em Rio Branco, capital do Acre, sob a coordenação da professora Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio, cujo relato de prática foi o ganhador da medalha de ouro da terceira edição das Olimpíadas de Língua Portuguesa, competição nacional que contribui para o incentivo da escrita e da leitura no Brasil.

Criado em 2002, e acontecendo sempre nos anos pares, o concurso premia as melhores produções de textos de alunos de escolas públicas de todo o país. Participam professores e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), nas categorias: Poema no 5º e 6º anos EF; Memórias no 7º e 8º anos EF; Crônica no 9º ano EF e 1º ano EM; Artigo de opinião no 2º e 3º anos EM. Nos anos ímpares são desenvolvidas ações de formação presencial e a distância com professores da rede pública.

É uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), tendo ainda como parceiros na execução das ações o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura.

Nesta terceira edição, de 2012, todos os municípios acreanos aderiram à Olimpíada de Língua Portuguesa. Ao todo, 441 escolas foram inscritas na competição. Em todo o Brasil, foram inscritos mais de cinco milhões de textos nas quatro categorias.

Nossas crianças e adolescentes estão produzindo muito, senhor presidente, e mesmo sem grandes recursos conseguem dar respostas satisfatórias, algumas até emocionantes, a partir do incentivo, da disposição e da dedicação de educadores, vocacionados a produzir e a partilhar conhecimento.

A professora Maria Iracilda conseguiu envolver os alunos da escola José Rodrigues Leite e fez e registrou sua experiência. No relato, intitulado “As águas do rio de minha cidade”, ela explica a situação de como seus alunos trabalharam a produção textual e os debates que envolveram suas turmas, como questões de desigualdade social, a situação dos haitianos, e a enchente enfrentada pelo Estado em 2012, que deixou mais de 120 mil pessoas desabrigadas, e disse que “ser professor é acalentar sonhos, realizar desejos, mostrar caminhos”.

Além do relato, o Artigo de Opinião escrito por um aluno da mesma escola, Paulo Renan de Souza Figueiredo, intitulado “O Haiti é aqui”, também foi premiado ao ser escolhido entre 152 finalistas. Paulo Renan é o terceiro aluno acreano a ter destaque na Olimpíada: cinco representantes acreanos concorreram nas categorias: Crônica, Artigo, Poema e Memória em 2012, e, na segunda edição da Olimpíada, ocorrida em 2010, dois alunos de Cruzeiro do Sul foram vencedores nas categorias Artigo e Memória.

Apenas um aluno conseguiu o título de Campeão Nacional, mas a professora credita as vitórias a todos os envolvidos que acreditaram na proposta, que, ao longo das oficinas e da redação dos textos, construíram uma relação de confiança e aumentaram a certeza de superação, o que se observa pelo relato:

As águas do rio de minha cidade

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio – Escola

Professor José Rodrigues Leite

Não se entra duas vezes no mesmo rio, já diria Heráclito. Mudam-se as águas, mudamos nós. Nessa minha terceira participação na Olimpíada de Língua Portuguesa foram meus alunos do 2.º ano da Escola José Rodrigues Leite, em Rio Branco que, na descoberta do gênero Artigo de Opinião, me deram a maior lição de humanidade que já vivi.

O ano letivo de 2012 começou com uma situação contrastante. Eu estava ansiosa para iniciar as oficinas, mas a ocorrência da maior alagação já enfrentada por nós, acreanos, preocupava. O transbordamento do rio Acre deixou cerca de 130.000 pessoas desabrigadas, muitos mortos, e afetou gravemente nosso cotidiano. Imagine 25% de seu estado debaixo d'água! Do alto de nossa escola, no centro de Rio Branco, dava para ver as águas tomado conta da cidade, inundando nosso centro histórico.

As oficinas começaram quando saímos do estado de calamidade pública. Apresentei alguns vídeos disponíveis na Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro. Entre eles, chamaram a atenção o de lançamento da 3ª edição da Olimpíada e o da Semifinal de Artigo de Opinião de 2010.

"Como achar algo interessante para falar em meio a tanta calamidade?", questionavam meus alunos. Se a realidade parecia áspera, eles me davam uma lição de desapego. Enquanto as aulas estavam suspensas, mesmo afetados pela enchente, formaram grupos de voluntários para ajudar os desabrigados. O quartel-general foi a própria escola. Ao mesmo tempo em que se preocupavam com a comunidade, trouxeram para o debate da sala de aula a situação dos imigrantes haitianos que entravam no Brasil tendo o Acre como rota. Simultaneamente à nossa maior catástrofe natural, os haitianos buscavam dias melhores, após o caos instaurado no país com o terremoto de 7 graus na Escala Richter, ocorrido em 2010.

Voltando os olhos para meus alunos, observei maior interesse pelos debates das questões polêmicas a partir de vídeos, músicas e do jogo Q.P. Brasil. Assim, elaborei uma apostila de apoio, com textos do Caderno do Professor e atividades que iam sendo respondidas e discutidas ao longo das aulas. Discutimos questões como diversidade cultural, preconceito, xenofobia e a permanência ou não dos haitianos no Acre. Após algumas aulas de preparação, começamos as rodadas de debates. Creio que inventamos um novo gênero: o debjúri, um misto de debate regrado com júri simulando. De início, preocupei-me, pois havia um tom muito acirrado entre os alunos. Porém, logo descobri que estavam estendendo o debate para além da sala de aula; discutiam o tema pelos corredores, escadarias, queriam defender suas idéias a qualquer custo. Percebi que essa atividade tinha trazido à tona discussões muito mais importantes.

Aos poucos, foram chegando várias propostas de temas para o artigo: alagação de 2012, os problemas de mobilidade em Rio Branco, a construção da usina Álcool Verde. Deixei-os livres para que escolhessem e, ao final, a maioria decidiu escrever sobre a imigração em massa de milhares de haitianos para o Brasil, tendo como porta de chegada o Acre.

Nas falas, notei um refinado senso de solidariedade e preocupação com as questões do lugar onde vivem. Os textos foram mostrando que, mais do que achar respostas prontas e acabadas, eles tinham muitos questionamentos, como se percebe na argumentação de Kellysson Felipe: O Acre, sendo ainda um Estado em desenvolvimento, deve continuar recebendo os imigrantes haitianos? Que consequências teríamos ao abraçar mais uma cultura?

Outros, porém, recorreram ao tom de denúncia, como a aluna Náttaly de Almeida: É evidente que um país onde anualmente são desviados dez bilhões de reais teria condições de ajudar outro que se encontra em crise extrema.

A conclusão a que chega o aluno Paulo Renan Figueiredo, semifinalista de 2012 sintetiza bem essa preocupação com os valores humanitários e o respeito às diferenças culturais: Diante da singular situação que se apresenta, penso que acolher os estrangeiros é a atitude mais coerente (...) Assim, veremos um país devastado pelo terremoto se reerguer. Aceitando-os, poderíamos trocar uma atitude xenofóbica por um ato de solidariedade humana.

Na primeira escrita, percebi que os textos se assemelhavam muito a redações do ENEM, então, chamei os alunos no quadro para fazermos a distinção entre as duas situações de produção.

No início de julho, minha filhinha nasceu. Era hora de sair de cena, mas recompensada: tinha ensinado e aprendido como nunca! Nesse momento, foi imprescindível o auxílio de meu esposo Reginâmio Bonifácio de Lima. Mestre em Letras, ele é escritor especialista em Memória e ministrou palestras em todas as minhas participações na Olimpíada. Ninguém melhor para estabelecer a comunicação entre tantos interessados: gestão, coordenadores, alunos, família; de repente, todos envolvidos para finalizar o trabalho.

Enquanto via minha filha em suas primeiras impressões do mundo, acompanhava de longe meus escritores. Convoquei os autores dos dez melhores textos de cada sala, estendendo o convite a todos os interessados em participar dessa oficina final.

Quando, com minha filhinha no colo, entrei no auditório lotado, me emocionei ao ver a festa que meus alunos fizeram. Relembrei que ser professor é acalentar sonhos, realizar desejos, mostrar caminhos. Aprimoramos os textos e concluímos a orientação da reescrita por e-mail. Selecionei os melhores e enviamos à Comissão Escolar. O texto escolhido foi O Haiti é aqui, de Paulo Renan de Souza Figueiredo. Acompanhamos numa intensa torcida o resultado das Comissões Julgadoras Municipal e Estadual. A notícia de que nosso aluno era semifinalista causou euforia. A argumentação de Paulo sintetiza tudo o que acreanos e haitianos viveram nesses últimos meses: calamidade, solidariedade, superação.

Nossas oficinas acabaram realmente valendo a pena. É um pouco desse sentimento de recompensa pelo trabalho duro que fica com o passar das águas. Trago, gravados na memória, os sorrisos, os olhares desafiadores, a certeza de ter estabelecido com meus alunos uma relação construída com base no companheirismo, no desejo de superação, nos erros e acertos que ousei cometer. Tenho, ao final dessa jornada, a certeza de que estamos sempre a nos reconstruir, como aquela água que passa bem ali, no

rio de minha aldeia, meu rio Acre, debruçando-se além da curva para escrever o futuro além do infinito.

A coordenadora da Olimpíada de Língua Portuguesa no Acre, Cilene Gaspar, avalia que a qualidade dos textos vem melhorando a cada ano e não são apenas os alunos da Capital que estão inscrevendo suas produções. De Cruzeiro do Sul concorreram as Escolas Craveiro Costa e Maria Lima de Sousa. Na II edição, ocorrida em 2010, o Acre teve dois alunos de Cruzeiro do Sul vencedores nas categorias Artigo e Memória.

E veja só! Lá de Santa Rosa do Purus, veio a consagração do Acre como campeão da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), em 2011. A estudante à época com 12 anos, Bruna Larissa Carvalho de Sousa, da Escola Antonia Fernandes de Moura, vive num lugar onde a população é de 4.612 habitantes (segundo o último censo do IBGE), onde só chega pelo Rio Purus ou avião monomotor no meio da floresta numa área de 5.981 quilômetros quadrados, na fronteira com o Peru.

Independentemente do nível de ensino, o aluno é desafiado a demonstrar sua capacidade de resolver problemas matemáticos que envolvem não só o raciocínio lógico, mas também a sua habilidade de interpretar textos e imagens. Desse modo, há o despertar de um aprender significativo e, consequentemente, do gostar de estudar.

Estima-se que as questões desse concurso também possam desenvolver o potencial para intuir, observar, abstrair e generalizar, entre outras habilidades que não são estimuladas apenas com aulas expositivas e repetição de exercícios.

Para um aprender significativo, é fundamental que o aluno experimente, seja desafiado, arrisque, questione, manipule» busque a solução, desenvolva métodos de resolução e, só então, valide-os formalmente.

O Acre tem participado de forma significativa também na Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas (OBMEP) que é uma promoção do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação, com realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e da Sociedade

Brasileira de Matemática (SBM), responsáveis pela Direção Acadêmica. A iniciativa é dirigida aos alunos de 5^a à 8^a série do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio das escolas públicas.

O que eu quero demonstrar com esses exemplos, senhor presidente, é que este é o Brasil que nós queremos ser.

São exemplos como estes que desmistificam uma série de idéias de que, somente com o aumento do volume de investimentos é que pode haver uma melhora da qualidade do ensino no país.

O aumento dos investimentos é muito importante, é imprescindível, mas é possível fazer coisas maravilhosas na Educação a partir da dedicação de bons professores.

Veja que ao invés destas idéias postas como "verdades" temos estes exemplos de superação e brilhantismo dos nossos alunos, que em muitos lugares contam apenas com a vontade de aprender e encontram professores dispostos a educar.

A demanda por melhorias na educação precisa ultrapassar a barreira do materialismo, da quantidade de uniforme, de merenda, de mobília e ir além. Há que se ter uma demanda por qualidade e não apenas as ferramentas paupéreas, aquelas que podemos ver e acompanhar e que são perecíveis.

Neste contexto, Sr. Presidente, tributo a inclusão digital como ferramenta fundamental para o desenvolvimento e aí sim precisamos avançar no quesito investimentos.

O acesso a internet de banda larga tem papel fundamental para a educação. Proporciona o acesso rápido ao conhecimento, as mais diferentes culturas e quem vive na floresta, por exemplo, com limitações mil, podem compartilhar sua cultura, seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, obter livre acesso às informações.

Essa discussão vai além disso. Estudos do Banco Mundial afirmam que investimentos em melhoria do acesso a internet contribuem diretamente para o crescimento do PIB. Cada aumento de 10 pontos percentuais nas conexões de internet de banda larga de um país corresponde a um crescimento adicional de 1,3 ponto percentual no PIB do país.

O potencial do acesso a Internet em banda larga para dinamizar a economia e trazer benefícios sociais tem levado à adoção por diversos países de programas nacionais de expansão da banda larga. O Brasil, embora ainda apresente uma baixa difusão do acesso em banda larga nos domicílios, demonstra um elevado potencial de participar da sociedade da informação, já que o país possui mais de 64 milhões de internautas e o brasileiro está entre os que usam mais intensivamente a Internet (30 horas e 13 minutos mensais).

O governo da presidenta Dilma está atento a isso e pretende disponibilizar o serviço, que hoje atende a cerca 11,9 milhões de domicílios, para quase 40 milhões de domicílios até 2014.

Lá no Acre, estamos fazendo nosso dever de casa.

A Floresta Digital, iniciado pelo governador Binho Marques, lançou-se ao desafio de levar internet gratuita e de qualidade a todos os núcleos urbanos do Estado.

Enfrentamos muitos problemas mas não deixe de ser um programa revolucionário.

Quando o assunto é a expansão da cobertura do serviço de internet banda larga no Brasil estamos defendendo a elevação da velocidade disponível e a redução do preço.

Foi o que defendi de forma veemente ontem no 57º Painel Telebrasil. O evento é o principal encontro de lideranças e autoridades do setor de telecomunicações do Brasil e acontece anualmente.

A TELEBRASIL , a Associação Brasileira de Telecomunicações, atua de forma decisiva nos temas de maior relevância para as telecomunicações brasileiras e, portanto, o Painel TELEBRASIL é um evento com representatividade nacional e que influencia diretamente na tomada de decisões e nos rumos do setor.

Participam as principais prestadoras de serviços de telecomunicações, empresas de televisão, internet, Tecnologia da informação e dos vários segmentos que compõem as comunicações brasileiras, bem como suas associações específicas.

Na edição de 2013, o evento traz ainda a presença de lideranças do setor financeiro e industrial, analistas de mercado e representantes da área econômica do governo e entre os temas foi tratada a importância do sistema satélite para a universalização da internet banda larga no Brasil.

No oitavo *workshop*, no painel “Abrasat: política para o mercado de satélite – de que maneira a desnecessidade poderá impulsionar os serviços de banda larga via satélite e ajudar na expansão da infraestrutura existente”, disse e reitero que a internet banda larga pelo sistema satélite é a forma mais viável de promover a inclusão digital, especialmente na Amazônia, por suas características e peculiaridades.

Após a privatização das telecomunicações no Brasil todo o serviço está “nas mãos” das empresas que, atualmente mantém preços elevados, sob a alegação de que os custos para a prestação do serviço são elevados devido ao excesso de tributos e ao transporte e instalação das estações terrestres

Ora, Sr. Presidente, o fato é que as empresas tem que prestar o serviço de boa qualidade, com preço acessível e, sobretudo, cumprindo seu papel social de promover a inclusão digital através da banda larga para todos.

E neste quesito, vale destacar que a volta da Telebrás para atuar no setor é de suma importância não para estatizar o serviço novamente, mas porque irão promover uma concorrência mais justa e ampliar a possibilidade de acesso a mais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Aníbal Diniz, pelo relato que fez falando da caminhada dos estudantes, dos

professores. E, na “matemática do Português”, ainda fez o lado poético, com uma criação muito bonita.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Ivo Cassol para o seu pronunciamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre colega Senador Paulo Paim, que ora preside esta sessão. É com alegria e satisfação que quero cumprimentar os telespectadores que nos acompanham nos quatro cantos deste rincão brasileiro. Quero mandar o meu abraço, meus cumprimentos, à população do meu Estado, Rondônia, àqueles que têm caminhado juntos, que têm defendido o desenvolvimento e o progresso, especialmente daquela região tão rica, tão promissora que é o nosso Estado.

Foi com alegria e satisfação também que ocupei a tribuna desta Casa ontem, especialmente, quando discutimos e deliberamos aqui sobre a aprovação da Medida Provisória nº 600, onde foram embutidas, depois de aceitas, as emendas de colegas. E, como Relator revisor nesta Casa, tive a satisfação de ver aprovada, ontem, Sr. Presidente, essa medida provisória.

A matéria foi muito debatida. Os adversários aqui, de toda maneira, em alguns momentos, diziam que a inclusão de novas emendas na medida provisória, ao mesmo tempo, a regularização ou, junto, contemplando os Estados da Federação brasileira.

É exemplo dessa medida provisória a parte que contempla, especialmente, o Fundo Nacional de Aviação Civil, o Fnac, que passa a ser também de natureza financeira, além de contábil, atribuindo-se-lhe, além dos recursos anteriormente previstos, os que forem destinados para fins de que trata o dispositivo inserido, nos termos da sua redação original – art. 63-A, da Lei nº 12.462, de 2011.

Os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos – os nossos aeroportos brasileiros – seriam geridos e administrados pelo Banco do Brasil, com a contratação de obras, serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados, podendo, para tanto, ser utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Isso foi aprovado ontem na Medida Provisória nº 600.

Aqui, a população do meu Estado e das demais regiões do Brasil, afora as capitais, que têm aeroportos de grande movimento, vai conseguir entender o que é, na verdade, esse propósito, o que é, na verdade, a contemplação dessa medida provisória aprovada ontem.

Ao mesmo tempo, foi aprovado que esses serviços, tanto de modernização, como de construção e

administração, tenham o mesmo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que foi criado para a Copa do Mundo.

Não podemos ainda deixar de destacar as mudanças que entendemos ser significativa no presente Projeto de Lei de Conversão. Falamos das novas regras instituídas para a gestão e administração do Fundo Nacional de Aviação Civil.

A melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária e a ampliação da oferta de transporte aéreo para a população brasileira, claramente pretendidas com as modificações propostas, são objetivos que não podem ser subestimados. De acordo com a Exposição de Motivos da Presidência da República, o Programa de Investimentos em Logística de Aeroportos...

Gostaria de solicitar à Presidência providências, pois a equipe que trabalha aqui, ao dialogar, produz interferências na voz aqui. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Repetindo: de acordo com a Exposição de Motivos da Presidência da República, o Programa de Investimentos em Logística de Aeroportos, financiado com recursos do Fnac, prevê o fortalecimento e a expansão da aviação regional, contemplando, em uma primeira etapa, 270 aeroportos regionais espalhados por todo o Brasil.

O que estou dizendo? Na verdade, meu colega Vital do Rêgo, a medida provisória que aprovamos ontem visa atender a demanda regional dos aeroportos que não são, hoje, utilizados e, ao mesmo tempo, não são contemplados com investimentos, ao contrário dos aeroportos das capitais, onde a movimentação é garantida e produzem resultados financeiros.

Agora, quando se compara os aeroportos de uma cidade do interior do seu Estado ou de uma cidade do interior do meu Estado, Rondônia, como Cacoal, Ji-Paraná ou mesmo Ariquemes, ou Guajará-Mirim, percebe-se o prejuízo que as nossas regiões têm sofrido com a falta de incentivo para atender esses aeroportos regionais.

Então, como disse, nessa etapa, serão atendidos 270 aeroportos regionais, espalhados por todo o País.

No curso das reuniões realizadas por esta Relatoria com técnicos do Poder Executivo, pudemos verificar que o programa já se encontra em estágio avançado de estudos para implementação, sendo possível identificar os focos mais intensos de demandas regionais ainda não atendidas e o consequente mapeamento das necessidades de recursos.

A meta eloquente desse programa é que 96% da população brasileira esteja a menos de 100 quilômetros de distância de um aeroporto apto ao recebimento de vôos regulares.

Nesta primeira etapa, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, propõe-se investir recursos da ordem de R\$1,7 bilhão em 67 aeroportos na Região Norte. Está aqui um exemplo: o Estado do Acre. Nós temos o atendimento da nossa capital, temos o atendimento de Cruzeiro do Sul, mas, com certeza, está à mercê o povo de Sena Madureira, de Feijó, de Guajará-Mirim, no meu Estado de Rondônia – daqui a pouquinho, vou passar a palavra ao meu colega Vital do Rêgo –, onde os técnicos da Anac fecharam e inviabilizaram o aeroporto, porque a BR-425 foi abandonada por uma empresa picareta, de mala, que pegou a licitação, pegou a obra e não a executou. E hoje estamos aguardando a nova licitação e a contratação do DNIT. Diz o Diretor do DNIT que ela estará pronta nos próximos dias.

Como é que fica o paciente que precisa de atendimento e de UTI?! A BR não contribui para que as ambulâncias trafeguem. Você imagina o aeroporto, que também está trancado, impedindo que desça uma aeronave! E olha que o aeroporto de Guajará-Mirim é grande, das nossas Forças Armadas. E quando se fala em Forças Armadas, presume-se que é de responsabilidade do Governo Federal.

Propõe-se investir recursos da ordem de R\$1,7 bilhão em 67 aeroportos na Região Norte, de R\$2,1 bilhões em 64 aeroportos da Região Nordeste, de R\$924 milhões em 31 aeroportos do Centro-Oeste, de R\$1,6 bilhão em 65 aeroportos da Região Sudeste e de R\$994 milhões em 43 aeroportos da Região Sul.

Esses recursos estão e ficarão à disposição desse fundo para atender e melhorar ainda mais essa questão dos aeroportos regionais dos nossos Estados da Federação brasileira.

Da mesma maneira que os meus amigos, a população do meu Estado, do Município de Ariquemes, busca a melhoria, a estruturação, a construção e a iluminação de uma nova pista, a cidade de Ji-Paraná, que é o centro, o coração do Estado de Rondônia, que tem voos regulares que atendem aquela região, precisa, urgentemente, da construção da nova pista e do novo terminal de passageiros. Precisamos melhorar essa estrutura ainda mais. Até poucos dias atrás, não tínhamos a fonte de recursos para atender a essa demanda reprimida que, ao mesmo tempo, é necessária para atender ao desenvolvimento e ao progresso do nosso País.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que se encontram, em nossos portos, navios atracados, navios na espera por noventa a cem dias, não é diferente com os nossos aeroportos. Não é diferente com a estrutura aeroportuária que nós temos nos quatro cantos deste País. É um caos total onde se anda. Tudo bem que agora o de Brasília foi

privatizado e a empresa que está trabalhando nessa infraestrutura está a todo vapor. Mas eu pergunto: por que demorou-se tanto tempo para privatizar esses grandes aeroportos? Por que não se colocaram, junto com esses aeroportos, as cidades menores? Porque o empreendedor e o empresário só querem pegar aquilo que dá dinheiro, só querem pegar aquilo que dá resultado. Que se diminuisse o custo do aeroporto de Brasília, que se diminuisse o custo de outros aeroportos no País afora, mas que se incluíssem junto, nessa mesma demanda, nesse mesmo ganho, esses aeroportos das cidades menores. Mas isso não foi colocado no leilão. No leilão, só foi colocado o ganho da Infraero, o ganho do Governo Federal, o ganho da Anac, o ganho do Governo na privatização desses aeroportos.

Mas eu ainda fico feliz, porque, no passado, a privatização era tão criticada e hoje eu vejo, na Presidente Dilma, que evoluiu e que cresceu, da mesma maneira que o Brasil tem crescido. Eu fico feliz com isso, porque quem ganha com isso não é o Senador Ivo Cassol, mas o nosso povo. Nós não podemos, de maneira nenhuma, estagnar a nossa produção, bloquear os nossos portos como estão bloqueados hoje, a exemplo do que nós vimos, nesta semana, que está acontecendo em Cubatão, pois não havia onde colocar a carreta, com a BR toda interditada, trancada, com medo de privatizar os portos, com medo de terceirizar.

É muito simples: o que o governo municipal, o que o governo estadual e o que o Governo Federal não conseguirem fazer passa para quem dá, passa para quem tem condições, passa para a iniciativa privada. Gente, sabe com o que o Poder Público tem que se preocupar muito mais? Com a educação, com a melhoria do salário dos nossos educadores, com a melhoria da infraestrutura do nosso colégio. O Governo Federal precisa, juntamente com os Estados, se preocupar em melhorar e arrumar um caminho para poder liberar recursos para atender aos menores infratores, considerados adolescentes, muitos criminosos e bandidos de alta periculosidade que, infelizmente, têm aterrorizado muitas famílias Brasil afora. Mas, além disso, o Governo Federal e o governo do Estado têm que se preocupar com segurança pública. Além de se preocupar com segurança pública, o Governo Federal e o estadual têm que se preocupar com a saúde.

Nós estamos vendo toda semana, Senador Vital do Rêgo, matérias mostrando os hospitais capengando, se arrastando. Não é diferente no meu Estado. Quando não falta remédio no hospital público, falta profissional; quando não falta profissional, falta motivação; quando não está faltando remédio, está faltando material de penso; quando não está faltando material de penso, está faltando material ortopédico. E o povo padecendo

necessidade. E recurso do SUS, infelizmente, é igual a perna de cobra: todo mundo fala que tem, mas poucos veem. Ele é pequenininho, não cobre as consultas, não cobre o custo de um parto.

A exemplo disso, nós aprovamos aqui, também, nessa mesma medida provisória, as casas que fazem o atendimento especial, as Santas Casas no Brasil afora, que têm débito social. Há muitos anos que o dinheiro que faz o atendimento do SUS, que o dinheiro que entra no faturamento das casas sem fins lucrativos não dá para cobrir as despesas, muitas vezes, do dia a dia. E aqui eu quero fazer justiça. Mesmo que nós tenhamos aprovado aqui, na medida provisória, uma emenda do Deputado Eduardo Barbosa e do Antônio Brito, que foi contemplada por este relator, pois eu acatei essa emenda – esperamos que a Presidenta Dilma sancione essa medida provisória –, com isso, ao mesmo tempo, a Santa Casa pode parcelar esses débitos em 30 anos.

Eu liguei para Porto Velho e falei com a Diretora, Irmã Lina, que vem fazendo um trabalho extraordinário no hospital conhecido como das Irmãs Marcelinas. Um trabalho espetacular. Ela me disse que teve que diminuir o atendimento, que teve que diminuir o trabalho, por falta de recursos, que, muitas vezes, até o Estado não cumpre com aquele dinheiro que é do SUS e que tem que ser passado.

Eu perguntei para ela se a Santa Casa, a Casa Irmãs Marcelinas, estava com débito de encargo social. Ela respondeu: "Não, Senador. Nós, aqui, mesmo nos sacrificando, deixando, muitas vezes, de atender a uma demanda maior, nós estamos trazendo e levando a nossa Casa aqui, nossa Casa de saúde, como exemplo, exemplo não só para Rondônia, mas para o Brasil."

Meus parabéns à Irmã Lina e a todas as irmãs das Irmãs Marcelinas, que fazem esse trabalho espetacular. Quando eu era Governador do Estado de Rondônia, eu fazia convênio constantemente para ajudá-las. Além do dinheiro do SUS, que era repassado automaticamente, sem ninguém para atrapalhar, ao mesmo tempo, eu fazia convênio para poder ajudar a pagar energia, para pagar despesa de manutenção, porque eu sei das dificuldades que havia e do trabalho especial que elas fazem.

Eu quero dizer que foi com satisfação que aprovamos ontem essa medida provisória. Ela foi muito debatida aqui pelos adversários, mas eles foram derrotados. O povo do Brasil afora, o povo, dos quatro cantos deste País, que tem vontade de ter um aeroporto à altura de receber aeronaves grandes, aeronaves comerciais, vai, com isso, ter a oportunidade de buscar esses recursos.

Lembrando isso, cabe, agora, ao governador de cada Estado trabalhar junto com a sua Bancada – os

três Senadores e os oito Deputados Federais de Rondônia estamos integrados e unidos –, independentemente de cor partidária, em cada Estado. Se, no seu Estado, o governador está ruim, está uma porcaria, não importa, não para, continua ajudando. É o exemplo do meu Estado de Rondônia. A gestão está um desastre: parece que o Estado, infelizmente, foi estuprado sem ter o direito de fazer B.O. Mas vamos parar por causa disso? Não, vamos levantar a cabeça. Com otimismo e determinação, vamos, juntos, trabalhar para liberar esses recursos para podermos reformar e ampliar, por exemplo, o aeroporto de Guarajá-Mirim, o aeroporto de Ariquemes, o aeroporto de Ji-Paraná, o aeroporto de Vilhena, um aeroporto bom, grande, com uma ótima pista, mas que precisa melhorar ainda mais a sua estrutura física, que precisa melhorar seu terminal de passageiros. Não é diferente em cidades como Rolim de Moura e Costa Marques, na divisa com a Bolívia, que também tem uma pista, pois, mesmo tendo um pequeno movimento de passageiros, é importante para aquela demanda regional.

Portanto, estamos fazendo o nosso trabalho aqui, neste Senado. Nesta Casa, estamos trabalhamos unidos para que possamos, juntos, não discutir a questão política de 2014, não discutir a cor partidária a que cada um pertence, mas para dizer que somos da Base do Governo Federal e que o que defendemos aqui, sim, é a integração dos políticos que representam seus Estados aqui, em Brasília, para reivindicarem recursos para seus Estados. Não falo de recursos de empréstimos, porque recursos de empréstimo é como ir a um banco pegar dinheiro emprestado. Gerente de banco não tem dó de ninguém, não! Gerente de banco é bom quando lhe empresta dinheiro, mas, no dia em que você estiver devendo e tiver vencido, infelizmente, a caneta pega. Não tem dó de ninguém! Não é diferente com os Estados, não é diferente com os Municípios. Eu vejo, aqui, muita gente, muitos Estados se endividando dia após dia. Eu vejo, aqui, todo dia, todo mês, toda semana, os municípios mais pobres, os Estados com pires na mão pedindo mais esmola ainda, e nós, aqui, que somos da sustentação do Governo, infelizmente, muitas vezes, não conseguimos sequer liberar nossas emendas. Quando liberam, liberam no final, no apagar das luzes, e aí é uma correria para todos, e, muitas vezes, a gente ainda acaba perdendo os recursos.

Então, portanto, o nosso trabalho aqui é árduo, é contínuo, mas é arrojado, é determinado e sólido. Assim eu tenho trabalhado como Senador da República. Eu não abro mão de defender o Estado de Rondônia. Eu não abro mão de defender esse Estado que me acolheu de braços abertos em março de 1977, onde eu tive a felicidade de constituir a minha família – mi-

nha esposa, Ivone, e meus filhos, Ivo Júnior, Juliana e Karine – e onde tenho o prazer e o privilégio de ter três netos. Foi um Estado que me deu, além de tudo, a condição de governar o Município de Rolim de Moura por dois mandatos.

Quando falo Estado, eu falo de vocês, meu povo do meu Estado, da população, dos eleitores, que me escolheram, por dois mandatos consecutivos, para governar o Estado de Rondônia. Nesses dois mandatos consecutivos, eu tive o privilégio e o prazer de moralizar o Estado.

Eu tive a coragem de chegar a um evento público, em São Paulo, no mês de março de 2003, um evento de governadores, e pedir apoio, naquela época, para intervenção federal no meu Estado de Rondônia. Muitos políticos me chamaram de louco, me chamaram de doido.

Eu falei que a corrupção estava tão grande no meu Estado, estava estampada de tal maneira, que a corrupção estava enraizada e o Estado tão contaminado, que era preciso intervenção federal. Eu não estava em busca de permanecer no cargo. O que eu queria era fazer uma faxina, era fazer, na verdade, uma cirurgia na desonestade e na corrupção no meu Estado.

Aí, eu não tive apoio. Não consegui ter sucesso. Só me restou um caminho, que era fazer como muitos da imprensa fazem: montar uma filmadora, começar a gravar os desonestos e os corruptos e, depois, colocar na mídia nacional, como eu fiz ao colocar no Fantástico. Quando fui buscar o apoio da minha família e lhe mostrei as fitas, falei para meus filhos e para minha mulher que a vida ia mudar, que o sossego ia terminar, que nem à escola poderiam ir mais sozinhos. Eles falaram: "Pai, estou com você. É com você que nós estamos. Eu tenho orgulho do que você está fazendo. Coloque na mídia, porque aí, com certeza, todo mundo vai tomar providência." E foi exatamente isso que aconteceu. Esses mesmos políticos estão respondendo a processo.

Eu estou me incomodando muito, arrumei sarna para me coçar. Mas quero dizer que, se tivesse de fazer tudo novamente, eu faria tudo novamente. É por isso que a população mais uma vez me retribuiu e me colocou aqui, no Senado, como Senador da República, representando o povo do meu Estado.

Portanto, Senador Vital do Rêgo, é uma alegria ter o senhor como parceiro aqui, especialmente nessas caminhadas no dia a dia. Muitos veem, às vezes, os políticos como se tivessem só facilidades, mordomias, sombra e água fresca. Aqui, a gente trabalha. Estamos, nesta hora, ao vivo, em Brasília. Daqui a pouco, vamos pegar o voo para ir para nossos Estados. Amanhã, para descansar, vamos visitar nossas bases, participando de formatura e de cultos, visitando as nossas

lideranças, levando benefícios, trabalhando. Assim é a atividade do político, que está à disposição do povo 24 horas por dia.

O Senador Vital do Rêgo quer fazer um aparte, antes que eu termine.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Antes de V. Ex^a concluir o seu pronunciamento, em que faz uma retrospectiva sobre o trabalho que desempenhou à frente da medida provisória que, ontem, tivemos a honra de defender no exercício da Liderança do PMDB na Casa, eu queria prestar minhas homenagens ao seu trabalho, como fiz ontem. Por força da multiplicidade de assuntos, que inclusive foi duramente combatida pela oposição, que nós respeitamos, até porque assiste razão...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não é preciso que V. Ex^a interrompa todo o tempo. Mais cinco minutos é o suficiente. Obrigado.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Assistiu razão à oposição quando questiona a multiplicidade de assuntos posta numa medida provisória que tem efetivamente razões de ordens específicas. Mas, ontem, a medida provisória em caso teve um caráter de tanta abrangência social e de repercussões tão importantes para o País, que o Congresso saiu daqui com o sentimento de que tinha cumprido uma obrigação com milhares e milhares de pessoas, em diversos níveis de atendimento, quer na aviação, quer nas santas casas, de que V. Ex^a falou agora há pouco, quer nos aeroportos regionais. Eu me lembrei dos aeroportos do meu Estado, em Campina, em João Pessoa e em Patos, que haverão de receber parte desses recursos que V. Ex^a mencionou da Região Nordeste. E devo lhe dizer, por uma gratidão, que V. Ex^a encampou uma sugestão, através de uma emenda idealizada por este Parlamentar, que foi concretizada pela sua lavra, porque, naquele momento, somente a relatoria poderia fazê-lo, quando manteve e fortaleceu as prerrogativas do Conselho Nacional de Contribuintes, um órgão que estava sob franca e forte perseguição de alguns, que queriam que os contribuintes brasileiros não tivessem um tribunal a que pudessem recorrer de qualquer tipo de injustiça que a Receita Federal pudesse cometer em atos administrativos. E V. Ex^a atendeu a um apelo nosso. No item 16 da medida provisória que relatou, V. Ex^a foi profundamente honesto, como sempre o é, incluiu o Conselho e devolveu essas prerrogativas, confirmando-as de igual monta, para garantir a estabilidade de negócios no País, a estabilidade das relações de mercado no País e, principalmente, a tranquilidade do contribuinte, que,

muitas vezes, se vê aviltado nas relações com o Estado e precisa recorrer para um órgão, o qual estava sob forte ameaça. Por isso, eu queria me congratular com V. Ex^a por tudo o que V. Ex^a tem representado para o seu Estado e para o País.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, Senador Vital do Rêgo, quando V. Ex^a fez a sugestão, que, ao mesmo tempo, foi encaminhada pelo nosso Líder, Senador Dornelles, essa emenda foi de fundamental importância para dar estabilidade. Com isso, pode haver no sistema a condição de isenção, para poder trabalhar e julgar sem intervenção, ao mesmo tempo dando oportunidade a todos.

Quando nós falamos aqui dos aeroportos, isso é importante para o desenvolvimento regional. Quando falamos das santas casas aqui, isso é importante para continuar esse trabalho de atendimento na área da saúde, uma vez que nós estamos assistindo a essa situação da saúde nos nossos Estados.

Ao mesmo tempo, como relator que fui dessa medida provisória, atendendo à solicitação dos nobres Senadores – e todas as emendas acatadas foram ao encontro do interesse e do anseio da população –, eu me sinto feliz, eu me sinto realizado.

Amanhã será um feriado especial, um feriado religioso. Aqui, quero, mais uma vez, agradecer a Deus por tudo que tem propiciado na minha vida, primeiramente por me dar saúde e me dar, ao mesmo tempo, sabedoria para trabalhar, para defender e ajudar as pessoas mais humildes, as pessoas mais simples.

Às pessoas do meu Estado e do Brasil afora – sei que muitas pessoas me assistem e tem me acompanhado; tenho recebido e-mails –, quero dizer obrigado, de coração. Quero deixar meu abraço para as pessoas que me conhecem e moram em outros Estados e para a população do meu Estado.

Às pessoas que vão à igreja amanhã ou no fim de semana e que sempre estão orando pelas autoridades, peço que orem pelo Senador Ivo Cassol, por minha família, por nossas autoridades, pela Presidente da República, pelo Vice-Presidente, pela Presidente Dilma, por Michel Temer, nosso Vice. Peço que orem por nossos Senadores e por nossos Deputados Federais, cada um em seus Estados! Peço que orem pelos Deputados Estaduais e por seus Governadores e seus Prefeitos que assumiram agora. Está todo mundo na expectativa, e a esperança de todos é a de que eles tenham sucesso nessa caminhada. E peço que orem também pelos Vereadores, para que eles possam se fortalecer.

Muitas vezes, as pessoas, os políticos não sabem de onde vem a graça. Muitas vezes, as pessoas não sabem de onde vem o atendimento. Com

certeza, tudo é vontade de Deus! E a Ele agradeço. Com Ele, sempre estou e sempre continuarei.

Por isso, sou grato à população do meu País e, especialmente, à população do meu Estado, que sempre confiou em mim.

Que Deus abençoe todos!

Bom feriado! Obrigado. Até a próxima oportunidade!

Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão em relação aos minutos que passaram. Até a próxima oportunidade! Até mais!

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado.

Agora, com a palavra, o Senado Vital do Rêgo, que é o nosso Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente e, para minha honra, meu Vice-Presidente Anibal Diniz, senhoras e senhores, desejo iniciar esta fala indo ao encontro do pronunciamento de V. Ex^a agora há pouco, do pronunciamento proferido no início da tarde pelo eminentíssimo Senador Jorge Viana e também das palavras do Senador Cássio Cunha Lima, juntando-os todos.

Já me ensinava meu eterno, meu intemporal pai que mais vale um bom acordo do que uma extraordinária pendenga jurídica, do que uma extraordinária ação.

Participei, ao longo de um ano e alguns meses, tendo de enfrentar a inteligência de Anibal Diniz do outro lado, de uma disputa jurídico-desportiva. Ele lutou pelos legítimos direitos que o Rio Branco, do Acre, pleiteava junto à Justiça Desportiva e à CBF, e nós lutamos pelos direitos do Treze Futebol Clube. Depois de caminhar administrativamente pelos corredores e tribunais desportivos e depois de incursões no Superior Tribunal de Justiça, ontem, no Supremo Tribunal Federal, conseguimos um bom acordo: estão os dois times, com duas brilhantes torcidas, juntos na Série C do campeonato brasileiro, representando o Acre e a Paraíba.

Por isso, Anibal, meus parabéns! Quero me juntar tanto ao Senador Cássio e ao Senador Cícero, paraibanos, como aos Senadores do Acre.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, se essas primeiras palavras foram de alegria – futebol é assim, é paixão, é emoção, traz todos esses sentimentos de fantástica adoração popular àqueles que são desportistas –, hoje, trago a esta tribuna um fato lamentável que aconteceu no meu Estado e que foi motivo, inclusive, de repercussão internacional na imprensa.

Já eram 13 horas, e o Jornal Hoje, da TV Globo, saiu, ao vivo, do Estado com algo parecido com um faroeste fora de época. Dezenas de bandidos armados sitiaram uma cidade-polo de meu Estado, na área limítrofe da Paraíba. Sitiaram-na completamente, isolaram-na, deixaram a população absolutamente em pânico. E, por 40 minutos, um intenso tiroteio foi visto, ouvido e assistido, sob o pânico de dezenas de milhares de pessoas. Isso ganhou notoriedade na imprensa e repercussão internacional.

Essas palavras vêm ao encontro, senhoras e senhores, do que tenho apregoado aqui ao longo dos últimos meses, falando sobre insegurança na Paraíba, alertando as autoridades. E já conseguimos avanços específicos, porque o Brasil Mais Seguro já é uma realidade no meu Estado. Os números efetivamente ainda não podem ser extraídos como resultado específico da orientação nova do Governo Federal, que fez a intervenção com o programa, mas espero que essa relação criminosa negativa possa mudar.

Recebi, em meu gabinete, Nota de Agradecimento da Associação dos Delegados Federais da Paraíba pelo nosso desempenho de ontem no que diz respeito à aprovação do PLC nº 132/2012.

Tenho ocupado esta tribuna reiteradamente para manifestar a preocupação que tenho com a segurança pública no Brasil. Foi motivado por essa legítima preocupação que envidei esforços para a aprovação, na CCJ e, ontem, em plenário, do PLC nº 132, que, certamente, fortalece a polícia judiciária ao estabelecer garantias jurídicas mínimas para os delegados de polícia, para que possam desempenhar suas funções livres de injunções políticas ou econômicas que conduzam à vulnerabilidade institucional – regular, normatizar, regrar aquilo que eles já estão fazendo.

E tenho motivos, caro Presidente Anibal, para tanta preocupação com a segurança pública, especialmente no meu Estado, o Estado da Paraíba.

No mês em que o Ministério da Justiça anuncia o lançamento do programa Brasil Mais Seguro – e, neste momento, agradeço penhoradamente a diligente, rápida e eficaz manifestação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que, assombrado com os números da Paraíba, fez a ação se tornar, repito, mais rápida e diligente na execução do programa Brasil Mais Seguro –, a cidade de Princesa Isabel, no interior do Estado, foi palco, ontem, de uma ação planejada, violenta, do crime organizado.

Um bando composto por 15 assaltantes chegou à cidade pela manhã e se dividiu para roubar duas agências bancárias. Durante o assalto, os bandidos fizeram milhares de disparos de arma de fogo para amedrontar os moradores. Na fuga, utilizaram como escudo

humano 10 reféns. Alguns ficaram com os criminosos por mais de uma hora. Felizmente não houve mortes.

A população ficou estarrecida com a ousadia do bando. Certamente, integrantes de organização criminosa. Um verdadeiro momento de terror jamais vivenciado pela cidade de Princesa Isabel.

Esse episódio apenas reflete a difícil e perigosa situação em que se encontra o meu Estado da Paraíba, que apresenta elevados índices de criminalidade em franco crescimento.

Conforme registrei, neste mês de maio, precisamente no dia 8, o Ministro da Justiça anunciou o lançamento do Programa Brasil Mais Seguro, após exitosa experiência no Estado de Alagoas.

A implantação do programa é precedida de um diagnóstico, com enfoque nos crimes violentos. Segundo esse diagnóstico, a cidade de João Pessoa e os Municípios de Patos e Santa Rita apresentam incremento significativo nos números de homicídios, fazendo com que o Estado da Paraíba se destaque como aquele com maior variação percentual positiva deste tipo criminal nos últimos anos, constituindo, assim, um caso agudo de violência.

Entre 1999 e 2011, ou seja, em apenas 12 anos, as mortes por agressão no Estado triplicaram.

A comparação das taxas locais contrasta com a relativa estabilização da taxa nacional, provocada pelas reduções acumuladas anualmente das mortes por agressão em Estados populosos como São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No vizinho Estado de Pernambuco, há um contraste absoluto – como em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – com as taxas de homicídios.

Se, em 2011, o Brasil manteve um patamar de 25 homicídios por 100 mil habitantes, a Paraíba obteve a sua maior taxa histórica, com o valor de 40 mortes por 100 mil habitantes. A taxa nacional é de 25; a da Paraíba é de 40 mortos por 100 mil habitantes.

Seis Municípios, João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo, Patos e Bayeux, concentram cerca de 70% das mortes por agressão no Estado.

A situação de insegurança decorre de muitos fatores, dos quais foram diagnosticados os seguintes (fatores mais importantes diagnosticados pelo Ministério da Justiça):

- Inexistência de política de segurança pública;
- Estatísticas imprecisas, precárias e sem confiabilidade;
- Unidades policiais sem rede e tecnologia de informação;
- Inexistência de compatibilização de circunscrições policiais;
- Baixa capacidade de enfrentamento dos crimes contra a vida;

- Baixa capacidade de enfrentamento ao tráfico de drogas;
- Deficiência do sistema de comunicação;
- Inexistência de cultura de preservação do local do crime;
- Inquéritos policiais não instaurados e sem acompanhamento;
- Falta de política de integração das polícias;
- Deficiência na elaboração e execução de projetos, e, por fim,
- Defasagem dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Esse é o quadro, Sr. Presidente.

Urge, portanto, que o Ministério da Justiça emprenda com afinco as ações do Programa Brasil Mais Seguro para que os resultados sejam observados ainda no decorrer deste ano, trazendo paz e segurança para a nossa população.

E, neste momento, eu queria também deixar inserida nota de agradecimento, para constar nos Anais da nossa Casa, dos delegados de polícia da Paraíba, especialmente dos delegados federais da Paraíba, assinada pelo seu Presidente, o Sr. Delegado Fabiano Emídio de Lucena Martins, Presidente da Associação dos Delegados Federais da Paraíba, em que se congratula com toda a bancada de Senadores da Paraíba. E quero dividir as congratulações dessa nota com os companheiros Senadores Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena.

Também quero deixar inserido nos Anais da Casa o diagnóstico que respaldou as informações deste rápido pronunciamento, Paraíba Unida pela Paz, o diagnóstico da Paraíba. Os números que nós trouxemos todos estão aqui, fartamente documentados, mostrando o lamentável e triste episódio que ontem foi assistido, em rede nacional e internacional, e reflete, necessariamente, Sr. Presidente Aníbal Diniz, o clima de insegurança que estamos vivendo.

Quicá Deus e a ação do Ministério da Justiça, através do Programa Brasil mais Seguro, as tropas federais, as tropas que estão se dirigindo ao Estado possam, como aconteceu e está acontecendo no vizinho Estado de Alagoas, diminuir essa incidência em um tempo muito menor do que no Estado de Alagoas. Eu espero que assim possa acontecer para tranquilidade dos meus conterrâneos.

Agradeço ao Senador Aníbal Diniz e reitero os meus parabéns a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VITAL DO RÉGO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno)

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, através de sua Diretoria Regional na Paraíba, vem, através deste, reconhecer a elevada missão desempenhada pelo Plenário do Senado Federal na noite de ontem, especificamente no que diz respeito à aprovação do PLC 132/12.

Imbuídos de um espírito eminentemente republicano, os Senadores da República, em sua esmagadora maioria, fortaleceram institucionalmente a categoria dos delegados de polícia, conferindo-lhe um cabedal de garantias jurídicas indispensáveis ao desempenho de suas relevantes funções num Estado Democrático de Direito.

Os delegados de polícia federal, nas últimas duas décadas, protagonizaram, através das grandes operações por ele comandadas, uma verdadeira revolução no combate à criminalidade no Brasil. Corajosamente, fizeram-no sem garantias jurídicas mínimas, movidos apenas por um sentimento de patriotismo que alimentava suas ações, o que os deixava numa situação de vulnerabilidade institucional, sujeitos às injunções político-econômicas dominantes.

Doravante, entretanto, os delegados federais de todo o Brasil terão um manto de garantias jurídico-institucionais que lhes permitirá desenvolver suas atribuições com mais desenvoltura: o PLC 132/12. A sociedade brasileira poderá esperar ações ainda mais efetivas por parte da Polícia Federal, instituição que granjeou o respeito dos cidadãos brasileiros, tornando-se o órgão público de maior prestígio da Nação. No plano estadual, o PLC 132 reveste-se de indiscutível importância no plano da segurança pública, na medida em que fortalece a figura da autoridade policial no âmbito das polícias civis.

Os Senadores da República, na data de ontem, fizeram aquilo que se espera de legítimos representantes populares numa democracia: cristalizaram na forma de uma lei o mais legítimo interesse público; sobrelevaram os anseios da sociedade e relegaram a segundo plano questiúnculas meramente corporativas, que em nada contribuiriam para uma persecução penal mais efetiva.

A história há de demonstrar a importância da votação de ontem para a persecução penal no Brasil, inscrevendo o nome dos senhores senadores no mural indelével dos grandes feitos legislativos.

Finalizo, em nome dos Delegados Federais da Paraíba, agradecendo aos senadores de nosso Estado, especialmente ao Senador VITAL DO RÉGO FILHO, incansável batalhador pela aprovação do projeto, e que demonstrou, em cada gesto de sua combativa atuação legislativa, a nobreza de espírito do homem público preocupado com o futuro do país.

FABIANO EMIDIO DE LUCENA MARTINS
Presidente da Associação dos Delegados Federais da Paraíba

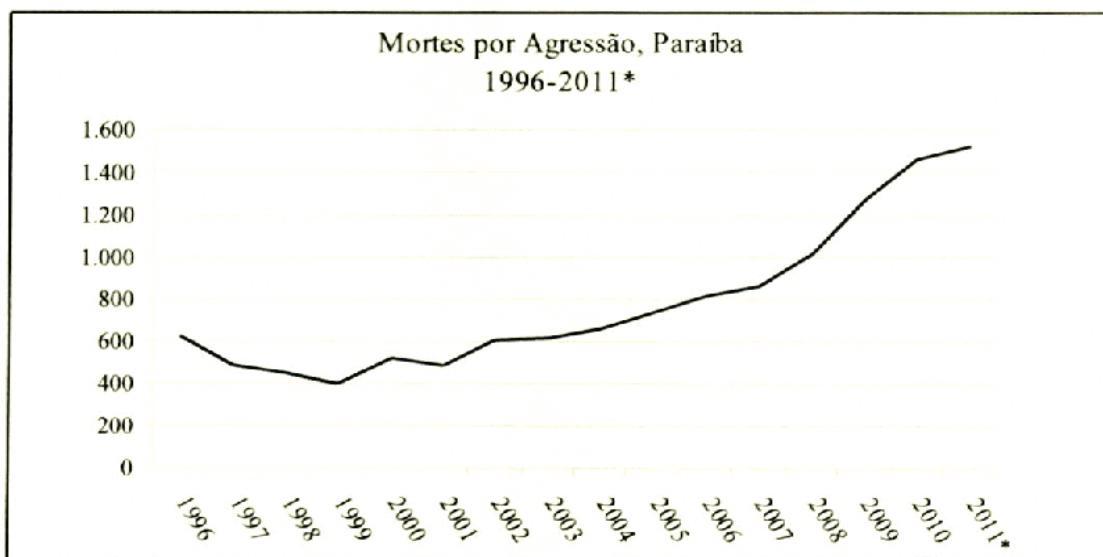


**PARAÍBA UNIDA
PELA PAZ**

DIAGNÓSTICO DA PARAÍBA

Em um dos países com as maiores taxas de violência letal do mundo, a cidade de João Pessoa e os municípios de Patos e Santa Rita apresentaram um incremento significativo nos números de homicídios, fazendo com que o estado da Paraíba se destacasse como aquele com maior variação percentual positiva deste tipo criminal nos últimos anos.

GRÁFICO 1



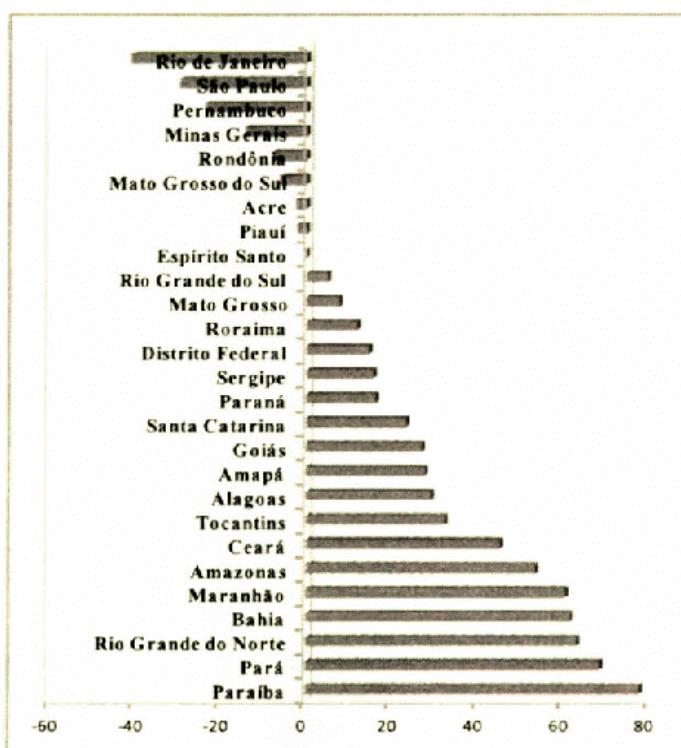
Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

Entretanto, apesar de configurar-se como um quadro agudo de violência, esta não é uma característica específica do Estado paraibano. Ao longo dos últimos dez anos, a maior parte das unidades da federação apresentaram um significativo aumento de suas taxas de mortes por agressão.

GRÁFICO 2

Variação percentual das mortes por agressão no ano de 2010*, em relação ao ano de 2006, segundo Unidade da Federação



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

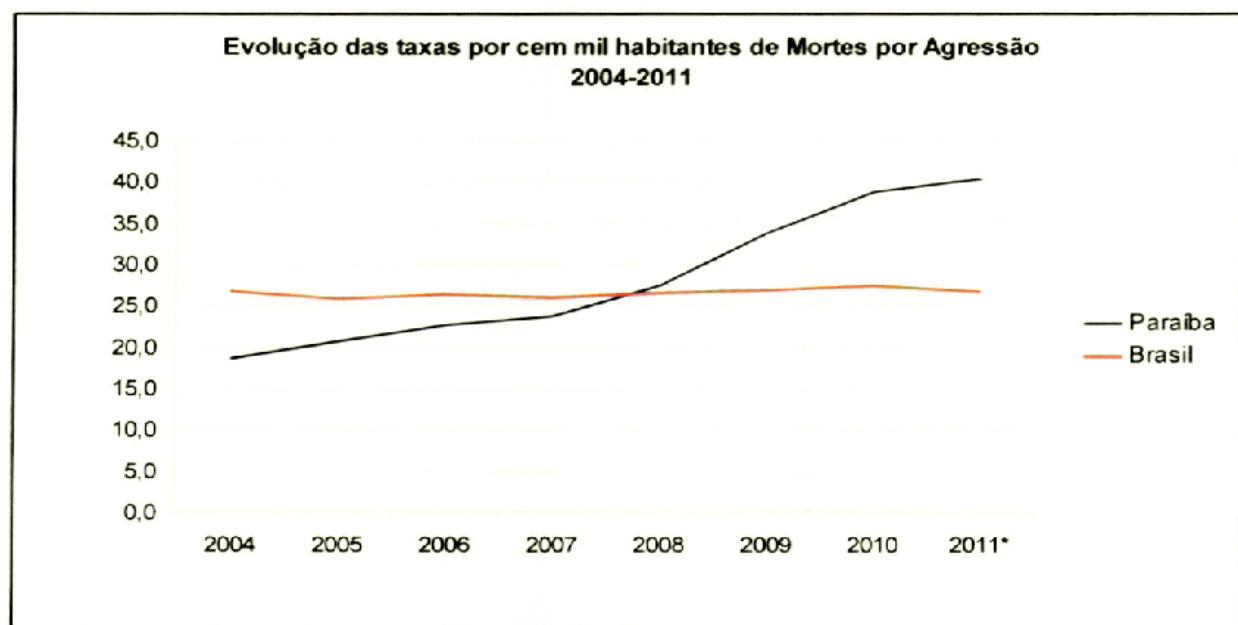
*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2010 são preliminares.

Diversos argumentos são apontados por especialistas como fatores intervenientes no aumento dos homicídios em determinados estados brasileiros: a persistência e capilarização territorial do comércio ilegal de drogas, a atuação de grupos de extermínio e de milícias, a ineficácia dos órgãos voltados à investigação e punição dos homicidas, a escassez de mecanismos de resolução de conflitos

interpessoais, a não-superação das desigualdades sociais e econômicas e o desamparo de jovens em situação de vulnerabilidade são alguns deles.

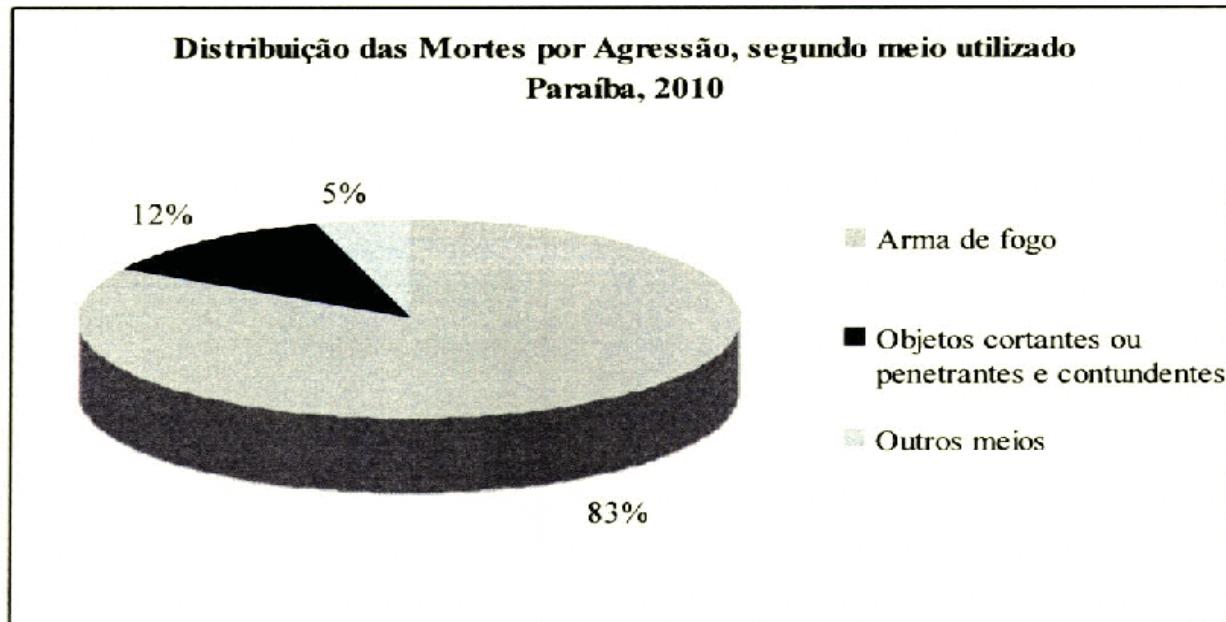
A comparação das taxas locais contrastam com a relativa estabilização da taxa nacional, provocada pelas reduções acumuladas anualmente das mortes por agressão em estados populosos como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco . Se, em 2011, o Brasil manteve o patamar de 25 homicídios por cem mil habitantes, a Paraíba obteve a sua maior taxa histórica, com o valor de quarenta mortes por cem mil habitantes.

GRÁFICO 3

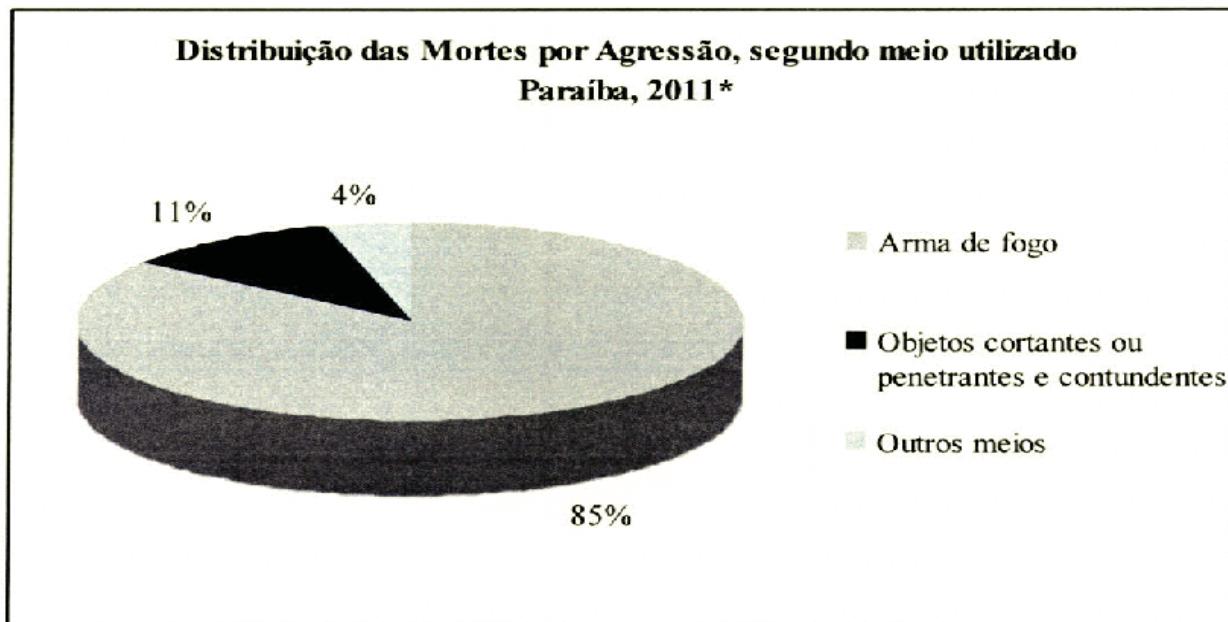


Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS
*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

Quando observados as características gerais dos homicídios, constata-se que há similaridade do estado da Paraíba com outras localidades brasileiras. O perfil e as características dessas mortes segue uma tendência nacional. Na maioria absoluta dos casos, o meio utilizado para consumar a agressão foi a arma de fogo, seguida pelos objetos cortantes ou perfurantes, conforme pode ser visualizado nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 4

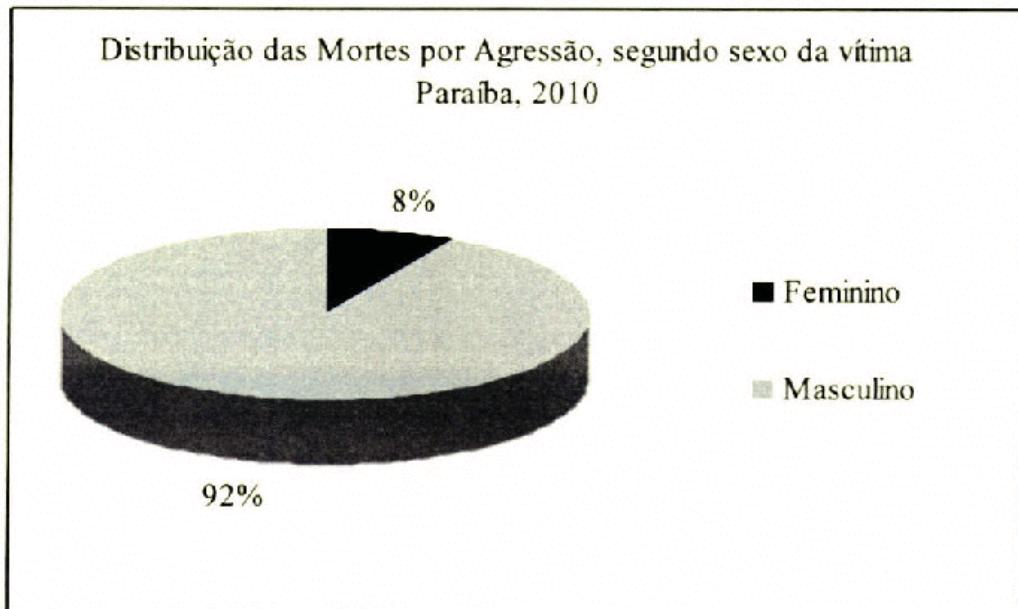
Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

GRÁFICO 5

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS
*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

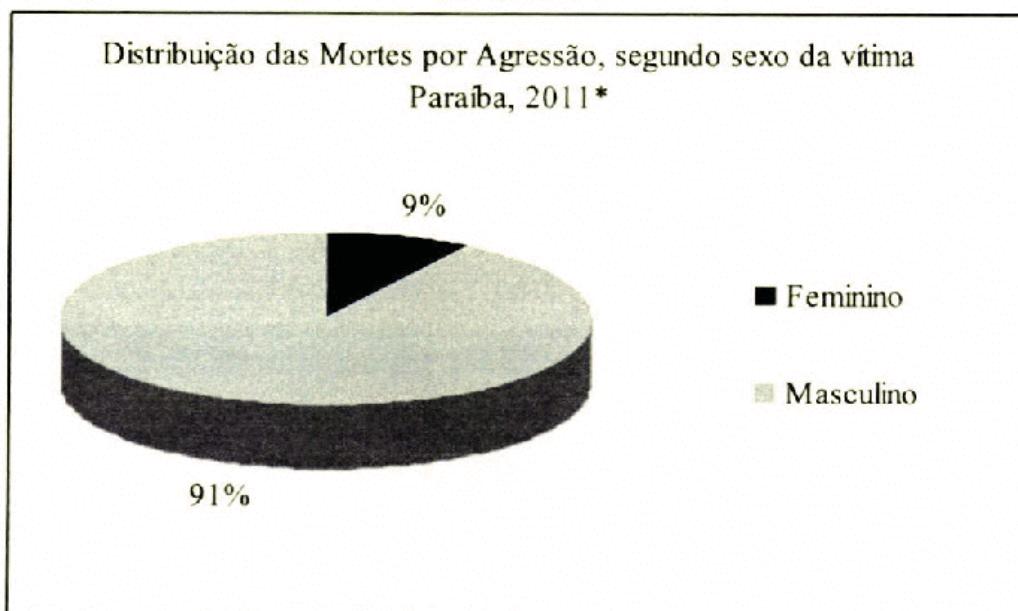
Confirmando a tendência nacional, na Paraíba a maioria dos vitimados por homicídios são homens jovens, de cor negra ou parda, residentes em áreas pobres (Gráficos 6 e 7).

GRÁFICO 6



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

GRÁFICO 7



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

Os próximos gráficos e tabela apresentam a concentração dos locais de ocorrência das mortes, que, na Paraíba, está majoritariamente circunscrita aos municípios que apresentam contingente populacional superior aos cem mil habitantes. A exceção é Cabedelo que, em 2011, segundo dados do IBGE, possuía 59.104 habitantes. Assim, cerca de setenta por cento das mortes ocorreram nos limites territoriais de apenas seis municípios.

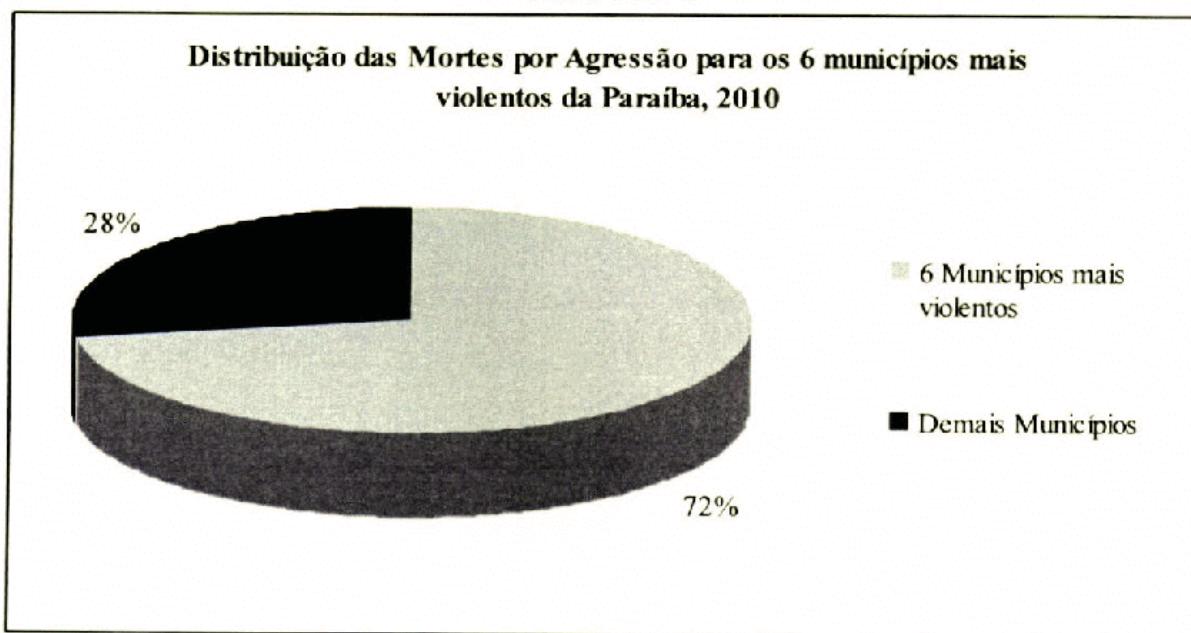
TABELA 1
Distribuição das mortes por agressão por municípios mais violentos e demais municípios – Paraíba – 2010-2011

Municípios	Ano	
	2010	2011*
João Pessoa	580	577
Campina Grande	218	201
Santa Rita	80	101
Cabedelo	57	62
Patos	58	66
Bayeux	59	43
Municípios mais violentos	1.052	1.050
Demais Municípios	405	473
Total	1.457	1.523

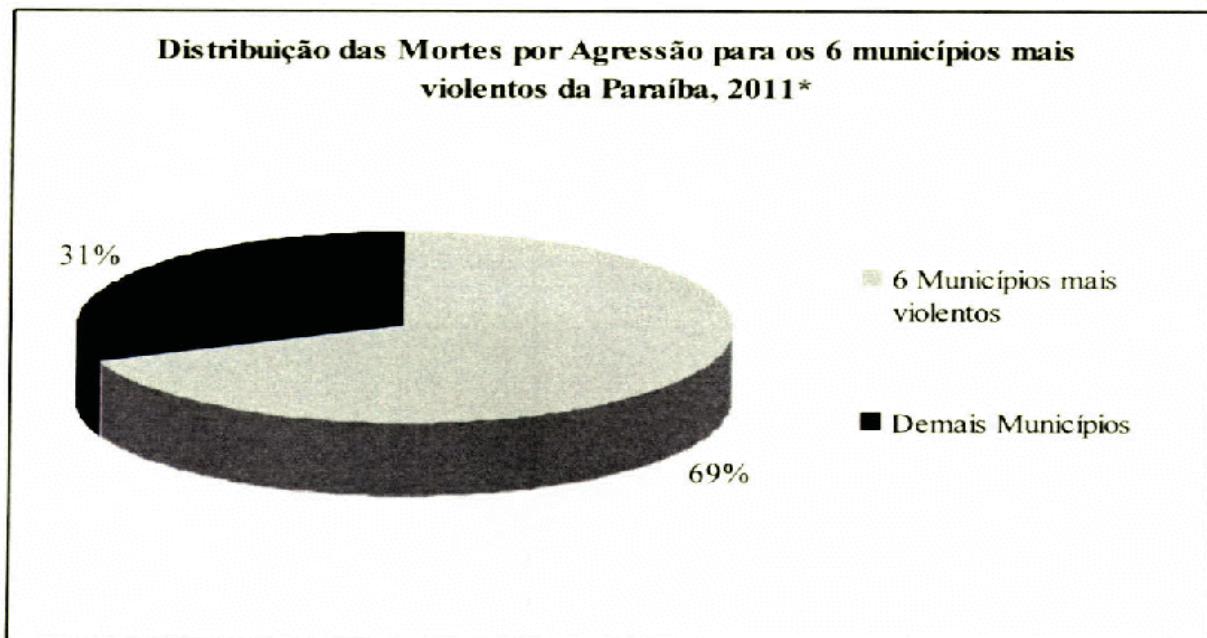
Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

GRÁFICO 8



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS

GRÁFICO 9

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS
*Os dados do SIM/DATASUS referentes ao ano de 2011 são preliminares.

Diante do quadro de violência presente no Estado, o Governador Ricardo Coutinho e o Secretário de Segurança Pública, Cláudio Coelho Lima, passaram a desenvolver uma política de segurança pública denominada Paraíba Unida pela Paz. Os desafios impostos pela nova administração, além do de combater os altos índices de violência e criminalidade no Estado, foram:

- Inexistência de política de Segurança Pública;
- Estatísticas imprecisas, precárias e sem confiabilidade;
- Unidades policiais sem rede e tecnologia da informação;
- Inexistência de compatibilização das circunscrições policiais;
- Baixa capacidade de enfrentamento dos crimes contra a vida;
- Baixa capacidade de enfrentamento ao tráfico de drogas;
- Deficiência do sistema de comunicação;
- Inexistência de cultura de preservação de local de crime;
- Inquéritos policiais (CVLI) não instaurados e sem acompanhamento;

- Falta de política de integração das Polícias;
- Deficiência na elaboração e execução de projetos;
- Defasagem dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar;

Com a perspectiva de promover no estado um choque de gestão, a política de segurança busca priorizar o foco em resultados e o aprimoramento das técnicas policiais e do atendimento ao cidadão. As principais reformulações promovidas para aprimoramento dos procedimentos gerenciais e monitoramento de projetos vinculados ao Paraíba Unida pela Paz foram as seguintes:

1. estruturação do Núcleo de Análise Criminal e Estatística – NACE e proposição de um Observatório da Segurança para mensuração dos índices de criminalidade no Estado.
2. estruturação de Câmaras Técnicas – Segurança e Defesa Social; Enfrentamento às drogas; Administração prisional; Articulação MP/PJ e Defensoria e Prevenção Social –, responsáveis pela condução das soluções estratégicas vinculadas a cada área temática e pela interlocução com as diferentes organizações que possuem projetos previstos na política.
3. definição de Regiões Integradas de Segurança e Defesa Social, Áreas Integradas de Segurança e Defesa Social e Distritos Integrados de Segurança e Defesa Social , cobrindo todo o Estado da Paraíba, visando coordenar as operações de repressão qualificada entre a Polícia Civil e a Militar.
4. o incremento das capacidades técnica e operacional dos órgãos de Segurança Pública do estado;
5. definição de ações policiais permanentes voltadas à redução e controle de crimes violentos;

6. execução de reuniões periódicas do Comitê Gestor da política, agregando os coordenadores das Câmaras Setoriais, as equipes de apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social e a alta cúpula das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e dos órgãos periciais.

Amparada em modelo de gestão por desempenho e resultados, nas reuniões do Comitê Gestor da política são comparados, para cada uma das áreas integradas, os indicadores de CVLI da semana em comparação à mesma semana do ano anterior. Além da análise de redução, estagnação ou aumento dos índices de letalidade violenta, é produzida uma avaliação, por Área Integrada de Segurança Pública, do desempenho, mensal ou semanal, das operações e ações policiais permanentes.

Além da apresentação dos indicadores de resultado para os crimes resultante em morte e para as operações empreendidas, são discutidas ações estratégicas articuladas entre as Câmaras Técnicas, de forma a buscar reverter os possíveis resultados desfavoráveis.

A redução de 9,2% nos números de Crimes Violentos Letais e Intencionais – homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte –, na Paraíba, entre os anos de 2011 e 2012, pode sinalizar que as estratégias de redirecionamento estratégico na implementação da Política de Segurança Pública estadual estão sendo exitosas, surtindo efeitos políticos e sociais favoráveis.

Para auxiliar o estado da Paraíba nos esforços empreendidos para execução da política de Segurança Pública Estadual (“Paraíba Unida pela Paz”), o governo federal assumiu o estado como um dos prioritários para a implementação das ações do Programa Brasil Mais Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

ACEITE A MINHA SOLIDARIEDADE DIANTE DESSE MOMENTO DE TRISTEZA QUE VIVE O Povo DA Paraíba EM FACE DESSE AGRESSÃO, DESSE OUSADIA DO BANDITISMO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere os **Requerimentos nº 553 e nº 557, de 2013**, de autoria do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Lúcia Vânia, respectivamente, aplicando, por analogia, o disposto no art. 41 do Regimento Interno, uma vez que amanhã, dia 30, feriado, não haverá sessão deliberativa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2013

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.
.....
§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo.
..... ”(NR)

Art. 2º Com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será incluída estimativa do montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Justificação

A política no Brasil contemporâneo tem procurado mudar a qualidade da vida das pessoas – qualidade possível de ser obtida principalmente pela mudança

nos laços que as unem. Assim, solidariedade, consideração e respeito passaram a ser itens de nossa pauta política de reformas sociais.

Uma das expressões mais eloquentes dessa disposição à solidariedade está inscrita no art. 203 da Carta Magna, que comanda o pagamento de benefício de prestação continuada aos idosos e às pessoas com deficiência que não possam, elas ou suas famílias, arcar com a própria manutenção.

O critério para o recebimento do benefício constitucionalmente garantido foi fixado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com o § 3º do art. 20 dessa lei, fazem jus ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) os idosos ou as pessoas com deficiência cujas famílias possuam renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.

Somente dois anos depois da edição da Loas, o BPC veio a ser efetivamente regulamentado pelo Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995, posteriormente revogado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que hoje regula o benefício. Contudo, em 1995, antes mesmo da efetiva implantação do BPC, passou-se a questionar o limite máximo de renda familiar mensal *per capita* que credenciava a pessoa com deficiência ou idosa para recebimento do benefício. Esse limite parecia ser inadequado face às garantias de dignidade, justiça, solidariedade e erradicação da pobreza, inscritas nos arts. 1º e 3º da Carta Magna.

Posteriormente, uma série de mudanças sociais e históricas (estabilização fiscal e monetária, melhor desempenho da economia, entre outros), bem como jurídicas (sucessivas mudanças nas linhas de corte econômicas para o recebimento de outros benefícios no plano federal, estadual ou municipal), terminaram por erodir a constitucionalidade do § 3º do *caput* do art. 20 da Loas.

Em virtude dessas mudanças, alguns diplomas legais estabeleceram como um dos critérios de elegibilidade para o recebimento de benefícios sociais, ou para a caracterização de baixa renda, o limite máximo de renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita*. Foi o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado em 2003 (Lei nº 10.689, de 13 de junho) e posteriormente incorporado ao Programa Bolsa Família (PBF).

O fato – já reconhecido pelos tribunais e pelo legislador federal estadual, distrital e municipal – é que o formato atual do BPC leva a proteção social apenas às pessoas extremamente pobres, em condição de miséria, embora a Constituição, inequivocamente, assegure tal proteção não somente em caso de pobreza extrema, mas de pobreza.

Já passa, portanto, da hora de atualizar os critérios da Loas. Cálculos estimativos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (dados de 2008), considerando a elevação da linha de elegibilidade de um quarto para meio salário mínimo, mostram que haveria um aumento de 48% no número de beneficiados (algo em torno de quatro milhões de pessoas). Isso ocasionaria um impacto de cerca de R\$ 9 bilhões no orçamento do BPC, equivalendo a apenas 2,5% do orçamento autorizado da Previdência Social (sempre em 2008). Se observarmos a história recente do benefício, veremos que uma expansão de 48% no número de beneficiários não é absurda (entre 2003 e 2008, por exemplo, esse número cresceu 58%).

A nosso ver, o País já pode ambicionar mais. A partir dos cálculos referentes a meio salário mínimo, é razoável estimar-se que o orçamento da Previdência Social suporta uma linha de elegibilidade elevada para três quartos, e não apenas para a metade, do salário mínimo. Isso porque o Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o BPC, publicado em 2009 e disponível no sítio do TCU, estima que

“36% dos atuais beneficiários atendem ao critério de renda de $\frac{1}{4}$ do SM familiar *per capita* e encontram-se até o 13º centésimo da distribuição de renda. Contudo, cabe destacar que 67% dos benefícios estão sendo concedidos para pessoas em famílias que se encontravam na linha de corte de até $\frac{1}{2}$ SM familiar *per capita*, que vai até o 33º centésimo da distribuição. Além disso, 90% dos beneficiários residem em domicílios com renda *per capita* de até 1 salário mínimo, que representam famílias cuja renda vai até o 62º centésimo na distribuição”.

Ou seja, há certo grau de redundância na alteração que propomos, e que representa não a duplicação do comprometimento orçamentário, mas antes, em boa medida, apenas a formalização e a atualização de uma responsabilidade da qual a sociedade já se desincumbe.

Toda a sociedade, e não apenas os setores frágeis, será beneficiada com essa medida, tanto generosa e movida por valores fortes quanto, simultaneamente, estratégica desde o ponto de vista econômico. Sim, porque quanto mais afluente e generosa a sociedade, maior a circulação de valores, maior a capacitação média das pessoas, maiores a felicidade e a produtividade. Trata-se de um efeito de sinergia da economia com a cultura e a moralidade que já é, em nossos dias, bem conhecido.

Devemos atualizar a visão de mundo que impõe o sofrimento como algo inerente e obrigatório à vida social, criticando-a com ideias novas e melhores, que, hoje, já não são apenas sonhos, mas sim possibilidades às quais passamos a fazer jus em razão de nossos próprios esforços.

Em razão do exposto, conclamo os nobres Pares a apoiar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

Seção I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2º, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 9º A remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz não será considerada para fins do cálculo a que se refere o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Seção III Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atendem, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinaciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

CAPÍTULO IV Da Despesa Pública

Seção I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira

com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispu ser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Muni-

cípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Seção II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da ad-

ministração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Seção IV Da Assistência Social

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

DECRETO N° 1.744, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1995

(Revogado pelo Decreto nº 6.214, de 2007)

Texto para impressão

~~Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.~~

DECRETO N° 6.214,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devida à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

Decreta:

LEI N° 10.689, DE 13 DE JUNHO DE 2003

Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 108, de 2013**, Relatório de Viagem do Senador Inácio Arruda, referente ao **Requerimento nº 328, de 2013**, de missão, no qual relata participação, como representante do Senado Federal, no 52º Fórum Nacional de Reitores, no período de 17 a 20 de abril de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o ofício:

Ofício GSINAR nº 108/2013

Brasília, 29 de maio de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Reportando-me ao Requerimento nº 328/2013-SF, de 16-04-2013, informo a Vossa Excelência que participei, no dia 19 de abril último, na cidade de São Luís/MA, como representante do Senado Federal, do 52º Fórum Nacional de Reitores, a convite da Universidade Estadual do Maranhão e da ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, promotoras do evento.

O Fórum ocorreu no período de 17 a 20 de abril, com o tema “O desafio das universidades brasileiras: formação de pessoal para atuar nas novas áreas de desenvolvimento do país”, acompanhado do subtema “Perspectivas de financiamento para as universidades públicas estaduais e municipais.”

No dia 19.04, participei de Mesa Redonda composta por membros da frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades públicas Estaduais e Municipais do Brasil – da qual tenho a honra de ocupar a Vice-Presidência -, com a mediação do Reitor João Paulo Gomes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Nessa Mesa Redonda, debatemos os temas propostos pelo Fórum sob o ponto de vista da atuação parlamentar direcionada à promoção do desenvolvimento e da democratização do ensino superior em nosso país, tendo em vista que as universidades estaduais e municipais são as que mais favorecem o acesso ao ensino superior dos agressos das escolas públicas do ensino médio. São, também, as responsáveis pelo maior número de matrículas no ensino público para o setor de formação de docentes para o ensino básico e pelo maior percentual de oferta de ensino superior no período noturno. Portanto, estas instituições vêm prestando significativa contribuição para os avanços da educação em todo o País e podem prestar importante contribuição no alcance das metas previstas no Plano Nacional de Educação para o período 2011/2020, em discussão no Senado Federal.

Os debates foram extremamente proveitosos, e repercutirão, com certeza, nos nossos trabalhos nessa Casa.

Respeitosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Srª Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o twittaço “mortematernanão” agitou ontem, as mídias sociais com o objetivo de reforçar o direito das mulheres brasileiras à saúde integral, com a atenção de alta qualidade, humanizada e não discriminatória, no pré-natal, durante o parto e no pós-parto.

Organizada por mulheres de todo o país, a agitação feita nas redes sociais – twittaço – foi uma ação promovida pelo Fundo de População da Nações Unidas (UNFPA), chamada de Mobilização Nacional pela Promoção dos Direitos das Mulheres e Redução da Mortalidade Materna.

Como sabemos, morte materna é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas accidentais ou incidentais”.

Contando com a parceria das redes e organizações da sociedade civil, o twittaço marcou a passagem ontem, de duas importantes datas relativas à saúde das mulheres. Uma delas é o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, instituído em 1988, pelo governo brasileiro, como enfrentamento a este problema de saúde, que se traduz em “uma das mais graves violações aos direitos humanos das mulheres”.

Outra data é o Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher surgido no V Encontro Internacional que tratou deste tema – Saúde da Mulher, realizado na Costa Rica, em 1987, e tem a finalidade de dar maior visibilidade à luta pela saúde das mulheres.

Realizada desde 2009, a movimentação nas mídias sociais também teve o fim de ampliar o acesso das mulheres à informação sobre seus direitos, os cuidados que devem ter e cobrar das autoridades para com a saúde das mulheres grávidas.

Ações governamentais e mobilizações sociais realizadas ontem, para combater a mortalidade materna têm sentido. De acordo com dados do Ministério da Saúde, no Brasil, a morte materna é uma das dez principais causas de óbito entre mulheres de 10 a 49 anos.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff, registrou ontem, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em nota assinada pela ministra Eleonora Menicucci, que em 20 anos, o Brasil reduziu em mais da metade a mortalidade materna. Foi uma queda total de 55,3%, sendo, somente entre 2010 e 2011, a queda foi de 8,5%, conforme o Ministério da Saúde. Diz a nota governamental, que essa redução respon-

de à realidade da qualificação da atenção obstétrica e da Atenção à Saúde Integral da Mulher nos estados e municípios brasileiros.

Referia-se o governo federal, ao relatório “Tendências da Mortalidade Materna: 1990 a 2010”, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Banco Mundial, que mostra que, entre 1990 e 2010, o número de mortes maternas caiu de 120 para 56 a cada 100 mil nascimentos.

Os dados de 1990 mostravam que morriam 141 mulheres para cada 100 mil gestações com bebês nascidos vivos. Já os dados de 2010 revelaram que para cada 100 mil gestações com bebês vivos, tivemos a perda de 68 mulheres.

Os números são bons e confirmam que o Brasil está reduzindo a mortalidade materna. Mas, também nos advertem que nosso país ainda não conseguiu alcançar o 5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que consiste na redução de 75% da mortalidade materna até 2015. A meta de sua redução compreende três quartos entre 1990 e 2015. Para se atingir tal objetivo, a redução anual da RMM no Brasil deve ser de 5,5%.

Trabalhando sobre números, o Ministério da Saúde reconhece que para atingir a meta do Milênio, o Brasil deverá apresentar RMM igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil Nascidos Vivos (NV) até 2015.

O meu Estado de Roraima, senhores senadores, para a má sorte de nossa população, não conta com dados atualizados acerca da Mortalidade Materna. Nem mesmo Nota Técnica da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) apresenta dados confiáveis em relação a esta modalidade de morte de mulheres. Conforme a Nota, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) informou que Roraima registrou para cada 100 mil nascidos vivos, 10 casos em 2009; um caso em 2010 e cinco casos em 2011.

A Sesau não divulgou os dados de 2012. Mas de acordo com o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM/RR) José Antonio, somente no ano que passou, foram notificados 137 óbitos em Roraima. Estes números estão entre os 4.900 registrados na região Norte e os mais de 62 mil casos de óbitos maternos notificados no país. Mesmo admitindo ter havido redução de mortes no meu Estado, o conselho avalia que os números estão subnotificados.

Por falta de compromisso do Governo do Estado com a notificação dos casos de mortalidade materna, ficamos sem saber ao certo, quantas mulheres foram vitimadas, nos últimos anos. Neste caso, sem informações confiáveis, não podemos concordar com

a afirmação constante na nota da Sesau, de que: “Roraima continua favorável às recomendações da OMS, estando abaixo do esperado”.

A ausência de dados confiáveis sobre óbitos de mulheres afeta não somente algumas famílias, que choram a morte de mulheres ainda muito jovens, em decorrência de problemas ocorridos durante o parto, mas toda a população de Roraima. Em uma rápida busca no site do Jornal Folha de Boa Vista, daquele Estado, podemos ter ideia do que acontece na prática na área de saúde. Muitas outras famílias reclamam de negligência no atendimento em geral.

Fato é que o Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, as Redes de Atenção à Saúde Integral (Cegonha, Psicossocial e Urgência e Emergência) e o Comitê de Investigação de Óbito realizarão, em junho, um seminário sobre a vigilância do óbito materno e infantil com o fim de discutir os fatores que influenciam na vigilância do óbito e, claro, encontrar formas de melhorar a cobertura e a qualidade das informações sobre casos de mortalidades.

A meta é fazer com que, após este seminário, cada município produza seu plano de trabalho com foco na melhoria da qualidade da investigação e no envolvimento das equipes de saúde da família nesta questão.

Em âmbito geral, nosso alento é sabermos que, determinadas a contribuir diretamente para que o Brasil alcance a meta do Milênio, as mulheres estão agindo, na vida e nas mídias sociais. Isso muito nos anima. Mas ainda queremos mais. Precisamos de mais e melhor acesso das mulheres brasileiras ao atendimento adequado. Precisamos de mais políticas de saúde, mais notificações e mais atenção às mulheres, em todos os municípios e estados brasileiros.

Era o que tinha a falar hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra sessão não deliberativa para sexta-feira.

Um bom feriado para todos e até a próxima sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 53 minutos.)

PARECER Nº 20, DE 2013-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, que “altera o caput do art. 2º e Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dis-

põe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Ricardo Berzoini

I – Relatório

A Senhora Presidenta da República, no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013. No âmbito do Congresso, o projeto tomou a forma do Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, do qual nos coube a relatoria.

A proposição pretende alterar o *caput* do art. 2º da Lei nº 12.708/2012, de 17 de agosto, que hoje determina o seguinte:

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 155.851.000.000, 00 (cento e cinquenta e cinco bilhões e oitocentos e cinquenta e um milhões de reais), sendo R\$ 108.090.000.000, 00 (cento e oito bilhões e noventa milhões de reais) para os Orçamentos Físical e da Seguridade Social e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV.”

Ele passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário de R\$ 108.090.000.000,00 (cento e oito bilhões e noventa milhões de reais) para os Orçamentos Físical e da Seguridade Social e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV, de forma a buscar obter um resultado para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 155.851.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco bilhões, oitocentos e cinquenta e um milhões de reais).

A alteração tem por objetivo retirar a obrigatoriedade de o Governo Central compensar a não realização da meta de resultado primário prevista para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

A medida proposta busca minimizar os impactos da crise externa e garantir a retomada do crescimento da economia nacional, por meio de políticas de incentivo e manutenção dos investimentos.

O projeto inclui § 4º ao art. 20.

“§ 4º O governo central poderá ampliar o seu esforço fiscal de forma a buscar obter o resultado para o setor público consolidado não financeiro, referida (sic) no caput” (NR).

A redação facilita a elevação do esforço fiscal da União, de forma a permitir o cumprimento integral da meta de resultado primário para o setor público, caso os entes subnacionais poupem abaixo do esperado.

Adicionalmente, alteração proposta no Anexo IV.1 visa adequar o referido anexo às mudanças no art. 2º, bem como atualizar resultados, parâmetros e projeções para o período 2012 a 2015.

É o Relatório.

II – Exame da Matéria

Do exame da proposição verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais e regimentais. No mérito, a medida proposta do Governo é necessária e oportuna diante do cenário econômico no país após o advento da crise financeira mundial.

Duas emendas, que passamos a analisar, foram apresentadas no prazo regimental estabelecido.

A Emenda nº 1, do nobre Deputado Claudio Cachado (DEM/BA), propõe a exclusão do art. 1º, o que resulta, na prática, em rejeição de todo o projeto de lei em comento.

Entendemos que o projeto em análise é necessário e beneficiará todo o país, na medida em que União, Estados e Municípios poderão dar continuidade aos projetos de investimentos, sem descuidar das finanças públicas, nosso voto é **pela rejeição** da Emenda nº 1.

A Emenda nº 2, de autoria do colega Deputado Esperidião Amin (PP/SC), limita o contingenciamento de programações derivadas de emenda parlamentar.

A demanda do nobre colega é justa e guarda apoio de boa parte dos membros de ambas as casas legislativas, visto que contribuiria para valorização do trabalho parlamentar. Entendemos, no entanto, que a discussão da impositividade do orçamento ou das emendas parlamentares será objeto de debate mais aprofundado no âmbito da comissão especial da Câmara dos Deputados que trata, entre outras, da PEC nº 565/2006. Por esse motivo, votamos **pela rejeição** da Emenda nº 2.

III – Voto do Relator

Dante das razões expostas, votamos pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 e pela aprovação do Pro-

jeto de Lei nº 1, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, de 28 de maio de 2013. – Deputado **Ricardo Berzoini**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Segunda Reunião Ordinária, realizada entre os dias 14 e 28 de maio de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado RICARDO BERZOINI, favorável ao Projeto de Lei nº 01/2013-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas foram **REJEITADAS**. Foram apresentados 4 (quatro) destaques. Os **Destaques** de nºs 1 e 2, respectivamente, de autoria dos Deputados Nelson Meurer e Claudio Cajado, foram **PREJUDICADOS**, em virtude da ausência dos autores. O **Destaque** nº 3, de autoria do Deputado Roberto Teixeira, à emenda nº 2, do Deputado Esperidião Amin, foi **REJEITADO** contra o voto do Senador Ivo Cassol. O **Destaque** nº 4, de autoria do Deputado Roberto Brito foi **PREJUDICADO**, tendo em vista a rejeição do destaque nº 3.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro, Wilder Morais e os Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, André Zacharow, Armando Vergílio, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Fiqueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomem, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Junji Abe, Leopoldo Meyer, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olímpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Weliton Prado, Wellington Roberto, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 28 de maio de 2013.

Senador LOBÃO FILHO
Presidente

Deputado RICARDO BERZOINI
Relator

Agenda do Presidente Renan Calheiros

29/05/2013
Quarta-feira

11h	Recebe o Senador John Hogg, Presidente do Senado da Comunidade da Austrália Sala de Audiências
11h30	Recebe os Senhores Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI e José Carlos Lyra, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - Fiea Sala de Audiências
12h	Recebe o Bispo Paulo Sérgio e Bispo Mozart Morais Sala de Audiências
12h30	Recebe os Ministros Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União e o Ministro José Jorge Sala de Audiências
16h	Recebe o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Áécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunicio Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Moarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28 PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25 PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2 PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16 PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12 PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^º - Magno Malta - (PR-ES)

2^º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
--	--	--

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO N° 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Oficio GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- 6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- 7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
- 8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcidio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**, Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo da Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Arguello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
- 4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
- 5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
- 6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
- 7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugliette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Notas:

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnaldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Uinie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013****PRAZOS**

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (14,61,10)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (16,26,27,60,3,7)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (12,18,20,60,11)	9. Benedito de Lira (PP) (60,5)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(56,1)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(56,2)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Morais (DEM) (15,40,4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFICIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (OF. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (OF. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (OF. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (OF. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (OF. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (OF. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (OF. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (OF. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (OF. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (OF. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (OF. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcidio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcidio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazzotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Moacir Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moacir Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. N° 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Moacir Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Moacir Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- **. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Aníbal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude do Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. n° 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. n° 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. n° 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDb nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferrago, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude do Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,41,60)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
VAGO ^(66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferrão, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of.º 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.º 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunicio Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazzotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
- Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO (67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) (65,1,54)	1. VAGO (65,45,53)
Gim (PTB) (65,69,9,42,64)	2. VAGO (65,63)
VAGO (65)	3. VAGO (65,48,51,55)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marenor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clóvis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem CRE.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude do Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012-BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **, Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(10,25,54,2,3)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(12,14,26,27,29,50,53,54,5,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. VAGO ^(51,61,4,7)
Wilder Morais (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunicio Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. VAGO ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO ^(3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
 10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
 **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

- *. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(48,50,40)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,51,52,55,30)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(50,53,54)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude do Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude do o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

28. Em 05.04.2012, vago em virtude do o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of.º 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (OF. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (OF. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(OF nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (OF. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (OF. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012-BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Oficio GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antônio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (OF. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (OF. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

- *. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
- 1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

- 1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

**SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Maio de 2013

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 30 31515

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Maio de 2013

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 30 31517

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS)⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

VAGO⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM)⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

Maio de 2013

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 30 31519

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

Maio de 2013

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 30 31521

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ¹
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12} 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17-12-2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} ¹⁴	1. ¹⁴ 2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nº's 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

- 1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
 E-mail: scop@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra do Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

- 1- Vaga cedida pelo PMDB.
2- Vaga cedida pelo PR.
3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Lider do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
sscon@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marcel Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 21.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

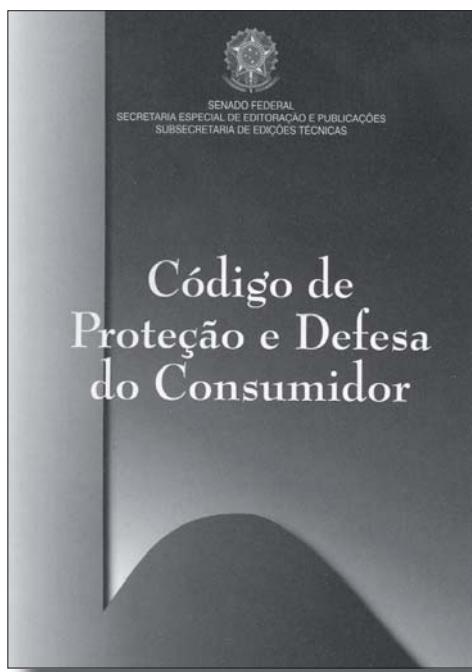
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul



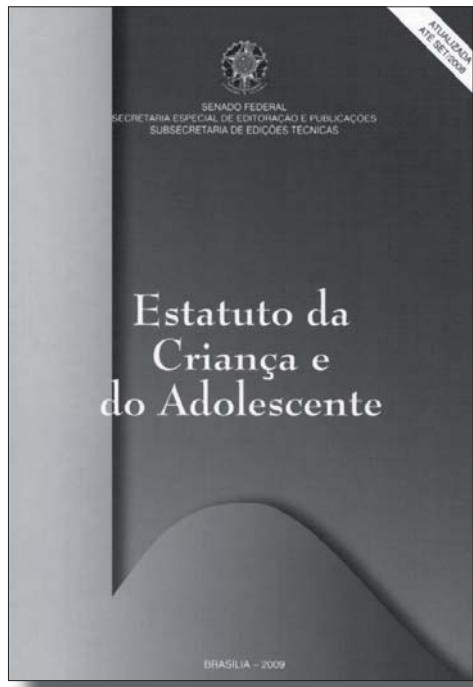
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 242 páginas
(OS: 12666/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

